UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
E PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU EM GEOGRAFIA

POLLYANA APARECIDA SIMÃO DA SILVA ALVES

A CONFIGURAÇÃO URBANA DA CIDADE SINOP NO CONTEXTO DA EXPANSÃO CAPITALISTA NA AMAZONIA NORTE MATO-GROSSENSE NAS DÉCADAS DE 1970 A 2000.

CÁCERES,
MATO GROSSO, BRASIL
2018

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
E PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU EM GEOGRAFIA

POLLYANA APARECIDA SIMÃO DA SILVA ALVES

A CONFIGURAÇÃO URBANA DA CIDADE SINOP NO CONTEXTO DA EXPANSÃO CAPITALISTA NA AMAZONIA NORTE MATO-GROSSENSE NAS DÉCADAS DE 1970 A 2000.

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Dr. Prof. Aumeri Carlos Bampi.

CÁCERES
MATO GROSSO, BRASIL
2018

© by Pollyana Aparecida Simão da Silva Alves, 2018.

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

ALVES, Pollyana Aparecida Simão da Si .
A474a A Configuração Urbana da Cidade Sinop no Contexto da Expansão Capitalista na Amazônia Norte Mato-Grossense nas Décadas de 1970 a 2000 / Pollyana Aparecida Simão da Si Alves – Cáceres, 2018.
190 f.; 30 cm.(ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Geografia, Faculdade de Ciências Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2018.
Orientador: Aumeri Carlos Bampi

1. Configuração Urbana. 2. Produção de Espaços. 3. Expansão Capitalista na Amazônia. I. Pollyana Aparecida Simão da Si Alves. II. A Configuração Urbana da Cidade Sinop no Contexto da Expansão Capitalista na Amazônia Norte Mato-Grossense nas Décadas de 1970 a 2000: .
CDU 911.375(817.2)

POLLYANA APARECIDA SIMÃO DA SILVA ALVES

A CONFIGURAÇÃO URBANA DA CIDADE SINOP NO CONTEXTO DA EXPANSÃO CAPITALISTA NA AMAZONIA NORTE MATO-GROSSENSE NAS DÉCADAS DE 1970 A 2000.

Essa Dissertação foi julgada e aprovada como partes dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.
Cáceres, 06 de Julho de 2018.

Banca examinadora

Prof. Dr. Aumeri Carlos Bampi
Orientador
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

Prof. Dr. Carlos Alberto Franco da Silva
Avaliador Externo
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Profª. Drª. Judite de Azevedo do Carmo
Avaliadora Interna
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

Prof. Dr. Almir Arantes
Avaliador Interno
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

CÁCERES
MATO GROSSO, BRASIL
2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado saúde, força e perseverança para superar os obstáculos encontrados durante essa caminhada de construção do conhecimento e na aprendizagem do olhar geográfico e ao mesmo tempo interdisciplinar, sobre a Amazônia e a cidade de Sinop.

À Universidade do Estado de Mato Grosso, *Campus* de Cáceres, a FAPEMAT/CAPES, pelo apoio financeiro com a concessão da bolsa de estudo que serviu de incentivo ao meu estudo, e ao Programa de Pós-graduação em Geografia pela oportunidade de ensino, aos professores das disciplinas cursadas, por compartilhar os seus conhecimentos os quais contribuíram no desenvolvimento da pesquisa.

Às entidades, Órgãos públicos e empresas: Prefeitura Municipal de Sinop; Museu Histórico de Sinop; Prodeurbs – Núcleo de Projetos Desenvolvimento Urbano de Sinop; A Colonizadora Sinop que colaboraram com o fornecimento de dados da Cidade de Sinop.

Aos colegas do mestrado de geografia, em especial à Valeria do Ó Loiola por me receber em sua casa, e aos demais colegas pelo apoio e incentivo no compartilhar materiais, conhecimentos e estarem sempre à disposição a nos ajudar.

Ao Prof. Dr. Aumeri Carlos Bampi, pela sua generosidade e compreensão, ao compartilhar saberes e experiências que me possibilitou olhar o mundo, a Amazônia brasileira, a região norte mato-grossense através de novas perspectivas.

Agradeço a minha amiga Valquíria Luciene de Sousa Carvalho pelo apoio incondicional neste novo caminho.

Agradeço ao meu esposo Divino Batista Alves Rosa, pelo incentivo ao trilhar esse novo caminho cheio de descobertas que se torna cada vez mais atraente.

E a todos que direta e indiretamente fizeram parte da conclusão desta pesquisa, o meu muito obrigada.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 15

2. CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE PRODUÇÃO E CONFIGURAÇÃO URBANA NA AMAZÔNIA 23

2.1 ELEMENTOS FUNDANTES DOS ESPAÇOS URBANOS AMAZÔNICOS 23
2.2 NOVOS ESPAÇOS URBANOS NA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE PÓS 1970: CIDADES NA FLORESTA COMO APOIO NA APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO .. 42
2.3 O ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E O CAPITAL NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA AMAZÔNIA 60
2.4. AS FUNÇÕES DA URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA NO CONTEXTO DE AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO CAPITALISTA E APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO 72

3. A CIDADE DE SINOP NO CONTEXTO DE EXPANSÃO CAPITALISTA NA AMAZÔNIA 83

3.1 A GÊNESE DA CIDADE DE SINOP NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA 83
3.2 A LÓGICA DO CAPITAL: A INICIATIVA PRIVADA NA CONFIGURAÇÃO DA CIDADE DE SINOP 97
3.3 O PAPEL DA COLONIZADORA NO DESENHO DA CIDADE 103
3.4 SÉRIE HISTÓRICA DO SURGIMENTO DOS BAIRROS E O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA. 108
3.4.1 DÉCADA DE 1970: FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE SINOP 108
3.4.2 CONFIGURAÇÃO DE SINOP DÉCADA DE 1980: CONTINUIDADE DOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO 131
3.4.3 CONFIGURAÇÃO DE SINOP: INCORPORAÇÃO DE ÁREAS RURAIS À ÁREA URBANA E APRESENTAÇÃO DE NOVOS AGENTES DURANTE A DÉCADA DE 1990 141
3.4.4 A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA CIDADE DE SINOP NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI 157
3.5 A CIDADE DE SINOP COMO LÓCUS DE (RE)PRODUÇÃO DO CAPITAL/SINOP: ELEMENTOS QUE CARACTERIZAM A CIDADE COMO MERCADORIA 166

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 171

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 179

LISTA DE ABREVEATURAS, SIGLAS E SIMBOLOS

BASA	Banco da Amazônia
CTNP	Companhia de terra no Norte do Paraná
COBAL	Companhia de brasileira de Alimentação
COLÍDER	Colonizadora Líder
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de geografia e Estatística
INDECO	Integração Desenvolvimento e Colonização
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
PIN	Programa de Integração Nacional
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PRODOESTE	Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
POLAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PRODES	Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite
RADAMBRASIL	Projeto Radar da Amazônia
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SINOP	Sociedade Imobiliária Noroeste Paraná
SPVEA	Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
SUCAM	Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
BANESPA	Banco do Estado de São Paulo
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

FASIPE	Faculdade de Sinop
UNIC	Universidade de Cuiabá
INTERMAT	Instituto de Terras de Mato Grosso
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
FMI	Fundo Monetário Internacional
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
DETRAN-MT	Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ADRA-Brasil	Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Brasil
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
SECITEC-MT	Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso
ADESTEC	Associação de Desenvolvimento do Trabalho, Educação e Cultura
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População da Amazônia brasileira 1970.....50
Tabela 2 - População da Amazônia brasileira 1980.....52
Tabela 3 - População da Amazônia brasileira 1991.....53
Tabela 4 - População da Amazônia brasileira 2000.....54
Tabela 5 - População da Amazônia brasileira 2010.....55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Projetos de colonização privada e de cooperativas no Estado de Mato Grosso.....	68
Quadro 2-	Fase inicial da configuração da cidade de Sinop em 1972.....	115
Quadro 3-	Loteamentos criados na década de 1970.....	120
Quadro 4-	Loteamentos criados na década de 1980.....	132
Quadro 5-	Órgãos públicos nos bairros da região Norte.....	135
Quadro 6-	Órgãos públicos e entidades filantrópicas nos bairros da região Sul	140
Quadro 7-	Loteamentos criados nas áreas rurais incorporadas ao perímetro urbano de Sinop na década de 1990.....	143
Quadro 8-	Loteamentos criados nas áreas rurais incorporadas ao perímetro urbano de Sinop na primeira década do século XXI.....	158
Quadro 9-	Conjuntos habitacionais populares abertos na primeira década do Século XXI.....	160

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Esquema clássico de Segregação Residencial.....	29
Figura 2	Estrutura Urbana de Sinop na década de 1970.....	93
Figura 3	Propaganda de incentivo a ocupação da Amazônia brasileira.....	99
Figura 4	Propaganda de divulgação da cidade de Sinop.....	100
Figura 5	Área urbana da cidade de Sinop.....	103
Figura 6	Avenida das Itaúbas.....	105
Figura 7	Planta Urbana da cidade de Sinop década de 1970.....	106
Figura 8	Abertura do loteamento cidade de Sinop em 1972.....	109
Figura 9	Vista área do desenvolvimento da cidade de Sinop eixo da BR-163....	111
Figura 10	Localização da primeira área de ocupação da cidade de Sinop 1974.....	113
Figura 11	Avenida governador Júlio Campos em 1972.....	114
Figura 12	Avenida Governador Júlio Campos em 2017.....	116
Figura 13	Atual configuração das primeiras avenidas no Setor Comercial.....	117
Figura 14	Características das construções na cidade de Sinop.....	118
Figura 15	Áreas de Revitalização no Setor Comercial.....	122
Figura 16	Configuração dos residenciais Norte e Sul “Cul de Sac”.....	123
Figura 17	Núcleo de tratamento particular da saúde no Jardim Botânico.....	124
Figura 18	Núcleo de tratamento particular da saúde Jardim Maringá e Jardim Paraiso.....	126
Figura 19	Área residencial no Jardim Primaveras.....	128
Figura 20	Área Comercial no Jardim Primaveras.....	129
Figura 21	Configuração do Setor Industrial.....	130
Figura 22	Conclusão das obras de pavimentação Jardim Imperial.....	133
Figura 23	Expansão Comercial nas Avenidas de trânsito rápido.....	134
Figura 24	Área comercial no bairro Jardim das Violetas.....	135
Figura 25	Presença de atividades Informais nos bairros de Sinop.....	136
Figura 26	Localização dos bairros Jardim Celeste, Jacarandás e Paraiso construídos na década de 1980.....	137
Figura 27	Área residencial dos Jardim Botânico e Jardim Paraiso.....	138
Figura 28	Área residencial dos bairros Jardim Celeste e Jacarandás.....	139

Figura 29	Residencial Green Ville.....	145
Figura 30	Configuração do Jardim Delta.....	146
Figura 31	Configuração do Jardim Conquista.....	147
Figura 32	Configuração do Jardim Europa na lateral direita da Avenida André Maggi.....	148
Figura 33	Configuração do Jardim Boa Esperança.....	149
Figura 34	Área de ocupação irregular nas proximidades dos Ribeirão Nilza na região noroeste da cidade.....	150
Figura 35	Expansão urbana na região noroeste da cidade – Residencial Araguaia.....	151
Figura 36	Conclusão das obras de pavimentação no bairro Maria Carolina.....	152
Figura 37	Residencial Parque das Araras na região Norte da cidade.....	153
Figura 38	Configuração do Jardim das Nações na região Oeste da cidade	154
Figura 39	Configuração dos bairros Bela Suíça e Nossa Senhora Aparecida.....	155
Figura 40	Configuração dos bairros na região Sul da cidade.....	156
Figura 41	Condomínios fechados em Sinop.....	161
Figura 42	Configuração do residencial Aquarela Brasil.....	162
Figura 43	Configuração dos residenciais Florença e Jardim Itália na região Oeste da cidade	163
Figura 44	Projeto de construção considerado de Alto Padrão – Portal da Mata.....	165
Figura 45	Propaganda de empreendedorismo imobiliário.....	169
Figura 46	Resort Residencial	170

RESUMO

O estudo tem por objetivo caracterizar a configuração do espaço urbano da cidade de Sinop/MT, no contexto de ampliação do espaço geográfico capitalista na Amazônia. O desenvolvimento deste estudo sustenta-se no aporte teórico dos autores Carlos (1992; 2007; 2012 e 2016), Corrêa (1995 e 2016), Botelho (2007), Becker (2005 e 2013), Davis (2006), Harvey (2005), Lefebvre (2001), Miele (2015), Pádua (2015), Santos C (2015), Santos M. (1988;1993; 2006 e 2014), entre outros. Além da citada fundamentação teórica, o conceito de espaço geográfico utilizado na pesquisa foi o de espaço social, lugar onde se concentram as intenções do homem, e que possui forte conexão com a lógica de produção global. A investigação utilizou como procedimentos metodológicos as técnicas de pesquisa bibliográfica e consulta em documentos oficiais sobre o surgimento da cidade de Sinop, tais como as leis municipais que regulamentam a organização espacial da cidade, a incorporação de áreas rurais ao perímetro urbano e as que autorizavam a abertura dos loteamentos durante as décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000. Utilizou-se da análise de fotografias, de visitas aos bairros, aos órgãos públicos, áreas verdes e ainda de entrevistas informais com alguns moradores da cidade de Sinop, como forma de responder aos objetivos e aos questionamentos norteadores desta pesquisa. Pretende-se que o referido estudo seja estímulo a outras pesquisas referente à espacialidade urbana da cidade Sinop como local de expansão e reprodução do capital e da lógica global de produção dos espaços urbanos. A pesquisa permitiu-nos maior compreensão dos modos de produção que foram sendo incorporados a espacialidade de Sinop, o que influenciou na atual configuração urbana de Sinop, construindo uma estrutura urbana desigual e fragmentada.

Palavras-chave: Configuração urbana; Produção de espaços; Expansão capitalista na Amazônia.

ABSTRACT

The study aims to characterize the urban space configuration of Sinop/MT, in the context of geographic capitalist space expansion in Amazon. This study development sustains on the theoretical contribution of authors Carlos (1992; 2007; 2012 e 2016), Corrêa (1995 e 2016), Botelho (2007), Becker (2005 e 2013), Davis (2006), Harvey (2005), Lefebvre (2001), Miele (2015), Pádua (2015), Santos C (2015), Santos M. (1988;1993; 2006 e 2014), among others. In addition to the mentioned theoretical foundation, the concept of geographic space used in research was the social space, where the intentions of men are concentrated and which has a strong connection with the logic of global production. The investigation used as methodological procedures the techniques of bibliographical research and consultation in official documents about the emergence of Sinop, such as the municipal laws that regulate the spatial organization of the city, the incorporation of rural areas to the urban perimeter and those that authorized opening of lots during the 1970s, 1980s, 1990s and 2000s. It was used the analysis of photographs, visits to the neighborhoods, public agencies, green areas and also informal interviews with some residents of Sinop, as a way to answer the objectives and the questions that guide this research. It is pretended that this study be stimulus to other researches that reefer to urban spatiality of Sinop as a site of expansion and reproduction of financial capital and of the global logic of urban spaces production. The research allowed us to have a bigger comprehension of the production models that were being incorporated into Sinop spatiality, which influenced the current urban configuration of Sinop, building an uneven and fragmented urban structure.

Keywords: Urban configuration; Space production; Capitalist expansion in the Amazon. Sinop, MT.

1. INTRODUÇÃO

A conjuntura atual nos mostra que a configuração urbana das cidades brasileiras se construiu em etapas, de modo que seus desenhos trazem materializadas as várias fases e tendências do processo de espacialização do urbano no Brasil. Ressalta-se que esse processo de espacialização e configuração do urbano nas cidades brasileiras traz impresso as disputas inerentes à formação social capitalista em suas fases, local e global, disputas essas de bases ideológicas, econômicas, políticas, sociais e culturais, entre outras.

A formação social capitalista se caracteriza por disputas, conflitos e contradições, isso porque sua lógica é fundamentada na racionalidade da propriedade privada, no arranjo da produção e reprodução das relações sociais econômicas, de poder, trabalho, cultura, política e espacial. Nesse sentido, quando falamos do processo de configuração da cidade no Brasil, e por consequência na Amazônia, como o caso em análise, a configuração da cidade de Sinop-MT, consideramos a presença dessa racionalidade no processo de produção e configuração da cidade implantada desde a década de 1970.

Esses eventos ocorreram em resultado da implantação dos projetos políticos e econômicos e das relações de disputas na Amazônia brasileira, os quais estão inseridos ao processo de formação do território amazônico, segundo Becker (1990), no texto “O fracionamento do espaço e a formação de novas regiões”, observa-se que o território amazônico é constituído de forma fragmentada e, é caracterizado pela autora como, “as várias amazônias”, um território dividido em dois conjuntos homogêneos e, em sub-regiões: Amazônia Oriental, cujo núcleo é o sul do Pará; e a Amazônia Meridional, a qual se esboça em torno de Rondônia e, como isso engloba o Estado de Mato Grosso.

Com base na autora supracitada, o norte mato-grossense, constitui-se parte da sub-região Amazônia Meridional, um território concebido sob várias formas de ocupação e apropriação, regida sob a lógica capitalista de produção global o que influenciou na atual configuração desse território. Tais fatores influíram na concentração do modelo de colonização privada no norte mato-grossense, principalmente, no em torno da BR-163 (Cuiabá-Santarém).

Nessa forma de ordenamento territorial pós década de 1970, cria-se no norte mato-grossense, um lugar onde se concentra o modelo de colonização privada,

projetos de construção de cidades planejadas, articuladas ao rural e torna-se lugar construído à base de forte inserção de tecnologias que são incorporadas às novas técnicas no ordenamento territorial, com a finalidade de promover o alargamento do espaço geográfico no Centro-Oeste e desenvolver uma fronteira agrícola no norte mato-grossense de forma a ocupar definitivamente a Amazônia brasileira.

Assim, esses fatores passam a determinar o processo de ocupação via construção de núcleos urbanos os quais são planejados a partir da BR-163 e, nesse cenário a cidade de Sinop é concebida em 1972.

De acordo com Miranda (1990), esses arranjos são resultados de um período marcado por mudanças nos territórios da Amazônia brasileira, que é fomentado pelo Estado brasileiro onde estimula o avanço do ideário capitalista guiado pela ocupação nas formas de distribuição de terra (floresta e cerrado) pelo Estado, o que resulta na comercialização fracionada de terras urbanas e rurais, constituindo assim a materialização da política de colonização oficial e privada na Amazônia brasileira, esta que foi implantada durante ao governo dos militares sob uma política nacionalista e desenvolvimentista.

É, neste contexto que a racionalidade do arranjo espacial na formação social capitalista é materializada na forma do sítio urbano, na desigualdade e fragmentação social que lhe é inerente. Assim a fragmentação e a desigualdade são lógicas na configuração das cidades amazônicas, ainda que essa lógica não seja desenvolvida de modo idêntico em todos os lugares do mundo.

A configuração urbana no Brasil pauta-se na racionalidade do processo de produção e reprodução da formação social atual, de tal modo que a lógica da produção e reprodução dos parâmetros da propriedade particular é fomentada nos processos de produção das cidades por meio de ambientes favoráveis a (re) produção do capital, na fase atual o capital globalizado.

Segundo Santos (2006), a ampliação dessa lógica na produção do urbano no Brasil resultou da interação entre o global e o local, onde a lógica do capital globalizado concebeu e estimulou a produção e reprodução de sua lógica no urbano por meio da apropriação e ampliação do setor imobiliário sobre as cidades, fazendo com que o valor de troca se tornasse mais necessário do que a própria moradia, onde o mercado imobiliário vende o lugar como símbolo do sucesso, da segurança, do lazer, da qualidade de vida, entre outros, em detrimento da moradia como condição humana e direito social.

Nesse cenário, um dos principais meios de acesso à cidade tem sido o fracionamento do lote urbano, assim como a construção em etapas, além da autoconstrução. Vale notar que esse processo de acessibilidade à cidade e a moradia tem sido influenciada pela racionalidade do capital, onde tem se criado mecanismos de financiamentos voltados a essa lógica de produção e ao acesso à moradia.

Ainda nesse contexto de organização do espaço da cidade contemporânea, há os que buscam construir seus espaços de acesso à cidade via ocupações consideradas irregulares e sem estrutura, e em locais considerados inadequados ao ecúmeno humano.

Na ampla área de estudo da Geografia, a linha de estudo acolhida para nortear o estudo sobre a configuração da cidade de Sinop é a geografia urbana, pois é uma área em que se permite estudar o processo de construção das cidades contemporâneas, contudo a pesquisa não se limitou apenas a essa área de estudo, ainda que seja central.

Mas, vale notar que nesse quadro da área de conhecimento, utilizamos do planejamento urbano, economia, antropologia e arquitetura, como meio na procura de compreensão do processo de produção e configuração da cidade de Sinop-MT no contexto de ampliação da espacialização da lógica capitalista na Amazônia. Tentativa essa que se desdobrou por meio dos seguintes questionamentos:

- No contexto da expansão do espaço geográfico capitalista sobre a Amazônia durante a década de 1970, período de construção de nova fronteira urbana e agrícola, como se deu a configuração do espaço urbano da cidade de Sinop?
- O surgimento de novos bairros, ampliação da área urbana, sua ocupação e novos modelos de empreendimentos, podem caracterizar a reprodução capitalista, em que sentido?
- A produção de um espaço fragmentado pode estar servindo a uma ação econômica de valorização espacial, de modo a produzir espaços valorizados financeiramente, de posse de imobiliárias e empreendedores capitalistas?

Assim, tais questionamentos nos levaram a elaborar os seguintes elementos de estudos que nortearam o desenvolvimento da pesquisa, sendo que o objetivo central que é caracterizar a configuração do espaço urbano da cidade de Sinop-MT, no contexto de ampliação do espaço geográfico capitalista na Amazônia. Em seguida

foram desenvolvidos os objetivos específicos que contribuíram com o processo de construção da cidade de Sinop no contexto amazônico, sendo eles: Identificar as origens do surgimento da cidade de Sinop, no contexto amazônico; analisar as características do processo de urbanização na Amazônia norte mato-grossense e como seus resultados se manifestam na cidade de Sinop; Identificar a atuação dos agentes, o Estado e o setor imobiliário na organização espacial da cidade.

Destaca-se que a cidade de Sinop/MT é produzida no contexto de expansão do espaço geográfico capitalista na Amazônia pós década de 1970, oriunda de uma região considerada de fronteira agrícola e área de transição entre o cerrado e a Amazônia. A fronteira se tornou na atualidade, centro de (re) produção da lógica do capital internacionalizado vinculados às atividades do setor do agronegócio. A cidade dá suporte a estas atividades na região, por meio do comércio e prestação de serviços especializados, que possibilitam a efetivação da produção e reprodução da lógica do setor na região norte mato-grossense, sul da Amazônia brasileira.

Propomos nesse trabalho investigar e produzir conhecimento sobre o processo que originou e configurou a cidade de Sinop. Reforçamos a análise com fundamentação em Santos (2006) e Carlos (2016), os quais sustentam que a configuração do urbano se expressa por meio da junção da estrutura física e social da cidade.

Assim, a configuração da cidade traz materializada em seu sítio a espacialização da formação social por meio de suas estruturas físicas, ou seja, na configuração da cidade materializam-se aspectos da cultura, do poder, da política, das relações sociais e econômicas, homem e natureza, entre outras.

Ainda conforme Santos (2006), o processo de formação e configuração da cidade na atualidade traz impressa a lógica do ordenamento global do processo de produção e reprodução da lógica de acumulação do capital. Lógica essa que se caracteriza pela flexibilidade e rapidez do processo produtivo e reprodutivo do capital, favorecido pelo que o autor chama de meio-técnico-científico-informacional, onde as técnicas de comunicação, transportes, conhecimento científicos, entre outros, são consideradas estratégicas para a garantia da circulação, produção/reprodução e acumulação do capital nos territórios.

Dessa forma, propomos investigar e ao mesmo tempo produzirmos o conhecimento sobre o processo de configuração da cidade de Sinop-MT no contexto amazônico vinculado a expansão capitalista na região e, tal propósito exige que

falemos das categorias geográficas do espaço e do lugar, uma vez que essas nos possibilitaram construir, no sentido filosófico, processos abstratos sobre a configuração do urbano no contexto da formação social capitalista.

Portanto, a construção do conceito de espaço geográfico para o desenvolvimento da pesquisa baseia-se na síntese e nas ponderações de Albuquerque (2009), que foi influenciada por diversas correntes de pensamentos, as quais com origens dentro e fora do pensamento geográfico. Ainda salienta a autora que no processo de construção do conceito de espaço geográfico, este foi influenciado pelo pensamento, assim como pelo uso das técnicas de estudos e de análise do espaço físico, em que se destaca a lógica da análise por descrição, com o objetivo de estabelecer as possibilidades de utilizar e explorar esse espaço.

Nesse contexto, o conceito de espaço geográfico fundamenta-se em Corrêa (2007) e Santos (1978; 2006), quando explicam o conceito de espaço com um espaço social, espelho externo da sociedade, local onde acontecem e concentram as ações humanas de tal forma que torna-se *lócus* de produção e reprodução das relações sociais, ou seja, é local de reprodução da sociedade, fruto das relações de trabalho, relações sociais, e das intervenções econômicas e políticas.

Ao discorrermos sobre lugar, compreendemos que o conceito nos traz vários sentidos, como bem disse Souza (2013), dentre eles, a definição de lugar como localidade qualquer, ou o sentido de espaço vivido e de pertencimento ao indivíduo. Todavia, o conceito ainda conforme o autor ultrapassa essa lógica, mesmo que não os excluam, visto que o lugar se caracteriza na atualidade pela intricada conexão com a lógica global, situação que o influencia no dia a dia, no trabalho, assim como no cotidiano urbano do homem.

Neste contexto, para Carlos (2007), a presença do global se faz por meio do conceito de urbano, e que se materializa na espacialidade da cidade, que é produzido através do espaço-tempo. De acordo com autora, a cidade constitui-se numa “ordem próxima”, enquanto o urbano refere-se a uma “ordem distante”.

Ainda apropriando do conceito de lugar, segundo Carlos, a lógica Global se revela no local nas dimensões de análise de mundo moderno, e que se organiza e articula-se de forma indissociável nos planos:

> **O econômico** (a cidade produzida como condição de realização da produção do capital...), **o político** (a cidade produzida como espaço de dominação pelo Estado na medida em que este domina a sociedade através da produção de

> um espaço normatizado); e **o social** (a cidade produzida como prática sócio-espacial, isto é, elemento central da reprodução da vida humana). Esses três planos revelam dimensões, como aquelas de local e global; tendo como plano de fundo o processo de mundialização da sociedade, enquanto constituição da sociedade urbana/espaço mundial (CARLOS, 2007, p.21).

Nesse sentido, vale notar que ao propormos analisar a configuração da cidade de Sinop dentro da lógica expansionista do capital na Amazônia norte mato-grossense pós década de 1970, referimo-nos ao lugar nos planos econômico, político e social.

Destarte, para responder aos questionamentos e aos objetivos da pesquisa, o trabalho foi organizado em dois capítulos. No primeiro capítulo, traz o processo de formação da Amazônia brasileira que é um processo originário de várias tentativas de ocupação desde o século XV, mas que se tornou intenso pós década de 1970, com inserção de novas estratégias geopolíticas que influenciam na ocupação e no aumento do número de núcleos urbanos na Amazônia e, principalmente, tornou-se base construtiva da cidade de Sinop.

O capítulo traz ainda a concepção de cidade na Amazônia brasileira a partir do viés político, econômico e social, com a junção das ações do Estado, do capital que criam mecanismos de ocupação dos espaços considerados vazios, para construção de projetos capitalistas. Os autores fundantes no desenvolvimento desse capítulo são: Rolnik (1995); Corrêa (1995, 2016); Spósito (2001, 2016); Carlos (1994, 2016); Santos (1988, 2012, 2013); Picoli (2005); Oliveira (2005); Harvey (2005); Bernardes (2007); Velho (2009); Becker (2013); Trindade Junior (2013); Porto Gonçalves (2016); Coy *et. al.* (2017) entre outros.

No segundo capítulo é realizada a discussão acerca do surgimento e expansão da cidade de Sinop entre as décadas de 1970 a 2000, elaborada no formato de série histórica com a finalidade de mostrar o processo de construção da cidade. O referido processo que se inicia na década 1970, com a abertura em etapas da floresta amazônica e se transforma em loteamentos que são organizados em setores industriais, residenciais e comercias e, na década de 1980 é dada a continuidade dos processos originários de organização e de desenvolvimento da cidade de Sinop.

As décadas de 1990 e 2000 se definem pela expansão da cidade sob as áreas rurais, aumento da lógica de mercantilização do solo urbano e da atuação dos agentes, Estado e imobiliários que passam a promover a inserção de novos produtos imobiliários na espacialidade da cidade de Sinop.

Lógica essa que evidencia o processo de construção da cidade de Sinop, no tópico, 3.4 – Série histórica do surgimento dos bairros e o processo de expansão urbana; nos itens: 3.4.1 - década de 1970: Formação do espaço urbano de Sinop; 3.4.2 – Configuração de Sinop década de 1980: continuidades dos processos de produção do espaço urbano; 3.4.3 – Configuração de Sinop: incorporação de áreas rurais à área urbana e apresentação de novos agentes durante a década de 1990; 3.4.4 – A configuração espacial da cidade de Sinop na primeira década do século XXI.

Tal forma de apresentação detalha a construção do espaço urbano da cidade onde os bairros são concebidos como lugares planejados e valorizados e ao mesmo tempo mostra a manifestação do modo de ocupação irregular que está presente em algumas áreas de reserva ambiental permanente que estão localizadas dentro do perímetro urbano de Sinop. O que destaca a existência de formas de acesso precário a cidade, a exemplo da construção do espaço de moradias por aqueles que não conseguem se inserir na lógica de valorização urbana da cidade.

A base teórica desse capítulo fundamenta-se nos seguintes autores: Peluso de Oliveira (1988); Corrêa (1995); Netto (2000); Lefebvre (2001); Sánches *et. al.* (2004); Teixeira (2006); Picoli (2005); Bernardes (2008); Harvey (2005); Becker (2012); Carlos (2016); Ferreira Santos (2017), entre outros.

Além da referida base teórica fundamentada na pesquisa bibliográfica, utilizamos da pesquisa documental, consulta em documentos oficiais da Colonizadora Sinop, dos órgãos municipais, o qual utilizamos da consulta ao Plano de Loteamento da Cidade de Sinop, Alvará de Abertura da cidade, Atestado de Sanidade Ambiental, Decreto de Aprovação do projeto da colonização, documentos publicados em Diário Oficial durante a década 1970, leis municipais criadas durante a década de 1980, Lei nº 007/83 Código de Postura, Lei nº 22/83 Código de Obras e os primeiros mapas de planejamento das terras da Colonizadora Sinop e da cidade de Sinop.

A consulta se estende às leis municipais criadas pós década de 1990, período em que o poder municipal passa a atuar mais efetivamente na regulamentação e no planejamento do solo urbano de Sinop. Originando assim, a elaboração do Plano Diretor, Decretos e Leis municipais que regulamentam a incorporação de áreas rurais ao perímetro urbano da cidade, a abertura de novos loteamentos até a primeira década de século XXI, período de (re) ordenamento da espacialidade da cidade.

Além dessas técnicas utilizamos da análise de fotografias das cinco décadas estudadas, com finalidade de mostrar e analisar o processo de construção, expansão

e transformação da espacialidade da cidade. E, no mesmo momento foram realizadas visitas a campo em áreas verdes, (áreas de reservas permanentes), aos primeiros bairros residenciais, aos setores industriais e ao setor comercial, criados durantes as décadas de 1970 e 1980, com a finalidade de observar e analisar a singularidade no processo de organização da espacialidade dos primeiros bairros.

Posteriormente, analisou-se a expansão do perímetro urbano, a inserção de novos produtos imobiliários, e as novas formas de organizar da espacialidade dos bairros, loteamentos e da própria cidade.

Em sequência, foram visitados os órgãos municipais, sites oficiais, como forma de identificar os loteamentos abertos nas décadas de 1990 e 2000, esses que representam o processo de expansão e marca o início da lógica de incorporação de áreas rurais ao perímetro urbano de Sinop. Os primeiros anos do Século XXI são marcados pela inserção de novas lógica de produção e organização do espaço urbano com a inserção de novos elementos e agentes imobiliários na cidade de Sinop.

Por fim, como apoio ao desenvolvimento da pesquisa utilizamos como ferramenta a coleta de dados, entrevista com moradores da cidade, como forma de reconhecimento do contexto histórico de concepção do espaço urbano da cidade de Sinop; utilizamos das ferramentas do programa de sistema coordenadas geográficas Datun: SIRGAS 2000, Software ArcGis 10.2 e as imagens satélite do Google Earth Pro.

Nas considerações finais desse trabalho, retomamos e desenvolvemos algumas ponderações relacionadas ao processo de configuração da cidade de Sinop no contexto de espacialização e ampliação da lógica capitalista na Amazônia.

Considerando que o processo de formação e configuração da cidade a partir da década de 1970, manifestou a articulação entre o Estado e o capital vinculado, sobretudo as atividades do agronegócio, articulação essa que promoveu por meio de discursos oficiais, além da atuação financeira por meio dos bancos oficiais e suas políticas de créditos, e a atração de pessoas de diversas regiões do país, sobretudo da Sul para o local onde seria criada a cidade de Sinop.

Enfatizamos ainda que, na atualidade, a cidade de Sinop, por meio de sua configuração com a lógica do *city-marketing,* se tornou centro de reprodução da lógica do capital vinculado às atividades do agronegócio e do setor imobiliário na região amazônica e norte mato-grossense.

2. CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE PRODUÇÃO E CONFIGURAÇÃO URBANA NA AMAZÔNIA

Este capítulo apresenta discussões sobre o processo de formação histórica e econômica da Amazônia brasileira, concebida à base da lógica de expansão do capital que expressa o modo de produção capitalista global sob os territórios conquistados, onde cidades foram planejadas para se tornar local de reprodução do capital.

Os tópicos estão organizados de forma a demonstrar como ocorre o processo de construção e inserção da Amazônia ao contexto nacional e internacional, bem como a concepção dos núcleos urbanos que são ferramentas de estratégias de ocupação do território amazônico.

Desta forma, o desenvolvimento do capítulo foi organizado de forma a demonstrar a construção dos primeiros núcleos urbanos, “as vilas”, estas que eram construídas próximas aos rios, de modo a favorecer as primeiras fases de acesso à região amazônica. E, com o aumento populacional e das áreas ocupadas na Amazônia, novas formas e técnicas de ocupação foram sendo inseridas ao contexto amazônico como, por exemplo, a construção de ferrovias no início do século XIX e, a construção de rodovias federais e estaduais nos séculos XX e XXI, e nesse período, os núcleos urbanos passam a ter novos significados dentro do contexto global e tecnológico.

E assim, os núcleos urbanos na Amazônia são concebidos a partir da inserção de novas técnicas de conquistas do espaço geográfico, onde as cidades construídas próximas às rodovias passam a absorver os fluxos das rodovias, ao passo em que também passam a influenciar no desenvolvimento regional.

2.1 ELEMENTOS FUNDANTES DOS ESPAÇOS URBANOS AMAZÔNICOS

Para que o homem construísse um espaço de vivência coletiva, o qual atualmente denomina-se cidade, houve fases de mudanças de significados ao longo desse processo, significados esses que ficam evidentes no espaço geográfico a partir da observação de características específicas, que remetem à contemporaneidade.

Para embasarmos o raciocínio de construção e evolução do conceito e do processo de produção da cidade na contemporaneidade, parte-se do pressuposto de que a concepção do espaço urbano passou por várias transformações ao longo da história, tanto em sua matriz teórica e metodológica quanto em suas técnicas de construção e produção do espaço urbano, uma vez que esse novo conceito influi no modo de pensar dos sujeitos que produzem, que estruturam e configuram a cidade.

Esse processo evolutivo que determina a construção do conceito e que também influencia os métodos de análise do espaço urbano, de acordo com Santos (1988), Carlos (1994) e Spósito (2001), dá-se em decorrência da evolução humana, isto é, quando um sujeito produz um espaço de vivência coletiva, cheio de significados e expressões do homem na natureza, e da natureza no espaço-tempo.

No Brasil, as novas formas de produzir o espaço urbano das cidades, segundo Santos (1993) e Carlos (1994), tiveram início entre as décadas de 60 e 70, com a inserção de novas técnicas e significados dados pelo homem devido ao modelo capitalista em sua fase de expansão e incorporação de novos territórios que, até então, eram considerados despovoados e isolados dos centros comerciais, embora tivessem uma forte ligação com os países da Europa e América do Norte.

Na Amazônia brasileira, essa lógica de produzir o espaço urbano das cidades pós-década de 1970 é expressa, segundo Trindade Júnior (2013), Becker (2013) e Porto-Gonçalves (2004; 2016), como parte do processo da materialização e reprodução do modelo capitalista hegemônico dos países da Europa, ou seja, reproduz a lógica de uma sociedade urbana-industrializada sobre os territórios “conquistados”, apropriados e controlados.

Com base nas ponderações de Santos (1993), ao analisarmos o processo de formação das cidades brasileiras, notamos que tal procedimento também está presente nos países da América Latina, a exemplo do Brasil, onde houve um processo de urbanização que se baseou: a) na industrialização acelerada, na expansão e materialização do modelo de reprodução capitalista global sobre as sociedades locais e; b) na forma de produzir os novos espaços urbanos, de maneira que se reproduzisse a racionalidade da configuração urbana das cidades europeias, ou seja, nesses espaços são produzidos e difundidos.

Ainda de acordo com Santos (2006), esses arranjos traduzem-se na inserção da lógica externa ao contexto de vivência local, desse modo, criam-se diversos espaços com configurações específicas.

E no contexto amazônico, surgem as primeiras vilas durante o período do Brasil Colônia, segundo Nascimento (2011) e Trindade Júnior (2013), tem origem a partir da exploração e comercialização dos produtos naturais e da tentativa de ocupação, com a finalidade de garantir que a Amazônia continuasse a pertencer a Portugal. Para Becker (2013), no texto *A Urbe Amazônida*, as cidades da Amazônia surgem como consequência de vários surtos econômicos e da busca por riquezas naturais, as chamadas “drogas do sertão”.

Ainda sobre a formação dos núcleos urbanos na Amazônia, segundo Trindade Júnior (2013), materializa-se uma estrutura urbana diversificada, com traçados urbanos influenciados pela lógica europeia, contudo, sem deixar de expressar o regional e o local. Essa dinâmica urbana se articula à presença de uma população tradicional, os povos da floresta – resultantes das migrações anteriores à década 1970 –, comunidades indígenas –, e das recentes migrações que ocorreu sob influência dos incentivos dados às frentes colonizadoras pós década de 1970.

Logo, a configuração inicial da rede urbana na Amazônia brasileira, segundo Trindade Junior (2013) e Becker (2013), trouxe a racionalidade dos interesses econômicos que estão fundamentados nas atividades de exploração e extração dos recursos naturais destinados ao mercado internacional, situação essa que influenciou decisivamente no processo de produção e nas características das primeiras vilas e comunidades desde o século XV.

Singer (1976) entende que, em tempos mais recentes, as formas de apropriação dos territórios “vazios e improdutivos” pela lógica de produção capitalista criam espaços especializados na produção de alimentos para abastecer o mercado internacional. No contexto amazônico, entende-se que o processo de construção e configuração das cidades amazônicas é parte dessa lógica de ampliação do capital na formação dos territórios especializados, que foi construído e (re) configurado dentro desse modelo de ocupação global.

Conforme Santos (2008), esse cenário se traduz no sentido da globalização com a inserção dos processos do meio técnico cientifico com finalidade de criar e interligar os espaços geográficos ao sistema de produção capitalista global. Portanto, no contexto amazônico entende-se que esses fatores constituem elementos que interferiram diretamente na configuração urbana e na dinâmica interna das cidades e região.

Com base em Carlos (2016), Vasconcelos (2016) e Corrêa (2016), esse fenômeno repercutiu na construção e ordenamento das cidades brasileiras e influíram nas formas de análise e nas modificações estruturais de construção do conceito de espaço urbano, configurando as chamadas cidades contemporâneas. De acordo com os autores supracitados, tal fato ocorre em virtude das novas formas de apropriação do capital sobre o espaço urbano que acontece por meio dos agentes que produzem e consomem esse espaço, e passam a intervir e construir um espaço-*habitat* próprio, com ações que são impressas no tempo-espaço.

Nesse sentido, Santos (1988), explica que no processo de (re) construção de novos espaços-*habitat*, há uma metamorfose no espaço pré-habitado, ou seja, mudanças na paisagem já existente a partir da implantação de um modelo de configuração, que expressam traços de modernidade do meio técnico-científico informacional.

Portanto, com base no autor citado, há essa ocorrência porque os meios de interferência na configuração da paisagem natural do espaço geográfico da Amazônia se propagam por meio de um conjunto de processos históricos, econômicos e políticos, bem como pela ação dos agentes produtores do espaço geográfico capitalista, que o moldam de forma a valorizá-lo.

Esse processo de valorização do espaço amazônico, com base em Botelho (2007), Santos (2012), Miele (2015) e Sanfelici (2015), quando discutem as estratégias do capital e o processo de produção dos espaços urbanos entende-se que o capital influencia essa mudança ao criar estratégias, práticas e técnicas que são concretizadas por meio das ações dos agentes produtores do espaço, tornando-o planejado, fragmentado, mercantilizado e, ao mesmo tempo, atraente ao capital que o transforma em mercadoria de alto valor econômico.

Neste contexto de análise do espaço urbano, Carlos (2016, p. 63), explica como ocorreu o surgimento das cidades e o processo de apropriação do capital sobre o modo de vida urbana, em que o capital encontra formas de (re) produzir-se:

> A produção do espaço urbano é anterior ao capitalismo e se perde numa história de longa duração iniciada no momento em que o homem deixou de ser coletor e caçador e criou condições de, através do seu trabalho transformar efetivamente a natureza (dominando-a) em algo que é próprio do humano.

Para entendermos o fenômeno da apropriação do capital sobre as cidades, Spósito (2001), explica que os primeiros indícios do homem em sociedade foram registrados na Era Paleolítica com o surgimento das primeiras aldeias, que futuramente se tornariam cidades. Essas aldeias se formaram em cidades em dois momentos: no primeiro momento, houve o processo evolutivo do homem; em seguida, deu-se o desenvolvimento da atividade agrícola como forma de subsistência.

Diante do processo evolutivo do homem como sujeito que passa a produzir seu próprio espaço e se organiza em sociedade, essas formas de grupamento em aldeias transformam-se nas primeiras vilas. É a partir desse processo que se constrói o modo de vida coletivo, embrião do atual modo de vida urbana nas cidades.

De acordo com Rolnik (1995), esse modo de vida coletivo se transforma em um modelo de sociedade complexo, quando o homem começa a organizar-se em grupos no interior das aldeias, criando-se hierarquias de comando e relações sociais de trabalho mais específicas e intensas, pois a partir desse momento há interações econômicas, políticas e a ampliação das atividades comerciais.

Nesse sentido Becker (2013), com base em Jacobs (1969), explica que o comércio está na raiz da formação das cidades, ou seja, surge em função da atividade agrícola da época, e as cidades tornam-se local onde vendiam os excedentes agrícolas e produtos artesanais.

Com isso, segundo Rolnik (1995), as cidades passam a organizar-se em função dessas relações comerciais, as quais influenciam também na complexidade das interações sociais e de trabalho e, essas relações passam a operar nas formas de (re) organização interna da cidade e define todo um espaço circundante.

A partir desse período com ampliação da atividade comercial e das relações de trabalho, segundo Lefebvre (2001), os centros urbanos, tornam-se locais de acúmulo de riquezas: objetos, tesouros, “capitais virtuais”, e local de apoio às comunidades camponesas.

A concentração do lucro produzido do excedente agrícola nas cidades faz com que os núcleos se tornem local onde são desenvolvidas novas técnicas e inseridas nas atividades produtiva e agrícola no campo como no processo de construção e (re) organização da cidade.

Esse fenômeno ocorreu, segundo Lefebvre (2001), como resultado da introdução do processo de urbanização-industrialização iniciado nos países da Europa que, posteriormente, espalhou-se para o resto do mundo passando a representar uma

moderna ideologia, tornando-se um dos principais indutores de produção, organização e (re) configuração das cidades.

O quadro de urbanização via industrialização, de acordo com Santos (1993), é reflexo da inserção da ciência, de técnicas e informação. Ainda, segundo o autor nos países da América Latina, esse modelo passa a vigorar a partir dos séculos XIX e XX, com a mecanização dos territórios e a substituição do meio natural pelo técnico-informacional.

De acordo com Camacho (2010) e Trindade Júnior (2013), o referido modelo passa a determinar a produção e (re) configuração dos espaços urbanos das cidades, através da indução de um modelo de ocupação universal, cuja finalidade é tornar os lugares homogêneos.

No contexto amazônico, entende-se que a produção dos espaços urbanos está ligada a ampliação do capital na Amazônia, ocupação por meio dos modelos de colonização oficial e privada financiada com recursos nacional e estrangeiro que determina o modo de vida local já existente. Para Porto-Gonçalves (2016, p. 293), “essa é uma das características do modelo colonizador moderno, que é base para acumulação do capital”.

Com base em Corrêa (1995), entende-se que essa organização do espaço urbano amazônico constituiu parte do contexto histórico de produção das cidades da América latina e brasileira, onde foram construídas no período que inicia em 1850 e se estende mais ou menos até 1930. E, segundo o autor criou-se no espaço interno das cidades uma organização espacial elaborada, mas, em constante transformação.

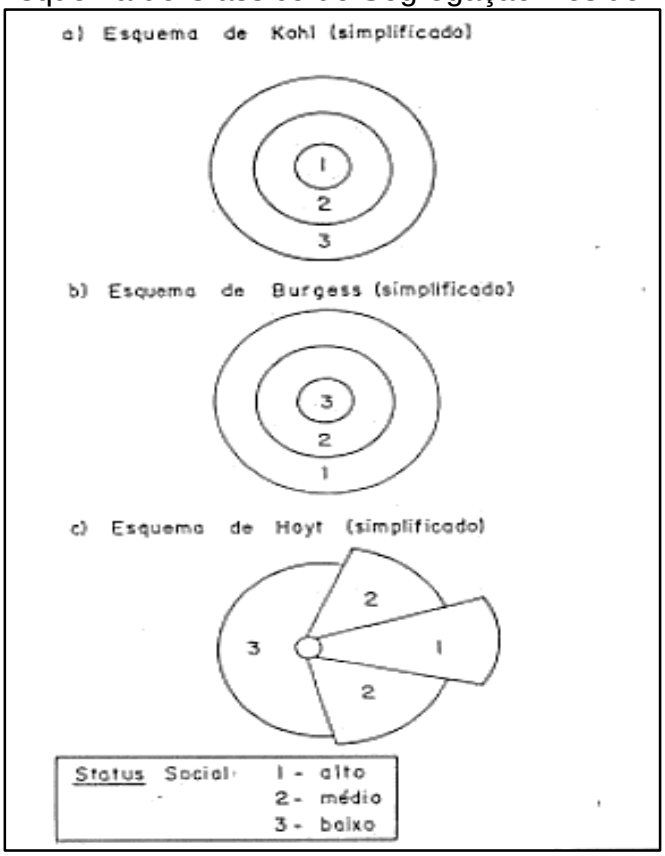
Conforme Corrêa (1995), ao utilizar o modelo de Khol para analisar a organização espacial das cidades na América Latina, o autor observar que na primeira fase, a elite reside no centro da cidade e, posteriormente, com o emergir da classe média, o nascimento da indústria, o desenvolvimento do comércio, introdução técnicas de meio de transporte, a abertura de áreas residenciais mais afastadas do centro da cidade faz com que a essa elite transfira suas residências para locais distantes do centro, onde são abertas áreas residências dotadas de exclusividade e infraestrutura.

Há ainda sobre a configuração urbana das cidades, nesse período a área central passa ser ocupada pelas correntes migratórias oriundas de outras regiões, ou seja, que se deslocam tanto das cidades metropolitanas como para cidades interioranas, essa lógica se estende às pessoas que se deslocam do campo para cidade, que passam a ocupar as velhas mansões “abandonadas” pela classe alta que

estão próximas ao setor comercial, local de emprego. O autor citado, explica que devido a ocupação das mansões abandonas no centro cidades, essas mansões se transformam em cortiços, local de acúmulos de gentes em busca de emprego nas fabricas, nos comércios e escritórios. Nesse contexto de organização do espaço urbano das cidades da América Latina, segundo Carlos (1995) a classe média passa a ocupar as periferias ou áreas distantes do centro.

A figura 01 mostra essa mudança na configuração espacial das cidades na América Latina com o esquema segregação residencial simplificado de – Kohl, Burgess, Hoyt -.

Figura 1: Esquema de Clássico de Segregação Residencial.



Fonte: (CORRÊA, 1995)

A figura 1, nos três esquemas, mostra-nos o movimento das classes socais na espacialidade da cidade e, segundo Corrêa (1995), o referido esquema (figura 1) que foi proposto por Kohl, Burgess, Hoyt, visa demonstrar a organização espacial em algumas cidades latino-americanas no final do século XIX, mas que não predominante uma configuração predominante na espacialidade das cidades brasileiras.

Para Santos (1996), esse modelo de espacialidade recebe influências das novas formas de produzir a cidade e trazem ideologias que expressam a forte ligação entre global – local, onde é inserida a lógica de produção capitalista que se manifesta por meio do parcelamento e da financeirização do solo urbano.

Segundo Corrêa (1995), tais fatores passam a influenciar na organização interna da cidade e criam várias formas de organização espacial que podem coexistir no interior dos bairros. A esse respeito, o autor explica que a organização interna na cidade se manifesta de forma descentralizada, originando novos subcentros no interior dos bairros, com setores comerciais, bairros residenciais de forma a atender a elite e as classes mais populares.

Atualmente, segundo Corrêa (1995), o modelo de organização espacial se expressa pelo acentuado processo migratório para as cidades que influenciam na periferização, na autoconstrução dos loteamentos populares, difusão de conjuntos habitacionais periféricos criados com recurso públicos. Mas, por outro lado, criam-se espaços valorizados, como bairros residenciais, condomínios com *status* de exclusividade mais afastados do centro comercial da cidade e, esses constituem um dos elementos que caracterizam a segregação urbana.

Nessa perspectiva, Abreu (2016), esclarece que é na espacialidade da cidade onde se materializam os processos sociais de forma objetiva, ainda que, a princípio, desempenhem a função de centro comercial e, posteriormente, desenvolvam-se como local de (re) produção do capital.

Embora sendo uma análise das cidades amazônicas, na concepção de Davis (2006), e com base no texto “O climatério urbano”, quando discute o fenômeno das cidades na Europa e na América do Norte, entendemos que tal modelo pode também ser replicado em outras partes do mundo, de forma que a organização das cidades tenham uma funcionalidade específica e atendam às necessidades de (re) produção do capital.

Em virtude dessa lógica no contexto amazônico, o modelo de organização do espaço geográfico, para Porto-Gonçalves (2016), é característica de um modelo hegemônico e que tem se generalizado nos espaços produzidos sob o viés capitalista de produção global. E, para ampliação dessa lógica, com base no autor, entende-se que para construir espaços que gerem lucros, o capital apropria-se de territórios já ocupados, o que conforme Santos (2012), é uma das características do capital, o de moldar o espaço já habitado.

No contexto amazônico, para Becker (2013), um dos elementos essenciais desse processo se dá através das relações de “trabalho novo” e “trabalho velho”, que traduz no aumento dos processos produtivos e no crescimento econômico, o que influencia novas divisões do trabalho, onde a cidade se torna local especializado de concentração e desenvolvimento dessa lógica produtiva.

Para Becker (2013), esse é um dos fatores que determinou a inserção da Amazônia ao sistema capitalista de produção, que se dá com a materialização das ações e decisões políticas e econômicas globais sobre o local. A partir dessa nova configuração na Amazônia, intensificam-se as relações de trabalho, as exportações de produtos *in natura*, tornando-a uma região reprodutora.

Nesse sentido, Oliveira (2005), salienta que a materialização dessa lógica se dá com a participação do Estado brasileiro em parceria com empresas capitalistas via implementação de políticas nacionalistas com viés desenvolvimentistas, mediante modelo de colonização oficial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, como modelo de colonização privada (Empresa Particular).

O que implicou, a partir da década de 1970, no incentivo e no início da colonização privada na Amazônia brasileira, de acordo com Trindade Júnior (2013), nesse período surge na região amazônica as “cidades rodoviárias” que são concebidas em torno das ferrovias e dos eixos rodoviários – BR-010 (Belém (PA)–Brasília (DF)); Transamazônica; BR-163 (Cuiabá (MT)-Santarém (PA)); BR-364 (Cuiabá (MT)-Porto Velho (RO)) –, a qual tornam-se *lócus* de desenvolvimento das técnicas de trabalho, novas espacialidades urbanas e base de surgimento de ordenamentos territoriais.

Ainda para Trindade Júnior (2013), as novas cidades que surgem na Amazônia são caracterizadas como cidades “Na Floresta” e “Cidade Rodoviária”, e que, devido a sua localização, recebe forte influência das rodovias, tornando-a mais dinâmica e com possibilidade de intensificação de intercâmbio de fluxos e fixos. Traduz-se como uma cidade onde há presença de atividades econômicas modernas servindo de apoio à frente de expansão, a partir das seguintes atividades: extração de madeira; desenvolvimento pecuário e implantação e desenvolvimento da agricultura moderna.

Já com base em Corrêa (1995), no texto “Quem produz o espaço urbano?” Entende-se que o referido fenômeno ocorre a partir das ações dos agentes que produzem e consomem o espaço geográfico capitalista, sendo eles: O Estado, os

proprietários fundiários, os proprietários dos meios de produção, os promotores imobiliários e os grupos sociais excluídos, que atuam da seguinte forma:

1) O Estado – atua desde da produção à configuração urbana da cidade, por meio de implementação de políticas públicas urbanas, na criação e implementação de leis e normas de conduta e uso da terra urbana. Ao desenvolver esses papéis, torna-se o principal financiador e intermediador de conflitos entre os demais agentes;

2) Os proprietários fundiários – estes agentes atuam de várias maneiras, mas, o principal objetivo é obter lucros com suas propriedades, tal forma que o essencial é o valor de troca e não o valor de uso. Esses agentes influenciam na espacialidade da cidade quando estimulam e expulsam os trabalhadores rurais para os núcleos urbanos. E, isso ocorre devido a concentração de terras rurais, a inserção do modelo de produção baseado na monocultura e uso de tecnologias nas atividades agrícolas. Com essas ações, os proprietários de terras esperam ampliar e alcançar maiores lucros, principalmente, com a incorporação de terras rurais ao perímetro urbano, com a finalidade de expandir o território da cidade e construir habitações e complexos comerciais e industriais;

3) Os proprietários dos meios de produção – são considerados grandes consumidores do espaço geográfico da cidade, pois, esses agentes precisam de terrenos amplos e baratos para construírem suas indústrias, empresas e satisfazer aos requisitos pertinentes às suas atividades econômicas. E, ao procurar por terrenos mais baratos, esses agentes começam a entrar em conflitos com os proprietários de terras rurais. É, neste momento, em que o Estado atua amenizando os conflitos entre os agentes, ocasionado no aumento no preço das terras, refletindo no fenômeno de especulação imobiliária, e neste momento, os promotores imobiliários ganham altos lucros.

4) Os promotores imobiliários – esses agentes atuam na produção da cidade utilizando das necessidades básicas de sobrevivência do homem como, por exemplo, a moradia, assim, cria-se meios e estratégias inovadoras de uso do solo urbano que replica nas atividades de incorporação de áreas rurais ao perímetro da cidade através de parcelamento e financiamento, estudo técnico de planejamento e organização da cidade, construção de imóveis e comercialização que transforma o capital-mercadoria em capital-dinheiro, acrescido de lucros.

5) Os grupos sociais excluídos – são constituídos por pessoas que não se “encaixam” no processo de consumo do espaço urbano de maneira lucrativa, pois,

esses agentes não possuem renda para alugar ou comprar um imóvel que lhes garantam uma habitação digna. Diante disso, esse grupo atua de forma parcial na produção e consumo da cidade, quando constroem seus espaços no entorno da cidade com habitações em forma de cortiços sob o sistema de autoconstrução, construção de conjuntos habitacionais financiados com recursos públicos.

A partir das ponderações de Corrêa (2005), sobre as ações dos agentes produtores do espaço urbano da cidade, observa-se que esses atores atuam de forma conjunta e articulada. Conforme Vasconcelos (2016) e Spósito (2016), destacam que por meio das ações dos atores que produzem o espaço urbano são impressas ideologias, culturas e novos modos de vivência de uma sociedade, seja de uma classe hegemônica ou não concretizando assim as formas de se organizar e configurar o interior da cidade.

Para Carlos (2016), a articulação dos atores ao construir a cidade está atrelada aos interesses particulares desses atores. Segundo, Vasconcelos (2016, p.86) “cada grupo tem um modo distinto de determinar o valor de uso e o valor de troca e o que é valor de uso para um, é valor de troca para outro”; é neste momento que o espaço urbano da cidade se torna mercadoria de alto valor econômico.

A concretização da lógica capitalista na cidade, segundo Corrêa (1995), cria-se diversas formas de uso da terra urbana e define áreas como o centro da cidade, setores industriais e comerciais e áreas de localização dos bairros residenciais específicos para atender as necessidades de moradia da classe baixa e média e aos desejos de exclusividade da classe com maior poder aquisitivo.

Em decorrência das transformações dos modos de produzir a cidade, na contemporaneidade, o planejar do espaço na cidade, cria-se espaços desiguais, segundo Ribeiro (2011), isso se traduz não apenas em caráter econômico, mas também em virtude das necessidades humanas, construção de infraestrutura urbana na cidade que transforma o espaço em produto humanizado, que traduz-se em um bônus.

No contexto da Amazônia, ao materializar os processos sociais, econômicos e políticos e formas espaciais, as cidades tornam-se mais atrativas para a reprodução capitalista que se apropria de espaços considerados “vazios” passa a planejá-los, criando novos ordenamentos territoriais e novas configurações urbanas e rurais. Nesse sentido, os vários centros urbanos no interior das regiões brasileiras começam

a serem produzidos com a finalidade de atrair grandes populações, que vinham em busca de melhor qualidade de vida, emprego e moradia.

A lógica de produção global capitalista em construir os espaços especializados e produtivos se traduz na região amazônica pós década de 1970, conforme Oliveira (2005) e Coy *et. al.* (2017), com a construção de vias de acesso e circulação na região, construção de cidades planejadas como mecanismos de valorização do solo, uso intensivo da mídia em torno da oferta de terras rurais e lotes urbanos nas cidades planejadas. Com isso, se criam nas pessoas a oportunidade de concretizar o sonho da terra para o cultivo e da casa própria como sinônimo de segurança, tranquilidade e qualidade vida.

Nesse período, segundo Picoli (2005) e Oliveira (2005), as regiões da Amazônia brasileira passam a receber financiamentos do Estado brasileiro em parceira com as empresas capitalistas e, esses elementos tornam-se um dos fortes indutores de ocupação da região norte mato-grossense via o uso da mídia que teve uma participação importante na divulgação das políticas públicas de ocupação da Amazônia.

Nesse cenário, a construção dos núcleos urbanos planejados pós década de 1970 no norte mato-grossense, segundo Coy *et. al*. (2017), deu-se devido às restrições estatais ao cultivo do café nas regiões brasileiras Sudeste e Sul, a escassez de terras, os problemas climáticos e infertilidade do solo que favorecem as condições naturais de produção agrícola, a exemplo do Estado do Paraná. Em decorrência desses fatores, surge a necessidade de diversificar o uso da terra, com a procura por novas alternativas de produção agrícolas e comerciais que gerassem aumento nos lucros aos capitalistas.

Devido à modificação da estrutura agrária que resulta em problemas sociais que influenciou o aumento da população urbana nas regiões brasileiras metropolitanas e, principalmente, na região do Sul, de acordo com Becker (2005), o Estado brasileiro vê-se impulsionado pelas correntes capitalistas internacionais e nacionais, e intensifica-se o processo de colonização e ocupação da Amazônia, abrindo novos espaços aos antigos e novos modelos de produção agrícola.

Além desses fatores, de acordo com Coy *et. al.* (2017), o Estado brasileiro via-se diante de um cenário internacional: do fenômeno da revolução agrícola, impulsionado pela “revolução verde”; e da importância de intensificar os meios de

produção capitalista global; inserir as regiões brasileiras no sistema capitalista de produção global e no circuito internacional de consumo de bens industrializados.

Temos assim que esses fatores impulsionaram de forma significativa a ampliação da fronteira agrícola moderna sobre a região Centro-Oeste e a Amazônia brasileira.

Para viabilizar os planos de ocupação, tornar a região produtora de alimentos e absorver o excedente de mão de obra das outras regiões brasileiras, Oliveira (2005), destaca que o governo federal utilizou de técnicas de transporte rodoviário e criou a primeira Rodovia Federal Belém-Brasília (1960), com a finalidade de adentrar o espaço geográfico da Amazônia e incentivar o deslocamento das primeiras populações para a região, integrando o interior do sertão aos demais centros comerciais brasileiros.

Com base nas ponderações de Santos (2008), podemos caracterizar esse período como uma das fases do meio técnico-científico-informacional na Amazônia, na qual abriu caminho para futuras ocupações e diversificação do uso da terra, por meio de novas técnicas e métodos.

De acordo com Velho (2009), a construção das Rodovias Transamazônica, BR-163 (Cuiabá - Santarém), que tinham por finalidade cortar o Brasil de Sul - Norte, Leste-Oeste, tornando-se uma porta de entrada para a Amazônia, base para futuras vias de acesso terrestre, possibilitando uma maior circulação de pessoas e mercadorias.

A partir desse momento, para Coy *et. al.* (2017), começa uma nova fase de (re) configuração da paisagem natural com a implantação de novos e dinâmicos espaços urbanos, pois o trecho da rodovia Transamazônica estruturou-se conforme projeto de colonização oficial, em que o INCRA ficou responsável por assentar as famílias inscritas no programa de reforma agrária. Segundo Velho (2009), o projeto de colonização oficial possuía uma organização territorial baseado nos modelos de Agrovilas, Agrópolis e Rurópolis e formava a seguinte estrutura espacial:

> Agrovila – composta em média de 50 famílias, conta com uma escola primária, um pequeno posto de atendimento de saúde e comércio reduzido. Circundando a agrovila, a distâncias que variam de 500m a 5 km, estão os lotes rurais, de 100 hectares cada um. Agrópolis – polariza, em média, 20 agrovilas; conta com uma cooperativa, um posto de assistência social e de saúde, um de assistência técnica, escola primária, agroindústrias e serviços urbanos de infraestrutura. E, também, o centro administrativo dos órgãos públicos. Deve ser instalado a cada 40 km. Rurópolis – localiza-se no centro

> do círculo, sendo o ponto de integração entre agrovilas e agrópolis (CARDOSO e MULLER, 2008, p. 108).

Observa-se que enquanto nas proximidades da Transamazônica eram implantados os projetos de colonização oficial, segundo Coy *et. al.* (2017, p. 20), no norte mato-grossense, nas proximidades da BR-163 “foram implantados uma série de projetos de colonização privada, instalados por firmas do sul do Brasil, o que apresenta uma configuração espacial particular e atípica das demais regiões da Amazônia no período pós-década de 1970” e, nota-se que a implantação tanto dos projetos oficiais como privados tornou-se estímulo ao aumento do número populacional de residentes dos núcleos urbano na Amazônia brasileira, principalmente no Estado de Mato Grosso. Conforme Picoli (2005) o *boom* populacional entre as décadas de 1970-2000 constitui-se como um dos eventos que influiu diretamente na transformação da paisagem da floresta.

Com base nas observações de Davis (2006), que analisa o aumento da população urbana nas cidades globais, entende-se que o repentino crescimento populacional que ocorreu na Amazônia brasileira é uma característica dos núcleos urbanos, é originário do fenômeno migratório que ocorre em escala global, onde as pessoas se deslocam tanto para interior de uma região, como para outras regiões e localidades metropolitanas.

Ainda de acordo com o autor, e com base no modelo de Turner desenvolvido na década de 1960, explica que os migrantes rurais de um modo geral, mudam-se para a cidade por dois motivos: em busca por melhor qualidade de vida, e sob influência do processo de industrialização que abrange o campo e o estilo de vida nas cidades. E, ao chegarem à cidade, procuram um local de moradia no centro, com a finalidade de encontrar emprego e, posteriormente, com a garantia e segurança do emprego, mudam-se para periferia, onde podem pagar aluguéis ou comprar um terreno mais acessível.

No Brasil, conforme Oliveira (2005), Picoli (2005) e Coy *et. al.* (2017), o processo de migração ocorreu tanto no deslocamento de pessoas dentro da mesma região como de outras regiões brasileiras, a exemplo da ocupação do norte mato-grossense, que foi habitado, em sua maioria por colonos e pequenos agricultores, comerciantes, trabalhadores braçais e prestadores de serviços. E nesse contexto migratório destaca-se a participação dos grandes proprietários de terras, os quais

transferem suas residências para os núcleos urbanos devido ao papel que as cidades passam a desenvolver diante do novo modelo de produção agrícola.

No decorrer da década de 1970, com a mudança da estrutura agrária e industrial, surge a necessidade de diversificação do uso da terra e ampliação da fronteira agrícola. Diante dessa mudança estrutural, de acordo com Coy *et. al.* (2017), as cidades no norte mato-grossense passam a desenvolver o papel de centro urbano de apoio ao modelo de produção agrícola com base na concentração da agroindústria, passando a desenvolver atividades técnicas e tecnologias voltadas para o modelo econômico de produção vigente.

Logo, essas cidades tornam-se um local onde se desenvolve e utiliza novas tecnologias e começam a atrair os proprietários terras rurais, que se apropriam da cidade e passam a utilizá-la como espaço para investimento dos lucros adquiridos com a renda da terra, torna-se local de vivência com a família.

Com base em Carlos (1992), entende-se que esses (re) arranjos na cidade influem na espacialidade e constituem uma expressão mais contundente do processo de produção da humanidade sob a égide das relações desencadeadas pela formação econômica e social capitalista. Corrêa explica que esses arranjos criam na cidade áreas planejadas:

> [...] áreas como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e gestão; áreas industriais; áreas residenciais distintas, em termos de forma e conteúdo social; de lazer; e aquelas de reserva para futura expansão (CORRÊA, 1995, p. 7).

Essa forma de organização também representa a materialização dos diferentes conjuntos de usos da terra e das relações sociais desenvolvidas na espacialidade da cidade no tempo-espaço e, que reflete na configuração urbana. Nesse sentido, Freitas e Ferreira (2011, p.4) explicam que essas “ações sobre o espaço urbano têm caráter histórico, incorporam interesses, estratégias e práticas espaciais que, por natureza, compreendem ideologias e também contradições e conflitos”.

Para Santos (2006), a produção e ordenamento do espaço urbano são considerados como sendo o resultado da “relação homem/natureza/homem”, que ocorre ao longo da história por meio de um conjunto de ações do homem, que passa a viver em sociedade em um determinado espaço geográfico.

Carlos (2016), complementa que essa relação espaço-tempo é concretizada pela prática socioespacial de vivência cotidiana. A partir das práticas socioespaciais,

o capital apropria-se das necessidades humanas e cria nos espaços urbanos estratégias e articulações que intensificam o processo de tecnificação informacional para tornar as cidades um ambiente mais propício para a (re) produção do capital.

Essas técnicas de organização da espacialidade da cidade é resultado da expansão e apropriação do sistema capitalista sob os núcleos urbanos que começam a ganhar mais importância, segundo Santos (2012), esse acontecimento se dá principalmente a partir da década de 1970, em decorrência das crises econômicas nos países da Europa, pois o capital precisava encontrar novas estratégias de sobrevivência e diversificação das formas de reprodução dos lucros. Para Botelho (2007), é nesse momento em que as estratégias de financeirização e especulação imobiliária da terra urbana começam a ser mais intensas no interior da cidade.

Nesse sentido, Carlos (2011), explica que o capital ao apropriar-se dos espaços das cidades por meio dos agentes socais, tornam-se articuladores e criam-se espaços seletivos e individualizados dentro da lógica de espaço produtivo que moldam e controlam o modo de vida e assim produz novos sentidos à espacialidade da cidade.

Para Santos (2015), o citado modelo de organização da cidade se traduz em um negócio de alto valor econômico, o qual resulta da transformação da cidade sob os moldes capitalistas e passam a gerar novas configurações e revitalização das espacialidades urbanas já existentes nas cidades.

Bispo e Silva (2015), afirmam que esse modelo de produção urbana das cidades está ligado ao destaque que se dá ao valor de troca no espaço dos centros urbanos, tornando a cidade uma mercadoria produzida pelo financiamento do Estado e do capital. Conforme Morais (1999), é nessa forma de relacionamento entre sociedade e espaço que o capital, por meio do mercado imobiliário, encontra uma maneira de gerar mais-valia, (re) produzir e acumular mais capital.

É nessa nova fase que as cidades passam a desempenhar um novo papel: o que era simplesmente um centro comercial, lugar onde eram realizadas as trocas comerciais dos excedentes produzidos, torna-se um local para construir e ser consumido.

Por conseguinte, no Brasil, desde o período colonial, os centros urbanos desempenham funções de apoio às atividades econômicas vigentes desde o século XV, que foi sendo aprimorada de tal forma que passa a ganhar um novo conceito e, segundo Corrêa (1995), a cidade torna-se uma mercadoria de alto valor para reprodução do capital.

Abreu (2016), por sua vez, explica que a imagem que é construída em torno das cidades as transformam em mercadoria e ao mesmo tempo faz concentrar e movimentar grandes vultos de lucros. A esse respeito, Carlos (2016, p.60), explica como ocorre a inversão do sentido dado à cidade como o centro comercial para cidade mercadoria.

> [...] a produção expande-se espacial e socialmente (no sentido que penetra toda a sociedade), incorporando todas as atividades do homem e redefinindo-se sob a lógica do processo de valorização do capital – o espaço tornado mercadoria sob a lógica do capital fez com que o uso (acesso necessário à realização da vida) fosse redefinido pelo valor de troca. A produção do espaço se insere na lógica da produção capitalista que transforma toda a produção em mercadoria. Uma nova contradição fundamental a produção do espaço nesse período da história: essa produção, como definidora da sociedade, realiza-se socialmente – criação da totalidade da sociedade –, mas sua apropriação é privada, isto é, o acesso aos lugares de realização da vida, produzidos socialmente, realiza-se, dominantemente, pela mediação do mercado imobiliário, fazendo vigorar o valor de troca sobre o valor de uso.

Albuquerque (2009), afirma que tal processo é resultado da mercantilização da terra, iniciado na industrialização, que se fortaleceu e intensificou nos espaços a partir da urbanização, apresentando características de um espaço-mercadoria e objeto político e estratégico. Sendo assim, Carlos (2016, p. 64), destaca a ação dos atores que produz a cidade e:

> [...] Obriga-nos a considerar o sujeito da ação: o Estado, como aquele da dominação política; o capital, como suas estratégias objetivando sua reprodução continuada (e aqui nos referimos às frações do capital, o industrial, o comercial e o financeiro e suas articulações com os demais setores da economia, como o mercado imobiliário); os sujeitos sociais que, em suas necessidades e seus desejos vinculados à realização da vida humana, têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação.

Ainda nesse contexto, com base em Pádua (2016), e Simoni Santos (2016), nos textos “Produção estratégica do espaço e os novos produtos imobiliários” e “Do lugar do negócio à cidade como negócio” infere-se que no processo de construção do espaço urbano contemporâneo utiliza-se de técnicas, estratégias e práticas sociais que são aprimoradas no espaço-tempo e sob influência do capital por meio do Estado e do mercado imobiliário, uma vez que lhe é essencial a (re) produção.

Nas ponderações de Rodrigues (2016), é nesse processo que o capital excedente é investido na cidade com a finalidade de obter mais lucros, rendas e juros para atender à classe hegemônica, fazendo com que o valor de troca se sobreponha ao valor de uso.

Conforme Santos (1993; 2012), verifica-se que a produção do espaço urbano segue os padrões hegemônicos, configura-se de forma mercantilizada, fragmentada, hierarquizada e segregada, pois é resultado da movimentação dos circuitos econômicos de (re) produção da lógica capitalista.

Desse modo, as ações dos agentes que produzem e consomem o espaço da cidade, na opinião de Corrêa (1995), expressam a dinâmica de acumulação de capital e as necessidades mutáveis de reprodução que tornam o espaço da cidade mais valorizado.

Para o autor, tal fato ocorre principalmente pela atuação do agente Estado na produção e organização da cidade por meio da instalação de órgãos prestadores de serviços públicos, ofertas de créditos imobiliários, financiamento de obras de infraestrutura básica, o que faz com que no espaço da cidade sejam agregados valores de necessidade, uso e troca que, posteriormente gere lucros, o que fortalece as especulações imobiliárias e faz prevalecer o valor de troca sobre o valor de uso. Desse modo, entende-se, que:

> O capital direciona as ações desses agentes na produção do espaço, no qual controla os sistemas de objetos, os sistemas de ações e as relações da sociedade, de forma a torná-lo mercadoria consequentemente produzindo mais-valia, assim, o espaço se torna um produto de consumo, tornando-se um bem necessário e atraente que gera renda, especialmente para os proprietários fundiários (SANTOS, 1988, p. 82).

O conjunto de ações direcionadas no processo de construção do espaço urbano capitalista faz com que se crie o consumo produtivo do espaço, que na opinião de Botelho (2007), resulta no desaparecimento de uma realidade material ou natural, uma energia, uma força de trabalho, um instrumento, para transformar-se em valor adicionado à mercadoria, o espaço. O autor também explica que o espaço é condição para existência e reprodução da sociedade, portanto, também, é utilizado como meio de produção para gerar mais-valia.

Portanto, a produção do espaço urbano para Corrêa (1995, p.8) é reflexo “tanto das ações que se realizam no presente, como também, daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas do presente”. Destarte, a construção e reconstrução do espaço urbano ocorrem ao longo do período histórico, por meio das ações dos diferentes agentes, sejam eles sociais, econômicos ou políticos, porém, os valores e ações do capital sobrepõem aos demais, com o aval dos interesses políticos.

Vale destacar, que o espaço urbano é dinâmico, e isso é, segundo Freitas e Ferreira (2011, p. 3), “causa e efeito das ações e reações empreendidas nele e com ele, e este se apresenta em sua dimensão histórica e social como lócus das ações da sociedade”. Nesse sentido, o espaço urbano revela-se elemento chave na articulação das distintas temporalidades sociais, escalas geográficas; e com esta característica, se constitui, na atualidade, suporte para as relações do global sob o local, formando, portanto, o espaço urbano de uma cidade moldada sob a lógica do capital global.

É nesse contexto de construção e reconstrução do espaço geográfico capitalista, que a Amazônia brasileira é inserida ao sistema capitalista global, e a região norte mato-grossense torna-se um dos maiores produtores e exportadores de grãos.

> No caso da Amazônia Legal, tida como grande laboratório político e econômico pelos agentes do capital, tanto internos quanto externos, foi sendo projetada como território auxiliar, funcional, subalterno da dinâmica do grande capital (ARANTES; BAMPI, 2017, p. 206).

Nesse sentido, Oliveira (2005) e Picoli (2005), consideram que este foi um período constituído por fortes conflitos, exploração de produtos naturais, expulsão de populações nativas ou ribeirinhas, migradas de outras regiões brasileiras, em decorrência a surtos e ciclos econômicos anteriores à década de 1970, e que resultou na dizimação de várias comunidades indígenas.

Ainda nesse sentido, Porto-Gonçalves (2016), explica que essas são características das várias formas de atuação do capital em um território a ser explorado ou construído. Nessa lógica, Santos (2012), diz que são formados espaços fragmentados e dinâmicos, com características diversificadas. Ainda, de acordo com Trindade Júnior (2013), as cidades - “Na Floresta”[1] e “Da Floresta”[2]- nascem nesse contexto, em que atualmente os espaços urbanos da Amazônia constituem-se de um mosaico formado por: Cidades Tradicionais; Cidades Empresas; e Cidades Rodoviárias.

Nessa dinâmica de construção de centros urbanos na Amazônia, com configurações bem específicas, nasce a Cidade de Sinop no norte mato-grossense,

[1] Cidades na Floresta: eram comuns até a década de 1960. “Suas características de pequenas cidades, associadas frequentemente à circulação fluvial, conferiam a elas fortes ligações com a dinâmica da natureza, com a vida rural não moderna e com o ritmo da floresta ainda pouco explorado” (TRINDADE JÙNIOR, 2013, p.4).

[2] Cidades da Floresta: “São aquelas que tendem a se articular principalmente às demandas externas da região, fazendo da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo mesmo sua negação, é tida principalmente como espaço de exploração econômica” (JÙNIOR, 2013, p.4).

que pode ser caracterizada como uma cidade Rodoviária, na floresta, interconectada ao sistema técnico-científico-informacional.

Observa-se que a cidade, desde seu surgimento, contou com apoio logístico da (BR 163), posteriormente com sistemas de comunicação (rádio, comunicação via satélite, televisão) e sistemas de apoio financeiro via Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), Banco da Amazônia (BASA), Banco do BRASIL.

2.2 NOVOS ESPAÇOS URBANOS NA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE PÓS 1970: CIDADES NA FLORESTA COMO APOIO NA APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO

A configuração do espaço geográfico capitalista na Amazônia pós-década de 1970, de acordo com Oliveira (2005) e Becker (2013), é resultado dos planos de intervenção do Estado brasileiro durante o período dos governos militares, em parceria com o capital nacional e estrangeiro, o que influenciou no avanço da produção de novos espaços urbanos e novas fronteiras agrícolas.

Conforme Oliveira (2005), no texto “BR-163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização”, o processo de expansão do capitalismo de produção na região resultou dos influxos de fatores externos e internos, os quais determinaram as formas de apropriação, produção e inserção da Amazônia na economia Global. Esse influxo da expansão capitalista sobre a Amazônia, segundo Becker (2005), repercutiu nos interesses geopolíticos sobre os territórios.

Nessa conjuntura, as articulações que permitiram a formação do território econômico da Amazônia e dos espaços urbanos, na opinião de Nascimento (2011) e Trindade Júnior (2013), foram sendo concebidos no decorrer do espaço-tempo sob a influência de múltiplas políticas econômicas nacionais e globais. Lógica essa, que se faz presente na produção e configuração do espaço geográfico da Amazônia desde o século XV.

Ainda com base em Nascimento (2011), quando analisa o processo de urbanização na Amazônia nas décadas 1930 e 1980, entende-se que a formação dos espaços geográficos e urbanos da Amazônia ocorreu em duas fases:

- A primeira fase constituiu-se da atividade de exploração e comercialização de riquezas naturais e da necessidade de consolidação de uma base de produção

mercantilista, com finalidade de garantir os lucros à metrópole, o que influenciou na configuração dos centros urbanos pós-década de 1970;

- A segunda fase caracterizou-se pela intensificação do processo de urbanização da Amazônia, influenciada por novos mecanismos e interesses geopolíticos e que se manifestaram por meio dos processos da globalização e do meio-técnico-informacional e da materialização de novas formas de incorporação da região ao capital internacional.

Portanto, esses fatores refletiram na ampliação da fronteira agrícola moderna da região Sul para o Norte brasileiro e na implementação de novas e modernas formas de moldar o espaço geográfico capitalista e novos centros urbanos, ou seja, novos modelos de cidades planejadas surgem às margens das rodovias.

É nesse cenário, conforme Coy *et. al.* (2017), que a região norte do Estado de Mato Grosso torna-se espaço de ampliação e reprodução do modelo agrícola da região sul, bem como um modelo de (re) produção e configuração de cidades sulistas, que se localizam próximas às estradas. A partir desse contexto, entende-se que a configuração, formada no norte mato-grossense, representa a ampliação da fronteira, guiada por uma lógica de cadeias globais de valor econômico e, ao mesmo tempo, forma uma estrutura urbana “alinhada como um colar de pérolas ao longo das rodovias“ (COY *et. al.*, 2017, p.19).

Ainda nesse cenário, seguindo a linha de raciocínio de Santos (2012), quando discute a urbanização brasileira, entendemos que esses processos passaram a se manifestar na Amazônia brasileira a partir da década de 1970, constituindo parte determinante de sua formação territorial e econômica.

Em consequência a esse quadro, Picoli (2005) e Becker (2013), explicam que a expansão e incorporação do capital global no território brasileiro, especificamente na Amazônia, com início a partir do século XV e resultou em atividades extrativistas, caça predatória, bem como o extermínio de comunidades indígenas.

Vale salientar que é nesse contexto que o Estado brasileiro se insere na lógica capitalista de produção, e começa a participar na DIT - Divisão internacional do Trabalho. Oliveira (2005) e Becker (2013), mostram em suas discussões que a categoria de país exportador/produtor de produtos primários faz parte da estrutura brasileira desde o período colonial e, é a partir desse momento se desenvolveu a sociedade brasileira e as primeiras cidades.

Em continuidade a esse contexto, conforme Bernardes (2007), o Brasil ainda exerce essa função de país exportador/produtor, segue as regras do mercado internacional e tornou-se um país especializado na produção e exportação de *commodities* - produtos que são negociados na bolsa de valores - e que seguem a lógica do mercado global.

A autora ainda explica que essa nova estrutura na produção agrícola moderna e apropriação do capital sobre os recursos naturais e a reestruturação da sociedade brasileira origina novos espaços de vivência coletiva e gera mudanças que refletem na (re) configuração e criação de novos espaços urbanos, a exemplo do Estado de Mato de Grosso e os territórios que abrangem a BR-163, que tornaram-se importantes locais de (re)produção e atuação das atividades ligadas ao agronegócio, que exigem um alto nível de inovação tecnológica e difusão das redes técnicas.

Conforme Coy *et. al.* (2017) é nessa lógica que surgem as cidades consideradas modernas e funcionais, com alta capacidade e circulação de pessoas, mercadorias e informações. Para Bernardes (2007) e Frederico (2011), essas são cidades do agronegócio. Vale destacar que, conforme mostram os autores supracitados, o Brasil sempre teve uma importante participação no mercado internacional como país fornecedor de matéria-prima e, atualmente, tornou-se exportador de *commodities* e adquiriu um grande potencial de país consumidor de mercadorias, tecnologias e produtos industrializados.

Conforme Nascimento (2011), Becker (2013) e Trindade Júnior (2013), esse cenário é resultado de várias transformações, lutas e conquistas que passam a interferir no modo de vivência e cultura de várias comunidades indígenas, dos povos ribeirinhos que tinham na Amazônia seu espaço-*habitat*. Consequentemente, também influenciam na configuração espacial dos Estados que constituem a Amazônia brasileira.

Em decorrência dessas produções urbanas com fortes marcas europeias, que influenciaram na configuração da Amazônia, Trindade Júnior (2013), completa que a configuração urbanística na Amazônia é formada por um mosaico urbano. E de acordo com o autor isso ocorre, em virtude das várias fases de ocupação da Amazônia e construção de centros urbanos que criaram formas distintas de trabalhar com a terra e a floresta.

Vale destacar que essas transformações são consequências da incorporação da Amazônia brasileira à expansão capitalista sobre os territórios. A propósito,

segundo Harvey (2005) e Davis (2006), quando discutem o fenômeno do urbano e a cidade, afirmam que é um sistema que engole vários espaços, inclusive as populações já existentes, ou seja, os povos da floresta. Os autores destacam que este é um processo que ocorre como uma via de mão dupla, ou seja, quando essas comunidades não aderem a um determinado sistema, seja ele político ou econômico, o próprio sistema apropria-se desses locais e de suas relações socioeconômicas.

Dessa forma, os modelos de ocupação via colonização implantados de fora para dentro da Amazônia - colonização privada e pública - tornam-se parte desse projeto de expansão que atua na produção e configuração dos espaços geográficos como instrumento de dupla face, que influencia e determina o cotidiano de uma comunidade.

No contexto de ocupação e construção dos novos espaços urbanos da Amazônia pós década de 1970, Picoli (2005), expõe que, dentre as várias formas de apropriação e ocupação da Amazônia, os projetos de colonização privada baseados na especulação imobiliária se constituíam com a expropriação do homem da terra, tanto na região Sul como na Amazônia, ou seja, os colonos que saíam da região Sul vendiam suas pequenas propriedades – em torno de 10 a 20 hectares - na expectativa de comprar 50 a 200 hectares na Amazônia e passavam a se tornar proprietários de terras rurais. Quanto aos que já habitavam a Amazônia, eram expulsos de suas pequenas propriedades ou exterminados, a exemplo de várias comunidades indígenas e outros povos que viviam na floresta passando a se tornar elementos de exclusão em seu território.

Ainda nessa lógica de incorporação de lugares, Harvey (2005) e Santos (2012), explicam que os que não se adaptam ao novo modo de vida são incorporados ao sistema capitalista de produção como exército reserva, na implementação de grandiosos projetos capitalistas, ou desenvolvendo atividades ligadas ao setor primário da economia.

Tais características são expressas nas regiões da Amazônia e, segundo Bernardes (2007), Nascimento (2011) e Coy *et. al.* (2017), é o que ocorreu na Amazônia brasileira, principalmente, no norte do Estado de Mato Grosso, com o avanço da frente pioneira de colonização e ampliação da fronteira agrícola, com o desenvolvimento do agronegócio.

De tal modo que, nesse período, foram planejados e implementados projetos grandiosos com versões modernas, por meio de financiamentos, recursos

internacionais, incentivos e concessões do Estado brasileiro, com a finalidade de atender uma parcela da sociedade brasileira, que buscava o símbolo de modernidade/desenvolvimento e conexão direta com os europeus e norte-americanos.

Assim, de acordo com Nascimento (2011), vários modelos de ocupação influenciaram no surgimento de cidades na Amazônia. Projetos da magnitude da Company Town - Fordlândia, Serra do Navio, Projeto Carajás, Porto Trombetas e Jari Florestal e Agropecuária foram sendo implantados na Amazônia e começam a dar materialidade aos novos padrões e formas espaciais de projetos de colonização, com sentidos culturais externos aos do Brasil e da própria Amazônia.

Com a introdução de arranjos externos na lógica local sejam econômicos, políticos e sociais, criam-se novas configurações. Segundo Santos (1988), Davis (2006) e Porto-Gonçalves (2016), a implantação de projetos fora da lógica e da realidade local, criam-se mudanças tanto na paisagem natural do lugar, a exemplo dos rios, que muitas vezes tornam-se poluídos com resíduos urbanos, tornam-se reduzidas as atividades de pesca, as matas virgens passam a integrar às atividades de extrativismo vegetal e, com isso, modifica-se o relacionamento entre homem e a natureza.

Assim, segundo Porto-Gonçalves (2016), no texto ”Lucha por la terra. Ruptura metabólica y reapropiación social de la natureza” entende-se que a construção de projetos de empresas multinacionais influi no surgimento de pequenos centros urbanos, o que altera o modo de vida local, e muitas vezes os primeiros habitantes não têm outra escolha a não ser se submeterem à nova cultura**.**

Em síntese, com fundamento em Porto-Gonçalves (2016), que denota a forte influência externa no local e, ao mesmo tempo, expressa uma ruptura do cotidiano, com a introdução de um modelo hegemônico e universal de produção. Desse modo, Trindade Júnior (2013), diz que esses arranjos influenciaram na atual configuração urbana das cidades na Amazônia.

Conforme Picoli (2005), esse período mostra uma fase de forte ligação da Amazônia com o mercado tornando a região mais integrada ao mercado internacional quando comparado ao mercado brasileiro o que efetiva a internacionalização.

Em continuidade a formação da rede urbana na Amazônia, com base em Corrêa (1987), no texto “A periodização da rede urbana da Amazônia”, nota-se a mudança no processo de construção e na localização dos núcleos urbanos na

Amazônia, pois a princípio, a concepção das primeiras vilas estava ligada ao fluxo dos rios, o que facilitava a circulação de mercadorias, pessoas e matéria-prima e, a partir da inserção de novas bases capitalistas, muda-se o cenário onde as cidades são formadas com base nas ferrovias e estradas rodoviárias.

Ainda, em decorrência das mudanças apresentadas, Becker (2013), liga a concepção dos núcleos urbanos da Amazônia aos surtos econômicos e os incentivos à colonização privada e pública, consequentemente, influencia na colonização espontânea, o que possibilita a abertura da Amazônia brasileira ao capital nacional e internacional das corporações na Amazônia.

De acordo com Oliveira (2005) e Becker (2013), tais medidas provocam mudança da paisagem, conflitos territoriais, culturais e aumento considerável do número de pessoas em direção à Amazônia que vinham trabalhar nesses projetos inovadores. Nesse sentido, Nascimento (2011) explica que, mesmo as atividades econômicas da Amazônia em fases de queda e elevação nos preços dos produtos naturais comercializados no mercado internacional, o número de pessoas que chegavam à região Amazônica era elevado.

Conforme Picoli (2005) e Becker (2013), muitas das pessoas que chegavam à Amazônia eram de outras regiões brasileiras ou até mesmo de regiões interioranas da própria Amazônia, e se deslocavam tanto para os centros das cidades como para o campo em busca de emprego nos projetos e atividades econômicas exercidas na região.

Portanto, essa motivação, mesmo que precária, representa a capacidade da região de absorção da mão de obra dos projetos e das atividades econômicas desenvolvidas na Amazônia, ao mesmo tempo em que mostra a crescente necessidade de mão de obra na região, isso também demonstra a magnitude de influência cultural e econômica que determinou a configuração espacial da Amazônia brasileira.

Nesse aspecto, o rápido aumento da população proveniente das diversas regiões brasileiras em direção à Amazônia constitui-se parte da criação dos novos espaços capitalistas rurais e urbanos, o que também influenciou no aumento do número de surgimento de pequenos centros urbanos na Amazônia, principalmente as cidades que surgem em torno das estradas pós-década de 1970.

Para Amaral *et. al.* (2001), no Relatório de Análise Espacial do Processo de Urbanização da Amazônia, mostram os fatores determinantes na ocupação e

configuração pós-década de 1970, que foram: a modernização parcial da agricultura; a necessidade de serviços urbanos ligados à agricultura; a criação de novos padrões de consumo das populações rural e urbana; a facilidade e influência de acesso à terra em regiões pouco habitadas e, ao mesmo tempo, dificuldade de acesso à terra urbana e ao emprego em grandes cidades; a transitoriedade da fronteira - resultante da formação do mercado da terra, ampliação da fronteira, e de atividades periódicas como o garimpo; e necessidade de criação de mão de obra especializada.

A propósito, para muitos migrantes, ocupar as terras da região Amazônica significava possibilidade de melhor qualidade de vida, quando comparado ao seu estado anterior. Parte desse cenário é resultante dos problemas ambientais e sociais, inchaço dos centros urbanos, falta de emprego e moradia ocorridos nas regiões do Nordeste, do Sul e do Sudeste.

Diante desses fatores, a evolução populacional da Amazônia brasileira entre os anos 1970-2010 mostra que houve um rápido crescimento populacional, que se tornou uma das principais características do modelo de urbanização nos países subdesenvolvidos, para reforçar esse fenômeno, segundo Santos (2012), esse é um dos reflexos da urbanização na América Latina, no qual o crescimento urbano é mais nítido, acelerado nos países subdesenvolvidos do que nos países desenvolvidos.

O crescimento populacional pós-década de 70, para Picoli (2005), Oliveira (2005), Becker (2005; 2013), é resultado da intensificação das políticas expansionistas e desenvolvimentistas criadas durante o governo dos militares, que tinham a finalidade de ocupar a Amazônia, inseri-la no sistema capitalista de produção, absorver o excedente de mão de obra de outras regiões brasileiras na execução e construção de projetos de colonização industriais e em atividades de exploração da Amazônia de origem nacional e internacional, a exemplo do Projeto Jari (1967) e a criação da Zona Franca de Manaus - Parque Industrial em meio à Floresta.

Vale destacar que, em consequência desses projetos que serviram para induzir o aumento do fluxo de pessoas na Amazônia, atualmente, ainda existe um grande contingente de pessoas, que são integradas ao modelo de atividade agrícola moderno, o “Agronegócio”.

De acordo com Oliveira (2005) e Oliveira Neto (2006), as atividades industriais encontravam-se em estágio avançado na Europa, e as regiões brasileiras sul e sudeste também já estavam em pleno funcionamento, pois somente a região

amazônica, devido à distância e dificuldade de acesso, ainda se encontrava isolada e fora do modelo de produção e circulação do capital.

É nesse momento que o capital se apropria e se expande sobre os territórios e passa a dominar e modificar a cultura e a vivência dos lugares, ou seja, o modo de vida urbano, passando-se a apresentar a ideia do moderno com um propósito superficial de tornar homogêneos os locais, mas, estes no interior tornam-se extremamente heterogêneos.

Para concretizar o modo de apropriação e inserção do capital sobre a Amazônia Brasileira, como é descrito por Oliveira (2005) e Becker (2005; 2013), foi importante criar meios de tornar viáveis os planos direcionados para a Amazônia. Conforme Velho (2009) e Coy *et. Al.* (2017), para concretizar os projetos, seria necessário construir caminhos que adentrassem a floresta, por isso, foram construídas as primeiras vias de acesso à região: (Belém - Brasília) - (Transamazônica) – (BR 163/Cuiabá – Santarém), que tinham por objetivo cortar o Brasil de norte a Sul e Leste a Oeste, encurtando a distância entre a Amazônia e as demais regiões brasileiras.

De acordo com Oliveira Neto (2006), as estradas, além de simbolizarem a chegada do moderno na floresta, também conferiam maior poder de circulação de mercadorias, pessoas e também de informações, bem como a inserção de novas tecnologias, completando o ciclo da mercadoria nessa região.

Em decorrência desses arranjos espaciais, o território da Amazônia e o norte mato-grossense são moldados para atender às necessidades do capital, criando espaços especializados e centros urbanos que atendam à nova lógica econômica de (re) produção do capital. Assim, provoca uma elevação brusca do índice populacional pós-década de 1970 nos Estados que integram a Amazônia Legal, principalmente, no Estado de Mato Grosso, mudando a paisagem natural, influenciando no ordenamento territorial em torno da BR-163.

Vale destacar que, nos períodos que antecedem a década de 1970, segundo Becker (2013), surgem as principais cidades do território da Amazônia Brasileira, que se tornam centros de apoio às atividades de exploração dos recursos naturais da região. Posteriormente, no final do século XX, essas cidades são (re) configuradas para atender ao modelo de desenvolvimento nacionalista.

Muitas dessas já possuíam o título de cidades capitais como é o caso de (Belém (PA), Manaus (AM), Rio Branco (AC), Porto Velho (RO), Boa Vista (RR), São Luiz (MA) e Macapá (AP)). Nesse período, cidades como Altamira (PA) e Santarém (PA),

que eram cidades apoio, também tiveram sua importância no contexto de formação territorial da Amazônia.

Com a construção das Rodovias (Belém - Brasília) na década de 1950-1960, e das Rodovias (Transamazônica) e BR-163 na década de 1970, a Amazônia brasileira é inserida a um novo contexto. De acordo com Oliveira (2005) e Picoli (2005), esse foi um dos principais fatores de influência no avanço da Frente Pioneira de ocupação, impulsionado pelas migrações para Amazônia e para o norte mato-grossense e representa a inserção da lógica de modernização desses territórios, criando um novo (re) ordenamento na região Norte.

De acordo com Oliveira (2005), Bernardes (2007), Coy *et. al.* (2017), foi a partir da década de 70 que a região norte mato-grossense despertou interesse ao capitalista, devido ao traçado da BR-163, que se configura como um corredor de acesso à Amazônia e base para o surgimento das cidades de Colíder, Sinop, Vera, Cláudia, Santa Carmem, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum.

Portanto, configura-se no norte de Mato Grosso uma rede urbana que serviu de apoio ao desenvolvimento do modelo de atividade agrícola moderna, destacando-se a cidade Sinop, planejada como principal centro urbano de apoio ao desenvolvimento da região norte.

Nesse sentido, vale destacar que o aumento da população na região amazônica ocorreu principalmente após a década 1970. As tabelas (1 a 5) mostram o processo de ocupação por meio do aumento populacional na Amazônia e no Estado de Mato Grosso.

Tabela1: População da Amazônia brasileira 1970.

	Total da população	**Rural**	**Urbana**
Brasil	93.139.037	41.054.053	52.084.984
Mato Grosso*	1.597.090	912.901	684.189
Amazônia brasileira**	8.193.636	5.130.821	3.062.816

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1973. *Dados populacionais antes do desmembramento do estado de Mato Grosso; ** Soma do total populacional dos Estados pertencentes à Amazônia brasileira.

Conforme mostra a tabela 1, a população da Amazônia brasileira até a década de 1970 era de 8.193.636 de pessoas, sendo que, desse total, 19% correspondem à população do Estado de Mato Grosso antes da divisão territorial.

Esse percentual populacional na década de 1970, segundo Oliveira (2005), Nascimento (2011), Trindade Júnior (2013) e Becker (2013), é resultante de ocupações anteriores à década de 70 possuía modo de vida em convívio com a floresta, vida rural e densas articulações em seu entorno (Vilas e comunidades). Além disso, de acordo com Picoli (2005) e Oliveira (2005), outra parte dessa população é proveniente das obras de construção da rodovia Belém-Brasília, que ligava a Capital à região Norte do país, e das decisões tomadas em âmbitos nacional e internacional (Políticas nacionais - interferências geopolíticas) que influenciaram direta e indiretamente na ocupação da Amazônia.

Na década de 1970, a área total do Estado Mato Grosso, segundo Siqueira (2002, p.211), era de “1.231.549 quilômetros quadrados, com um total de 93 municípios”. Ainda de acordo com Siqueira (2002) e Moreno (2005), a maioria desses habitantes concentravam-se na área que atualmente pertence ao Estado do Mato Grosso do Sul, sendo que o menor percentual de habitantes pertencia ao Estado de Mato Grosso do “Norte”, e concentrava-se nas regiões de divisa com o Estado de Goiás, na região da Baixada Cuiabana, regiões próximas à Capital Cuiabá e na região de Cáceres, ou seja, eram regiões de consolidação urbana mais antiga.

Nesse período, de acordo com Moreno (2005) e Piaia (2003), a região mais desenvolvida do Estado, nessa época, era a parte Sul de Mato Grosso, locais próximos à Cidade de Corumbá, que possuíam maior número de cidades e, consequentemente, maior concentração de pessoas. Segundo Oliveira Neto (2006), essa concentração populacional na região Sul de Mato Grosso ocorria devido à proximidade com as regiões sul e sudeste do Brasil, que estavam em estágios mais avançados de urbanização-industrialização, se comparadas às demais regiões brasileiras. Isso ocorreu em virtude do sistema de transporte (ferroviário-hidroviário-rodoviário) e ao funcionamento das relações comerciais com as regiões sul e sudeste, que eram mais intensas e desenvolvidas.

Como se pode perceber, na década de 70, o maior número de pessoas concentrava-se no campo, chegando a um percentual de 57% da população do Estado, enquanto 43% da população era urbana. Nos demais Estados da Amazônia, porém, maior parte da população já vivia em vilas e pequenas cidades, formando novos espaços de apoio às atividades extrativistas e comerciais do período colonial, e nas cidades de Belém (PA), Santarém (PA), Altamira (PA), Manaus (MA), Rio Branco (AC), Porto Velho (RO), Boa Vista (RR), Macapá (AM).

De acordo com Oliveira (2005), Nascimento (2011) e Becker (2013), tanto a população residente e a estrutura urbana a partir das vilas existentes na Amazônia, são resultados de investimentos em infraestrutura, com recursos do Estado brasileiro, e financiamento por capital internacional em períodos que antecedem a década de 1970. Em síntese, os autores supracitados, concluem que esses arranjos são resultados de outras tentativas de apropriação e ocupação da Amazônia, com incentivos de governos anteriores ao dos militares.

Em outras palavras, para Nascimento (2011) e Becker (2013), é resultado da tentativa de domínio do território da Amazônia desde o Brasil Colônia e, segundo Picoli (2005) a partir da década de 1970 intensificou-se o processo de apropriação desenfreada do capital na Amazônia, que começa a se materializar com a construção dos principais eixos de ligação com as demais regiões brasileiras.

Neste período, a taxa de crescimento da população urbana na Amazônia atingiu um percentual de 37% do total geral da população da Amazônia. Entretanto, a tabela 2 demonstra o crescimento acelerado da região entre as décadas de 70-80, ou seja, com um total de 34,71% da Amazônia.

Tabela 2: População da Amazônia brasileira 1980.

	Total da População	**Rural**	**Urbana**
Brasil	119.098.992	38.619.544	80.479.448
Mato Grosso	1.141.661	330.169	485.148
Amazônia brasileira	11.037.396	6.206.962	4.504.090

Fonte: IBGE. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1981.

Conforme mostra a Tabela 2, na década de 80, a Amazônia brasileira ainda se encontrava em fase de ocupação e transição econômica, pois o crescimento da população urbana ainda estava em fase de desenvolvimento, apresentando um considerável aumento no total da população.

Quanto ao aumento populacional, é importante destacar que houve crescimento tanto da população residente na zona rural quanto da urbana. Nota-se, que o número de pessoas que residem no campo é de 6.206.962, e a população urbana é de 4.504.090, ou seja, na década de 1980, a região amazônica ainda era considerada uma área rural.

Conforme mostram as tabelas 1 e 2, em que consta o crescimento populacional entre as décadas 1970 e 1980 na região Amazônica e no Estado de Mato Grosso,

nota-se que houve aumento da população. A partir desses dados, também se nota, de acordo com Oliveira (2004) e Picoli (2005), um forte direcionamento populacional para a região, induzido pela construção das rodovias federais na Amazônia. Mesmo em fase de construção das Rodovias Transamazônica e BR-163, o deslocamento de pessoas para Amazônia mostrava-se acelerado, resultado do número de pessoas que trabalhavam na construção dessas rodovias e estradas secundárias, que promoviam a ligação interna das microrregiões da Amazônia, como também do deslocamento de trabalhadores de outras regiões em busca de emprego nas empresas, indústrias e nas atividades da pecuária.

De acordo com Oliveira (2005), entre as décadas de 1970-1980, os percentuais de migração do Estado de Mato Grosso chegaram a 57%, sendo a maioria do Centro Sul - Paraná-. O autor ainda destaca que nesse período o total de pessoas que migraram para Mato Grosso foi de 456.000. Nota-se que o percentual do total da população urbana já atingia 41% do total geral da população da Amazônia.

De acordo com Oliveira (2005), Bernardes (2007) e Coy *et. Al.* (2017), a construção da BR-163 (Cuiabá - Santarém) possibilitou a criação de um corredor de escoamento de produtos agrícolas e acesso às vias de comunicação da Amazônia e do próprio Estado de Mato de Grosso. A construção da BR-163 tornou-se uns dos principais arranjos implantados durante o governo dos militares, o que possibilitou a formação territorial da região norte mato-grossense e o surgimento de vários centros urbanos com estruturas idênticas, e ao mesmo tempo influencia na concepção em uma formação espacial específica dessas cidades.

A tabela 3 mostra que, no ano de 1991, houve um crescimento populacional muito mais acentuado quando comparamos com as décadas anteriores, em que o número de pessoas que residem no campo e na cidade também aumentou. Nota-se, também, que o percentual de habitantes na zona urbana é maior do que no campo.

Tabela 3: População da Amazônia brasileira 1991

	Total da População	**Rural**	**Urbana**
Brasil	146.917.459	36.041.633	110.875.826
Mato Grosso	2.022.524	541.451	1.481.073
Amazônia Brasileira	17.208.819	7.434.850	8.853.853

Fonte: IBGE. Tabela extraída dados estatísticos do censo demográfico da população residente 1991. Dados do estado de Tocantins ainda não foram encontrados devido aos seus 4 anos de fundação. Tabela de dados organizada pela autora.

A década de 1990 é marcada pelo fim do governo dos militares, um período de mudança política e econômica, pois constitui o início do presidencialismo, com características de desenvolvimentista nacionalista, adepto à privatização da terra, ou seja, o governo passa para a empresa a tarefa de colonização das terras da Amazônia. Diante desse cenário de transformações no Brasil, a Amazônia brasileira começa a apresentar mudanças no perfil populacional, cultural e na lógica de uso do solo. Conforme os dados apresentados na Tabela 3, destaca-se que, nesse período, Mato grosso foi influenciado por um rol de transformações externas e internas que refletiram no ordenamento do Estado e da região norte mato-grossense.

Nesse período, o Estado de Mato Grosso apresenta uma população de 2.022.524, o que corresponde a 11,58% da população residente na Amazônia na década de 1990. Conforme os dados apresentados na tabela 3, a população urbana do Estado de Mato Grosso torna-se maior que a rural. Assim, percebe-se que as políticas e mecanismos criados na década de 1970 influenciaram no aumento populacional da Amazônia e fizeram com que maior parte dessa população fosse direcionada para a zona urbana. Outro fator que influenciou no deslocamento de pessoas do campo para cidade, segundo Oliveira (2005), é a formação do monopólio de terra na Amazônia, a ampliação da fronteira agrícola com a expansão da pecuária e da cultura de soja, iniciada nas regiões sul e sudeste do país.

Na década de 2000, vê-se claramente o crescimento populacional da Amazônia, que chega a 21.056.202 de habitantes, ou seja, esse número representa um aumento acima da metade da população que existia na região na década de 1970. Nesse sentido, nota-se que o contingente populacional no Estado de Mato Grosso se ampliou em mais da metade em relação ao observado na década de 1970, quando o Estado ainda possuía seu território interligado ao Estado de Mato Grosso do Sul.

Tabela 4: População da Amazônia brasileira 2000

	Total da População	**Rural**	**Urbana**
Brasil	169.872.856,00	31.947.618	137.925.238,00
Mato Grosso	2.504.353	516.627	1.987.726
Amazônia brasileira	21.056.202	6.690.371	14.366.161

Fonte: IBGE. Tabela extraída dos dados estatísticos do censo demográfico da população residente 2000.

Conforme mostra a tabela 4, o crescimento da população na Amazônia na década de 2000 chegou a 21.056.202 de habitantes residentes na região amazônica,

sendo que, destes, 14.366.161 residiam na zona urbana. Ao analisarmos esses dados populacionais do Estado de Mato Grosso, nota-se que o crescimento foi significativo, acima de 50%, se comparado às décadas anteriores.

Outro fator importante é o crescimento da população urbana no Estado de Mato Grosso, que também apresentou índices acima de 50%, se comparados aos dados populacionais da zona rural.

Nesse período, Mato Grosso, devido à sua localização, registrou um total de 2.504.353 habitantes, constituindo 79% da população residia nos centros urbanos, dentre as quais se destacam as cidades de Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Sinop, que estão localizadas nas regiões Norte e Sul do Estado. Também é nesse período que ocorre a ocupação da região Leste do Estado, fortemente influenciada pelas políticas da década de 1970 e a região classificada como Baixo e médio Araguaia, como as cidades como Barra do Garças, Água Boa e Canarana.

De acordo Oliveira (2006), mesmo sendo um Estado com forte estrutura agrária, a maioria das populações residem nas cidades, muitas delas constituídas como base de apoio às atividades desenvolvidas desde o período colonial, outras surgiram como suporte ao avanço da Frente Pioneira, ampliação da fronteira agrícola.

Atualmente, muitas das cidades que surgiram anteriormente ao processo de modernização da agricultura e desenvolvimento da monocultura se (re) configuram para atender às demandas do agronegócio, formando um mosaico na configuração urbana no Estado de Mato Grosso.

Por fim, em 2010, o número de habitantes da Amazônia brasileira chega a 25.474.365 de pessoas, no qual constitui-se como o início do processo de ocupação, urbanização e inserção da Amazônia ao modelo capitalista de produção às demais regiões brasileiras, e no contexto da economia global e financeira.

Tabela 5: População da Amazônia brasileira em 2010.

	Total da População	**Rural**	**Urbana**
Brasil	190.755.799	30.361.150	160.934.649
Mato Grosso	3.035.122	552.321	2.482.801
Amazônia brasileira	25.474.365	7.179.906	18.294.739

Fonte: IBGE. Tabela extraída dos dados populacionais dos Estados 2010.

O percentual populacional entre 2000 a 2010 é marcado por transformações iniciadas na década de 1970, que refletiram no aumento da população geral, urbana e rural da Amazônia, sendo que parte dessas transformações materializou-se no Estado de Mato Grosso, mais especificamente, na região norte.

Portanto, nesse local criou-se uma configuração territorial moderna que, de acordo com Bernardes (2007), ocorreu em torno da BR-163, com implantação do modelo de atividade agrícola moderna e mecanizada e um alto consumo de inovações tecnológicas, pois a influência da BR-163 permite o adensamento da expansão capitalista e facilidade da mobilidade do capital na Amazônia, criando-se novos valores e formas de trabalho e apropriação dos recursos naturais.

De acordo com Oliveira (2005), a formação territorial e o povoamento da Amazônia surgem de uma estratégia geopolítica de desenvolvimento, que é justificativa de uma concepção da Amazônia como um “vazio” a ser “rapidamente” ocupado, cabendo às populações regionais o papel de povoar a Amazônia, à iniciativa privada, atuar nos setores rentáveis da economia, e ao Estado, ocupar-se das atividades deficitárias necessárias e das políticas de desenvolvimento.

Nesse contexto de estratégia geopolítica, os incentivos governamentais de ocupação e de expansão do capital que influenciaram no crescimento populacional na região amazônica entre as décadas de 1970-2010 refletem em um povoamento desordenado, que também atua sobre a configuração urbana de algumas cidades da Amazônia. Muitas vezes, fenômenos dessa magnitude, de acordo com Davis (2006), acarretam crescimento desordenado, resultando no processo de favelização.

Dentre os vários fatores que influenciaram na formação e transformação do espaço geográfico da Amazônia, para Oliveira (2005) e Santos (2012), estão a implementação de arranjos internacionais e nacionais, organizados durante vários governos brasileiros com a políticas públicas de viés desenvolvimentista e com investimentos de capitais nacionais e internacionais, além do incentivo ao avanço da Frente Colonizadora, que teve forte participação na ocupação e apropriação da Amazônia, provocando uma ruptura na paisagem natural e no modo de vida preexistente.

Somam-se a esses fatores o aumento populacional e a complexa divisão hierárquica do trabalho que começam a determinar o ordenamento territorial e a configuração socioespacial da Amazônia, pois esses arranjos possibilitaram a introdução e o desenvolvimento de novas configurações do espaço geográfico.

Com a inserção da lógica capitalista na produção de espaços na Amazônia pós década de 70, o desenvolvimento de novos padrões de construção de centro urbanos, conforme Oliveira Neto (2006) influenciou no surgimento de centros urbanos planejados e com funções específicas, pois, mudou-se a forma de produzir, forma de uso do solo urbano, o que passa a agregar valor ao espaço urbano, fazendo com que o valor de troca predomine, sobre o de uso.

Portanto, é neste momento, conforme o ponto de vista de Carlos (2011) que o capital se apropria das necessidades básicas de sobrevivência do homem (moradia, alimentação, vestuário) para se reproduzir, ou seja, o que antes a terra era um bem natural, torna-se por meio do monopólio, um bem privado, que para utilizar da moradia seria necessário comercializá-la.

Pois, este se constitui uma das formas do capital, moldar, ordenar e formar o espaço geográfico da Amazônia e, assim, criar novos padrões de centro urbano em meio a floresta amazônica.

A inserção desses novos padrões de centro urbano, segundo os autores Oliveira Neto (2006) e Valeriano Neto (2009), provocam mudanças na configuração socioespacial. Essas transformações, também se apresentam como resultado da intervenção do Estado Nacional e do capital global sobre a Amazônia, de acordo com Nascimento (2011), caracteriza-se uma das múltiplas consequências da inserção do Brasil ao sistema capitalista global.

A construção das principais estradas nas décadas de 60 e 70, tornaram-se uma das principais vias de acesso a Amazônia, que influenciou fortemente no ordenamento e configuração do espaço geográfico da Amazônia, conforme mostra Oliveira (2005), Velho (2009) a construção dos principais eixos rodoviários no Brasil, tinha por objetivo ligar o país de norte a Sul, e Leste a Oeste (Belém - Brasília, Transamazônica e – BR 163 Cuiabá – Santarém), o que representava a possibilidade de concentração urbana (povoamentos) ao longo dessas Rodovias e, efetivar a integração da Amazônia ao capitalismo nacional e global.

Em síntese Picoli (2005) explica que os primeiros sinais de infraestrutura e incentivos à ocupação e apropriação do espaço geográfico da Amazônia se faz pela parceria entre o Estado e as empresas de Colonização.

> O Estado faz parceria com o modelo de colonização, implanta órgãos direcionados que vão assistir aos capitalistas, por meio da SUDAM, do BASA, do INCRA e de outros componentes direcionados, que servem para fomentar

> as dinâmicas de articulação. Além disso, ele oferece outras estruturas que possibilitam na prática a organização para a expansão da mais nova fronteira, através da construção de rodovias, de telefonia, de energia elétrica e de bancos (PICOLI, 2005, p. 18).

O Estado Nacional por meio de órgãos públicos, políticas de cunho desenvolvimentistas foi o principal intermediador e financiador das transformações ocorridas na Amazônia.

A participação do governo deu-se por meio da criação e atuação de órgãos públicos e planos econômicos, segundo Oliveira (2005), a construção das Rodovias (Transamazônica; BR – 010; BR – 364; e a BR 163), representavam a materialização de novas técnicas de construção do espaço geográfico na Amazônia, e a implementação de política de colonização, para Valeriano Neto (2009), seriam implementados os projetos de colonização público e privado.

Portanto, é neste contexto que as novas técnicas, formas de pensar e produzir os espaços urbanos se materializaram em torno das rodovias, principalmente nos territórios que abrangem a BR 163 (Cuiabá – Santarém), assim, surgem os novos centros urbanos planejados - concebidos, e com fortes características de uma sociedade hegemônica e conservadora, que acreditavam na implantação de cidades com a lógica capitalista e urbana em meio a floresta Amazônica.

Neste contexto de expansão capitalista sob a Amazônia brasileira, avanço da Frente Pioneira de colonização, ampliação da fronteira agrícola, e urbanização dos territórios brasileiros, caracteriza-se em torno da BR-163, um ordenamento territorial e configura-se uma organização socioespacial sob a lógica de um viés de intensa urbanização e modernização do campo, a qual torna-se base para o surgimento das cidades - Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Cláudia, Santa Carmem, Vera, com influências da cultura sulista, com características de cidade moderna e organizada.

Em complemento Philppsen e Tomé (2012), destacam que a ocupação do norte do Mato Grosso teve participação dos primeiros imigrantes, agricultores vindos do Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul e que se instalaram nas terras oferecidas pelo governo e comercializadas por colonizadoras particulares, e no caso da cidade de Sinop, a empresa Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná – Colonizadora Sinop S.A – ficou responsável pela colonização do território que atualmente constitui o município de Sinop.

Pois, esses arranjos, para Santos (1988), expressa a metamorfose do espaço habitado que, é a transformação da paisagem natural em uma paisagem humanizada, criando-se uma nova configuração do espaço geográfico, que consequentemente cria-se e materializa-se novas formas de produção urbana em meio a floresta e em torno de estradas que interligam a Amazônia as demais regiões brasileiras.

Os arranjos e os mecanismos materializados na Amazônia, a partir da década de 1970, financiado pelo Estado brasileiro em parceria com o capital global durante o governo dos militares, resultaram na intensificação dos investimentos que possibilitaram a (re) configuração do espaço geográfico da Amazônia e do norte mato-grossense. Com as medidas de inserção da região amazônica ao sistema capitalista de produção que transformaram a região em uma área de expansão da fronteira agrícola, na qual passa a experimentar um ciclo de expansão econômica acelerada como prestadora de serviços às atividades agroindustriais, atendendo aos interesses da burguesia nacional e ao capital estrangeiro.

Em resultado aos arranjos políticos, econômicos e sociais que foram introduzidos na região amazônica, com a finalidade de apropriar e inseri-la ao sistema capitalista de produção, tornando-a uma região produtiva economicamente. Nesse sentido, Harvey (2005) explica que é essência do sistema capitalista produzir e criar tipos de estruturas geográficas específicas para que ocorra o processo de acumulação do capital.

Pois, o capital ao criar tipos de estruturas específicas na Amazônia brasileira, com objetivo de atender as necessidades de (re) produção capitalista, passa a criar novos espaços urbanos com ambientes planejados. Em afirmação, Becker (2013) diz que a formação territorial da Amazônia, ocorreu por meio da expansão capitalista colonial, que não se faz mediante um único modelo, mas, por ações de múltiplos atores e de vários modelos, seja ele, econômico, político e social, que vai sendo desenvolvido por um período de quase dois séculos, marcado por disputa de poder.

2.3 O ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E O CAPITAL NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA AMAZÔNIA.

Com a finalidade de aprofundar o entendimento sobre a produção do espaço geográfico da Amazônia há a necessidade de contextualizar a criação das cidades. No caso do estudo, a configuração da cidade de Sinop, concebida após a década de 1970, período esse de formação territorial e inserção da Amazônia ao modelo de produção capitalista, que passa a influenciar na formação do norte mato-grossense, com o surgimento de novos centros urbanos planejados como papéis atuação do desenvolvimento e exploração da região.

Entende-se que as cidades não fogem do significado primordial de Becker (2013) que aponta que os centros urbanos são bases para o desenvolvimento das atividades econômicas e de ocupação da Amazônia.

Nessa lógica de desenvolvimento das regiões brasileiras, de acordo com Oliveira (2005), a região amazônica torna-se foco político-econômico durante o período dos governos militares, pois, conforme a visão capitalista, a Amazônia era um local de grande potencial econômico, mas, até então, era considerada uma região de grande vazio demográfico e economicamente improdutiva.

Para atender aos propósitos do desenvolvimento da Amazônia, segundo Picoli (2005) e Oliveira (2005), os governos militares criaram políticas públicas, órgãos e programas para incentivar e direcionar o desenvolvimento industrial e econômico da região. As ações baseavam em ocupar e povoar a Amazônia, partindo do princípio da necessidade de promover o deslocamento de trabalhadores e empresas capitalistas, ou seja, implantar na Amazônia brasileira uma estrutura industrial e base para o desenvolvimento de atividades agrícolas modernas.

Para incentivar e concretizar esses planos, segundo Picoli (2005) e Oliveira (2005), foram criadas Políticas de Reforma Agrária para região amazônica, sob a coordenação do INCRA, com finalidade de promover as primeiras ocupações na Amazônia, pois, esses planos fundamentam-se em estabelecer um modelo de organização espacial urbano-rural.

E, segundo os autores supracitados, a partir da década de 1970, o Governo Federal abre o chamado para que as empresas de colonização privada assumissem o papel de colonizadoras e ocupassem a Amazônia, o que permitiu a inserção de uma nova lógica de produzir e configurar o espaço geográfico. Mas, para tanto as empresas

de colonização privada deveriam atender a alguns requisitos, tais como; ter o projeto de colonização aprovado pelo INCRA, além de serem contratadas pelo governo brasileiro.

Ainda é importante destacar que os projetos de colonização deveriam estar fundamentados no modelo de organização espacial desenvolvido pelo INCRA. Com a atuação dessas empresas na Amazônia, constitui-se a porta de entrada das empresas de colonização e as Imobiliárias, com venda de terras rurais e urbanas.

É a partir desse contexto de ocupação da Amazônia brasileira, onde o Estado de Mato Grosso começa a desenvolver-se como estado produtor de grãos e, de acordo com Piaia (2003), esse período possibilitou ao Estado uma (re) organização territorial, traduzindo em aumento das unidades administrativas municipais, núcleos urbanos e Distritos.

Ao possibilitar essa organização espacial, fruto da divisão política e administrativa do Estado de Mato Grosso em 1977, permitiu na região norte mato-grossense, segundo Oliveira (2005), e Picoli (2005), a concentração de vários projetos capitalistas, a exemplo, os projetos privados de empresas de colonização, no qual fundamenta-se como base para o surgimento de várias cidades localizadas no eixo da BR-163, somando-se um total de 13 núcleos urbanos, caracterizando-a como uma imensa área de influência capitalista.

A formação e ao mesmo tempo a (re) configuração da Amazônia brasileira, a qual foi promovida durante a década de 1970, conforme Picoli (2005), e Becker (2005), são resultados de decisões geopolíticas que permitiram a ocupação e o aumento populacional, a inserção da Amazônia ao sistema capitalista de produção e a construção de novos territórios na Amazônia brasileira.

A atenção posta sob o território da Amazônia é a concretização de ambições capitalistas antigas. Segundo Araújo (1992), Picoli (2005), Oliveira (2005), os primeiros olhares e planos para Amazônia brasileira, ocorreram na década de 1960 durante a Era Vargas - Estado Novo – (1930-1945 / 1951-1954), a partir da criação dos primeiros órgãos representantes do Estado e com a finalidade de elaborar planos de ocupação e controle da Amazônia, pois, até o momento a Amazônia brasileira mantinha-se contato direto com os países da Europa e da América do Norte, porém, pouca ligação comercial com as regiões brasileiras.

De acordo com esses autores, outro fator que influenciou nas medidas governamentais foi o fato de a Amazônia ser movida pelos surtos e atividades econômicas de origem internacional de exploração das riquezas naturais.

Outro fator que impulsionou o desenvolvimento da Amazônia, assim, como fundamentou o surgimento de núcleos urbanos e (re) configuração das antigas cidades, segundo Picoli (2005), foi a construção da rodovia Belém-Brasília na década de 1960, no qual já se caracterizava no Estado a tendência em financiar os interesses do capital estrangeiro, pois, a partir da construção da estrada desencadeia-se a entrada e estruturação de capitais estrangeiros e nacionais na Amazônia brasileira.

Como mostra Araújo (1992), foram esses olhares e atenção do Estado sobre a Amazônia brasileira que se origina o planejamento e criação do plano de ocupação da região amazônica, o qual tem por base a criação de núcleos urbanos.

Mas, esses planos somente foram implementados na década de 70. Segundo Araújo (1992), foi durante o governo dos Militares e em decorrência do cenário pós-guerra, onde todos viam na Amazônia o futuro celeiro do mundo, e referência na produção de alimentos. Diante dessa problemática, conforme Araújo (1992) foram os governos militares que colocaram efetivamente em prática os planos de ocupação mediante a criação de vários instrumentos (órgãos e políticas) de ordenamento territorial.

Para Araújo (1992), a estrutura criada na Amazônia durante o período pós-segunda guerra mediante o acordo selado entre o Brasil e os Estado Unidos, resumia-se em concentrar trabalhadores na Amazônia, criar meios de transportes tanto dos produtos extraídos da floresta amazônica e fornecer serviços básicos de saúde pública local para atender aos futuros trabalhadores que chegariam à região, pois, esse método de organização espacial serviu de base ao surgimento de algumas vilas. Becker (2013) enfatiza que o território da Amazônia foi construído e moldado para que atendesse aos propósitos e objetivos externos.

Um dos fatores esclarecedores desse contexto histórico é apresentado por Araújo (1992), ao explicar que sempre existiu uma separação de intenções, para a Amazônia e as atividades econômicas desenvolvidas em cada período histórico. Pois, desde o século de XVI, a Amazônia brasileira, para Araújo (1992) e Picoli (2005); era considerado um objeto de cobiça econômica pelo seu imenso território de florestas com grandes concentrações de riquezas naturais e clima propício para agricultura.

Um outro fator de importante destaque, conforme Oliveira (2005) e Picoli (2005) foram que as medidas de formação e de exploração dos recursos utilizados no século no XVI, são reproduzidas no século XX, mas, com relevância do contexto contemporâneo, nas quais está inserida a forte lógica capitalista e com o aparato no sistema de globalização mundial, novas técnicas de uso e exploração dos recursos naturais.

Para afirmar a pressuposto raciocínio de que o Estado é o principal financiador do enraizamento da estrutura capitalista na Amazônia, Araújo (1992), Picoli (2005), Oliveira (2005), Nascimento (2011), mostram-nos que o plano de governo dos militares serviu de instrumento de apoio à fixação de capitais internacionais e nacionais na Amazônia e, base para concentração de terra e expropriação da floresta amazônica e dos povos da floresta.

Ainda na lógica de esclarecer as ações do Estado brasileiro, por meio do governo dos militares na Amazônia brasileiras, Picoli (2005, p.41) enfatiza que “o real motivo da tomada ao poder por meio da ditadura foi beneficiar os grupos econômicos, e estes passavam a controlar os movimentos políticos e econômicos do País”, é, neste momento de articulações que o Estado se coloca à disposição dos capitalistas, na ocupação e formação do território da Amazônia, assim, com também dos Estados que a constituem, tornando-as regiões especializadas em determinadas atividades agrícolas, e produtivas financeiramente.

Segundo Oliveira (2005), Picoli (2005) e Lacerda (2013), a constituição e (re) configuração do espaço geográfico da Amazônia, assim, como dos espaços urbanos, se deu pela a criação e atuação de órgãos executores e fomentadores das políticas públicas idealizadas durante o governo dos militares, fundamentada no interesse e necessidade de incorporar a região ao sistema capitalista de produção.

Ao criar os principais órgãos e instrumentos responsáveis por implantar o plano de desenvolvimento da Amazônia, segundo Oliveira (2005), Valeriano Neto (2009) e Lacerda (2013), alguns desses órgãos governamentais foram instintos, reformulados e criados em períodos que antecedem à década de 1970 como, por exemplo, os órgãos públicos oriundo na década de 1960 foram, a SPVEA e o BASA; e, na década de 1970 a SPVEA é reformulada e transformada na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), ainda nesse período cria-se: a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO); Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); e o INCRA.

Segundo Lacerda (2013), esses órgãos estatais objetivavam fomentar os programas de integração das regiões amazônicas - Centro-Oeste - e o Nordeste brasileiro. De acordo com Oliveira (2005), as ações das políticas públicas na formação territorial da Amazônia, começou a efetiva-se a partir da transformação da SPVEA em SUDAM, esta que visava implementar uma lógica de valorização da região, pois, acreditava-se que somente com a reestruturação dos órgãos de planejamento regional que a Amazônia seria definitivamente povoada.

O autor ainda destaca que as regiões tidas como foco do plano de desenvolvimento eram Centro-Sul, Nordeste e Amazônia, que deveria configura-se da seguinte forma:

> O Centro-Sul deveria solidificar os processos de industrialização e agricultura modernizada, além de participar do esforço nacional de “desenvolvimento do Nordeste”, via industrialização, e da ocupação, via “Operação Amazônia”, da região amazônica (OLIVEIRA, 2005, p. 69).

Dessa forma, conforme os autores supracitados, os programas que atuaram foram: o Programa de Integração Nacional (PIN); Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA); PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste; Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO); Programa de Pólos Agropecuários e Agro-minerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), dentre outros.

Com a implementação desses programas, conforme mostra Picoli (2005) por meio do financiamento do Estado moderno e a ordem reprodutiva do capital, foi que ocorreu a facilitação e a acumulação capitalista, influindo na produção e na configuração do espaço geográfico da Amazônia e dos núcleos urbanos, reproduzindo-se principalmente na região norte mato-grossense.

De acordo com Velho (2009), a implementação e execução de programas como, o PIN, permitiu que várias rodovias federais e estaduais fossem criadas, entre elas as Rodovias Transamazônica, BR - 010, trecho Belém (PA) - Brasília (DF), BR - 364, trecho Cuiabá (MT) - Porto Velho (RO) e a BR 163 Cuiabá (MT) – Santarém (PA).

Ao fundamentar-nos em Santos (2012), temos que as construções dessas estradas representavam a chegada do moderno ao meio da floresta e desempenhavam múltiplas funções, no que para Velho (2009), essas vias de acesso que tinham a finalidade de reduzir a distância entre as regiões brasileiras e tornar as regiões inseridas ao sistema capitalista de produção. Em síntese, baseado em David

(2006) elas ainda representavam o rompimento do velho modelo de urbanização em torno dos rios, significava a chegada de um novo modelo de urbanização que adentrava à Amazônia brasileira.

A construção dessas rodovias representa a inserção e a materialização do meio técnico-científico-informacional. A esse respeito, Oliveira (2005) enfatiza que a construção de tais rodovias também representou um ambicioso e polêmico projeto que visava cortar ao meio a Amazônia, e inclui passar por reservas indígenas e ambientais, áreas de garimpos, florestas com vegetação natural, local de extração de látex, coleta de castanhas.

Para Becker (2005), significa a ruptura do isolamento e base para originar os projetos de colonização dirigida, espontânea e particular, com o sistema de agrupamento nos modelos de vilas (Agrovilas, Agrópolis e Rurópolis) próximas às principais rodovias, no qual era deixada uma faixa de terra destinada a acolher as políticas e projetos de colonização.

Indo além, para Oliveira (2005), esse traçado simboliza a quebra do modo de vida na floresta, criando regiões de graves conflitos fundiários, devido ao modelo de ocupação irregular das terras da Amazônia, ou seja, a grilagem de terras públicas, ocasionando assim a expropriação de antigos habitantes e populações indígenas, a extração criminosa de madeira e minério, reestruturação do modelo de trabalho escravo e o aumento intensivo do desmatamento.

A construção dessas rodovias, naquele momento representava, na opinião Velho (2009), um período de transformações da paisagem natural em uma paisagem modificada pelo homem, na ruptura e transformação cultural da região, além de mudanças no modo de produção, significando ainda a quebra de isolamento da região transformando-a em porta de entrada ao capital e por fim, o processo de urbanização na Amazônia.

Neste contexto, o papel do Estado na construção do espaço urbano na Amazônia se deu por meio de investimentos e financiamentos, de estruturas urbanas pré-existentes e das principais vias de acesso à região amazônica, no caso, a BR-163 trecho Cuiabá-Santarém, tornando-as um atrativo econômico ao capital global, fomentado no governo dos militares, o qual começam a apropriar de espaços no em torno das estradas.

Conforme Oliveira Neto (2006), a construção dos centros urbanos em torno das rodovias principais, no caso da BR-163, se manifestou pela atuação das empresas de

colonização privada e do INCRA nos moldes de colonização pública e privada. De acordo com Oliveira (2005), o modelo de colonização privada expressa atuação das imobiliárias, corretores, loteadoras, que a princípio atuavam na venda de terras rurais, lógica essa que se expande a partir da venda de lotes urbanos e construção de cidades planejadas.

Nas considerações de Picoli (2005) essa lógica se materializa em Estado de Mato Grosso, principalmente na região norte do Estado de Mato Grosso, no trecho da Br-163 (Cuiabá-Santarém), e nos demais territórios pertencentes à Amazônia brasileira.

É nessas formas de articulações, de planejamento e ordenamento socioespacial do capital sobre os territórios, segundo Moraes (1999), o Estado é direcionado pelo desejo de uma classe hegemônica, e a necessidade de circulação e reprodução do capital, que torna o espaço cada vez mais valorizado e, nesse caso entendemos que atuação no Estado caracteriza como agente produtor do espaço geográfico na Amazônia, pós década de 1970.

Com esse cenário de transformações econômicas no Brasil, de acordo com Picoli (2005), o governo militar visava organizar e fomentar as transferências de pessoas para Amazônia, com a finalidade formar um exército de mão de obra a ser absorvido na construção dos projetos de lógica capitalista. O autor explica que esses planos buscavam atender aos anseios de uma classe hegemônica, às necessidades de expansão do capital, às necessidades de amenizar os problemas sociais nas regiões Nordeste, sul e sudoeste.

Foi nesse contexto de ocupação da Amazônia que várias propagandas, *slogans*, segundo Picoli (2005) foram criados com a finalidade de atrair olhares, dentre eles são slogans, como: “Amazônia – integrar para não entregar”; “ocupar as terras vazias’”, além desses, outros *slogans*, como forte ideologia da propaganda indutiva ao progresso, qualidade de vida e a facilidade em obter terras férteis, outro atrativo eram os incentivos fiscais e a promessa de lucro fácil.

> A Amazônia Legal, nesse sentido, passa a fazer parte tanto de uma agenda visando a dinamização do capital, quanto o contorno de problemas sociais ligados à questão da terra no sul e nordeste do país. Ela se incorpora também a um conjunto de propagandas nacionalistas, típicas do período, a partir do lema “Integrar para não entregar” (ARANTES; BAMPI, 2017, P. 200).

Segundo Philippsen e Tomé (2012) as medidas adotadas tanto pelo Governo brasileiro como pelas empresas de colonização, partiam de estratégias midiáticas tais como a divulgação de terras vazias, oportunidade de enriquecimento rápido. Essas propagandas fundamentam-se em *slogans* com frases significativas, por exemplo, “terra sem homens para homens sem-terra”. Neles estava implícita a necessidade de atrair e transferir 100 (cem) mil famílias das regiões Nordeste e Sul do país que, na época enfrentavam grande tensão social.

Diante ao “incentivo” do governo, segundo Oliveira (2005), várias famílias sulistas de origens camponesas vieram ocupar as terras do norte do Estado de Mato Grosso, na qual estas se tornaram parte do grande fluxo migratório para Amazônia, e que fortemente influenciou no surgimento da rede urbana no em torno da BR-163, na Amazônia norte mato-grossense, e na lógica de expansão capitalista na Amazônia brasileira.

Conforme Picoli (2005), as medidas adotadas pelo governo brasileiro objetivavam amenizar os conflitos sociais que ocorriam nas regiões do Nordeste, Sudeste e Sul do país, ocasionados pelos problemas climáticos, êxodo rural e expulsão de pessoas que vivam no campo para as cidades, resultando no rápido inchaço populacional, falta de moradia, emprego e garantia básicas de sobrevivência.

A solução, no primeiro momento visava atender ao capital e aos anseios de expansão e solucionar os problemas enfrentados nessas regiões. Segundo Oliveira (2005), os governos militares, aliados aos moldes da expansão capitalista vê a necessidade de transferência desse excesso populacional. De acordo com Picoli (2005), fundamentado em Marx, tal excesso populacional constituiu-se em um exército reservado de mão de obra a ser absorvido na produção do espaço geográfico capitalista na Amazônia.

Diante desse cenário de crise social e expansão do capital, e a necessidade de ocupar os territórios considerados “vazios”, no caso a região amazônica, que surgiram os centros urbanos em torno da BR-163, no norte mato-grossense a partir da década de 1970.

Conforme Picoli (2005), os centros urbanos oriundos de projetos de colonização pública - INCRA, foram: Projeto Peixoto de Azevedo, Projeto Braço do Sul – Norte do Estado de Mato Grosso, Projeto Assentamento Ranchão – Nobres, Projeto Carlinda – Alta Floresta, Projeto Lucas do Rio Verde, Projeto Canaã – Nova Canaã, Projeto Teles

Pires – Colíder, Projeto Cerro Azul – Pontes Lacerda, Projeto Sete de Setembro – Aripuanã.

O quadro 1, fundamentado em Picoli (2005), mostra os projetos de origens aos moldes das empresas de colonização privada e do INCRA surgidos na década de 1970, com incentivos e apoio do governo.

Quadro 1: Projetos de colonização privada e de cooperativas no Estado de Mato Grosso

Projeto	Colonizadora	Ano de Criação
Porto dos Gaúchos	Colonizadora Conamali	1965
Canarana	Colonizadora cooperativa 31 de Março Ltda	1972
Água Boa	Colonizadora Conagro	1976
Nova Xavantina		1973
Vila Rica	Colonizadora Vila Rica	1978
Nova Mutum	Colonizadora Nova Mutum S.A	1978
Sorriso	Colonizadora Sorriso	1986
Sinop	Colonizadora Sinop	1974
Vera		1972
Claudia		1978
Santa Carmem		1972
União do Sul		1982
Feliz Natal		1978
Marcelândia	Colonizadora Maiká	1980
Alta Floresta	Colonizadora Indeco	1976
Paranaíta		1981
Apiacás		1986
Nova Bandeirantes	Colonizadora Bandeirantes	1986
Colíder	Colonizadora Colíder	1973
Terra Nova do Norte	Colonizadora Coopercana	1978
Juara	Colonizadora Zé Paraná SIBAL – Sociedade Imobiliária da Bacia Amazônica	1971
Novo Horizonte		1968
São José do Rio Claro	Colonizadora Incol	1976
Brasnorte	Colonizadora Gravari	1978
Juruena	Colonizadora Cooperativa Paraná	1978
Cotriguaçu		1984 a 1986

Fonte: Elaboração da autora com base em Picoli (2005), e dados do IBGE cidades.

Conforme mostra o quadro 1, os projetos de colonização implantados pelas empresas privadas somam-se um total de 29 municípios no Estado de Mato Grosso.

De acordo com Picoli (2005) entende-se que essas formas de organização dessas empresas se fundamentavam em organizações empresariais de Sociedade Anônima, organizações corporativas e nas formas de cooperativa.

E, nesse sentido, Trindade Júnior (2013), explica a mudança de relação de uso, exploração e convívio com os recursos naturais da Amazônia. Desde então, esse modelo de organização dos núcleos urbanos, criados e (re) configurados a partir de outros, passam a desempenhar papéis de fundamental importância para o desenvolvimento da Amazônia, no qual começa a atrair pessoas e empresas nacionais e internacionais de fundamental importância ao desenvolvimento econômico da região.

Nessa perspectiva, Becker (2013), explica que o Estado utilizou-se dos incentivos fiscais a juros reduzidos para atrair empresas e pessoas. Dentre as medidas, uma visava criar infraestruturas básicas nesses núcleos urbanos de forma a facilitar a instalação de empresas, e induzir o processo de imigração, de tal forma a criar um mercado de mão de obra local, além de consolidar uma fronteira urbana antes da fronteira agrícola chegar à região amazônica. No caso de ocupação e inserção da Amazônia, na opinião de Becker (2013, p.33), “os núcleos urbanos formaram a base logística da expansão da fronteira”.

Nesse contexto de formação territorial, expansão e diversificação do capital, os incentivos do Estado Brasileiro durante governo dos militares criaram um cenário atrativo para que os agentes imobiliários, corretores e empresas começassem a atuar na venda de terras rurais e a apropriação da lógica mercantilista das terras urbanas, como é o caso das empresas privada de colonização.

Consequentemente, nesse momento se concretiza o que Carlos (2011), classifica como condição espacial para produção e (re) produção do capital no espaço geográfico. E, no caso, é a Amazônia, a partir da formação de novos núcleos urbanos e (re) configuração dos antigos espaços urbanos.

Nas considerações de Oliveira (2005) e Bernardes (2007), as políticas públicas criadas durante o governo dos Militares para Amazônia, serviram de incentivos fiscais e creditícios para atrair capitais nacionais e internacionais, que se concentravam em áreas pré-selecionadas, definindo os espaços econômicos suscetíveis ao desenvolvimento planejado.

Nesse sentido, Margarit (2013), explica que a construção das estradas e da BR-163 no interior da Amazônia brasileira, possibilitaram facilidades futuras de

adentramento à floresta Amazônica. E, a partir dessas possíveis facilidades cria-se em torno dessas estradas uma área estratégica com a finalidade de integrar as regiões nacionais, com o norte do centro-norte de Mato Grosso e influenciando no surgimento de áreas estratégicas do capital e base para a ocupação dos territórios que se encontravam sob influência da BR-163.

Devido essa estratégia logística da BR-163, segundo Bernardes (2007), torna-se um importante e complexo corredor de transporte, como também de circulação de pessoas, mercadorias, produtos agrícolas, ocasionando aumento no fluxo de comunicação na ampliação e consolidação da fronteira agrícola moderna, concentração do uso de tecnologias no desenvolvimento das atividades ligadas ao agronegócio.

Foi diante de tal contexto de formação e consolidação dos territórios agrícolas, que os projetos de colonização privada se desenvolveram na Amazônia norte mato-grossense dando prioridade aos locais próximos às rodovias, da BR-163. Nesse sentido, Oliveira explica:

> O Estado de Mato Grosso ostenta posição privilegiada no processo de ocupação da Amazônia, pois foi contemplado com recursos de praticamente todos os programas governamentais. Calcula-se que mais de 90% dos projetos particulares de colonização estivem no Estado (OLIVEIRA, 2005, p. 81).

A atual configuração é resultado da localização privilegiada do Estado e, principalmente, do norte mato-grossense Margarit (2013), (re) afirma que a concentração de parte dos direcionamentos dos recursos destinados ao desenvolvimento da Amazônia, ao reverberar que a maioria desses projetos de colonização privada concentrava-se na região norte mato-grossense, área de influência da BR-163.

Essa estratégia de colonização privada desenvolvida no Estado de Mato Grosso com a concentração de núcleos urbanos no norte mato-grossense nas proximidades da BR-163, na década de 1970 é decorrente de vários fatores:

> [...] do processo de transformação na agricultura brasileira e da lógica da mercadoria terra como instrumento gerador de riqueza; da necessidade de força de trabalho para possibilitar os projetos capitalistas de desenvolvimento; da vontade histórica dos latifundiários, mais preocupados em criar um mercado de terras; das contradições estruturais da agricultura camponesa no Sul do Brasil, que, sem condição de viabilizar a reprodução da família, sonha com o horizonte distante da terra farta; e, por fim, deriva das políticas públicas

> que o Estado brasileiro executou nos últimos quarenta anos (OLIVEIRA, 2005, p. 96).

Os fatores que permitiram a ocupação, exploração e desenvolvimento da Amazônia norte mato-grossense criaram uma reordenação territorial seguindo a lógica capitalista. Segundo Oliveira (2005), é a partir desses arranjos econômicos e políticos que permitem entender a lógica capitalista, o caráter monopolista de colonização da Amazônia norte mato-grossense, assim, como a metamorfose da cidade diante da chegada e consolidação da fronteira agrícola.

Em sequência da materialização dessa lógica capitalista de colonização, segundo Oliveira (2005) foi que surgiu a Cidade de Sinop, fruto de investimentos empresariais, lugar de reprodução monopolista na produção da terra como mercadoria, e ao mesmo tempo reprodução do modelo de colonização sulista que fundamenta seu desenvolvimento e organização socioespacial aos modelos culturais europeus.

Segundo Oliveira (2005) e Bernardes (2007), com essas medidas o Estado e as empresas nacionais e multinacionais, Empresas de colonização, formam-se os principais agentes produtores, e o Estado tornou-se o principal financiador dessa produção e configuração socioespacial, que influiu no ordenamento territorial da Amazônia, e das novas Cidades que surgem próximas às estradas.

Assim, é, a partir das políticas públicas de integração nacional e de colonização da Amazônia, que novas técnicas são utilizadas como ferramentas de ocupação do território, ou seja, possibilitando novas condições de exploração à região que passa a influenciar e alterar significativamente a forma de produzir, pensar e construir os espaços urbanos das cidades, além disso, influi na maneira de morar na Amazônia.

Nesse sentido, os autores Barandier e Langüéns (2017), destacam que até os anos 60, os rios determinavam a localização das cidades na Amazônia, assim, como suas áreas de influências nas regiões de abrangência e base de apoio às atividades de exploração da floresta amazônica. O autor ainda destaca que no final da década de 60 e início a de 70, com a abertura de rodovias e implantação de assentamentos nos modelos de organização espacial urbano-rural, abre-se a oportunidade de criar e (re) configurar os núcleos urbanos e o fomento da exploração mineral, vegetal e dos recursos hídricos, o que possibilitou a inserção de novas formas de urbanização.

2.4. AS FUNÇÕES DA URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA NO CONTEXTO DE AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO CAPITALISTA E APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO

O processo de urbanização na Amazônia iniciado a partir da década de 1970 tem como pressuposto o aumento dos fluxos de pessoas e mercadorias dentro de um território ao modo capitalista, deixando de lado o ritmo das “cidades da floresta” para inserir “cidades na floresta” (TRINDADE JÚNIOR, 2013).

Para tal, a ideia era criar centros de exploração das riquezas e transformá-las. De acordo com Monte-Mór (2006) o modo produtivo urbano-industrial influencia no aumento e na concentração de pessoas nos centros, projetando o início do pensamento consumista, o que intensifica as relações de trabalho e influencia o entorno ao criar novas formas de uso das terras urbanas e rurais da região e seus recursos.

A urbanização via industrialização acelera o modo de produção capitalista, o que influencia no aumento da população urbana e dos centros urbanos, situação que se viu propagar pelo mundo. No entanto, de acordo com Santos (2012), a urbanização nos países subdesenvolvidos, a exemplo de países da América Latina, repercute de forma “mais perversa e menos elaborada”, situação ocorrida no Brasil.

Segundo Santos (2012), a urbanização brasileira seguiu uma lógica de aumento repentino na população urbana e dos centros urbanos, criando explosões demográficas nos centros urbanos das regiões Sul e Sudeste do Brasil, que mais tarde atinge as demais regiões brasileiras.

Nesse sentido, Monte Mór (2006), explica que a urbanização brasileira começa a se consolidar primeiramente nas grandes cidades, a exemplo de São Paulo, que é marcada pela mudança de uma economia agroexportadora para uma economia baseada na substituição de importações, que passa a redefinir o mercado interno e a lógica de Cidade, criando-se setores industriais no interior das cidades com a finalidade de ser um polo dinâmico e fonte de transformação na região.

Além disso, seguindo a linha de raciocínio do autor supracitado, temos que:

> Apenas essas cidades industriais, grandes, médias ou pequenas (monoindustriais), reuniam as condições exigidas pelo capitalismo industrial, em que o Estado regulava as relações entre capital e trabalho, fazia investimentos em infra-estrutura, garantia os meios de consumo coletivo, enfim, criava as *condições gerais de produção* para a indústria. [...] a cidade industrial era peça central da dinâmica capitalista, articulando-se com cidades

> comerciais e centros urbanos que canalizavam a produção para sua área de influência e controle. Era também nessas cidades, e apenas nelas, que se concentravam as possibilidades de acesso às facilidades da vida moderna, à cidadania, à urbanidade e à modernidade (MONTE-MÓR, 2006, p. 16)

De modo geral, o processo de urbanização via industrialização, segundo Santos (2012), causa certa mudança na estrutura de organização dos territórios e da sociedade, provocando uma ruptura econômica da produção agrícola e artesanal, para o um modelo de produção industrial.

O autor ainda destaca que o processo de urbanização apresenta características de internacionalização e multiplicação das trocas entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, também destaca o uso e concentração da tecnologia entre os países, consequentemente, o domínio sobre os países subdesenvolvidos, e modificações na estrutura e força do consumo.

De acordo com Brito e Pinho (2012) e Santos (2012), é em decorrência da mudança e ruptura da estrutura econômica vigente, do afloramento do modelo de produção industrial, do surgimento e concentração das indústrias nas cidades, na necessidade de incentivos ao consumo dos produtos industrializados de consumos domésticos e agrícolas, faz com que as cidades tornem-se atrativas às pessoas e ao capital.

Nessa lógica, José Cardoso *et. al.* (2011) baseado em Castell e Kant explicam que o processo de urbanização se constitui no preenchimento e transformação do espaço habitado sob a lógica urbana. Essa lógica implica em influenciar na concentração populacional, na diversidade, na interdisciplinaridade, na difusão de uma cultura industrial contemporânea que molda o espaço, sob a materialização das diversas formas de uso da terra, e qualificação do trabalho, na qual esta lógica sustenta-se em convenções modernas, as quais, criam as definições de urbano.

Os autores citados ainda explicam que, quando a cultura urbana e o espaço se complementam, formam-se condições modernas de organização, e que essa nova forma de organização do espaço se expande sobre o rural, passando uma visão de ultrapassado.

Também ressaltam que a urbanização no Brasil constitui-se como um fator de desenvolvimento e liga-se a ideia de que no local onde existe maior capacidade de concentração e uso de tecnologias que possibilitem a rápida transferência e troca de informações e isso facilita uma concentração de empresas e indústrias fazendo com que o local conecte-se com facilidade e rapidez com o Global. E, mesmo que esses

fatores influenciam no rápido aumento da população urbana, não expressa um desenvolvimento no meio urbano, ou melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

Nesse sentido, Furtado (2000), destaca a importância de relacionar o desenvolvimento de uma região com a satisfação e melhoria da qualidade de vida das pessoas que nela reside. Dessa forma, ao pensar urbanização como agente transformador do espaço e cotidiano, Cardoso destaca que:

> [...] os espaços são mutáveis uma condição importante para a mudança dos espaços é a interferência do homem nesse processo, tanto como agente transformador do processo de urbanização (JOSÉ CARDOSO et al 2011, p.2).

Dessa forma, ao refletir sobre o processo de urbanização como agente transformador do espaço e do homem, entende-se que o processo de urbanização no Brasil ocorreu de forma totalmente diferente do ocorrido na Europa e nos países norte americano. Nesse sentindo, Santos (1992), afirma que além de ser resultado do processo de industrialização iniciado na Europa no século XVIII, no Brasil, esse modelo se manifestou de modo distinto, mas com a mesma lógica de expansão do capital global sob os territórios.

O autor ainda explica que a urbanização no Brasil, se manifestou de forma acelerada, devido ao crescimento da população brasileira e do deslocamento de pessoas do campo para cidade, à inserção e intensificação do uso do meio técnico-científico no cotidiano dos brasileiros, pela mudança no papel econômico e na estrutura morfológica das cidades, passando a ampliar o seu sentido como *lócus* de reprodução do capital, aumentando dessa forma, o raio de influência sobre o campo.

Os resultados da expansão capitalista nos moldes da urbanização via industrialização no Brasil, de acordo com Santos (1993; 2012), refletiu no uso e influência do meio técnico científico, ou seja, aumento do emprego das técnicas: na saúde e no cotidiano, o que possibilitou no aumento do número na taxa de natalidade; no emprego de tecnologias nas atividades ligadas ao campo, o que possibilitou o aumento nos lucros, rapidez no cultivo e na colheita de produtos agrícolas, com menor quantidade de trabalhadores nas atividades agrárias.

Para os fazendeiros, significou redução dos gastos no desenvolvimento de atividades ligadas ao setores secundário e terciário (comércio e serviços); gerou mudança das formas de uso da terra; tornou a cidade um atrativo a reprodução capitalista, e também local e destino das pessoas que viviam no campo,

trabalhadores, fazendeiros; o que influiu no estilo de vida das pessoas, de modo a provocar uma reorganização estrutural da sociedade brasileira, criando-se novos hábitos culturais; reorganização administrativa e estrutural do Estado brasileiro.

Vale destacar, conforme mostra José Cardoso *et. al.* (2011), que o período de urbanização nas principais regiões brasileiras, constitui um período na qual a elite rural passa a viver nas cidades, e que esses aglomerados urbanos começam a ter importância econômica no país, e consequentemente, passa a atrair mais pessoas.

Segundo Santos (2012), constitui o início da materialização desses fatores de urbanização brasileira no século XVIII, mas ganha intensidade a partir da década de 1950, ao mudar a configuração do papel da cidade, pois, o sentido de urbano não se limita somente ao espaço da Cidade, mas, essa lógica urbana se expande de tal proporção que penetra no rural tornando-o urbanizado.

Para Santos (2012), com essas medidas, a lógica do urbano foi difundindo-se no Brasil, destacando o autor que as características de formação da população urbana podem provir do crescimento demográfico, das migrações internas, e das migrações estrangeiras. O supracitado autor enfatiza que o percentual de migrações internas e externas para um determinado local ou região pode-nos mostrar o poder de atração da cidade em atrair e “receber” o homem que foi expulso do campo, quanto à migração estrangeira, é por meio dela que podemos simbolizar a entrada tanto de capital como de cultura de uma cidade ou território.

Outra forma de expressar essa migração dá-se pela instalação de empresas nas cidades ou regiões, expressa por uma cultura diferente do local ocupado, outra característica relevante é a migração descendente, trata-se de empresas estrangeiras em território brasileiro que ao se instalar trazem consigo seus técnicos para trabalharem e assegurar a implantação e o funcionamento dessas transnacionais.

Para Santos (2012), o referido modelo de migração, vem acompanhado da colonização política e econômica. Durante o período inicial da urbanização no Brasil, Brito e Pinho (2012), explicam que a urbanização via industrialização foi um dos fatores determinantes para a mudança, além da confirmação estrutural da sociedade moderna brasileira, pois, o processo de urbanização não só reformulava a sociedade, mas, o território brasileiro. Nesse período a lógica urbana passa ser lócus privilegiado das atividades econômicas relevantes. Monte-Mór explica como a lógica de produção industrial apropria-se da cidade.

> A indústria impõe à cidade sua lógica centrada na produção, e o espaço da cidade, organizado como lócus privilegiado do excedente econômico, do poder político e da festa cultural, legitimado como obra e regido pelo valor de uso coletivo, passa a ser privatizado e subordinado ao valor de troca (MONTE-MÓR, 2006, p. 13).

Ainda de acordo com o autor supracitado, nessa lógica a cidade se transforma em produto industrial seguindo as leis econômicas de produção, ela passa a agregar valores que jamais foram pensados anteriormente. Para Santos (2012), a urbanização nos países subdesenvolvidos se materializa sob os arranjos econômicos, políticos e sociais, que influenciam na organização socioespacial dos espaços urbanos das cidades, as quais criam uma configuração que correspondem a duas classes sociais bem específicas.

Sendo que uma das classes é na maioria constituída por uma parcela da população formada por migrantes vindos do campo e sem qualificação para o trabalho e para a vida urbana e citadina, os quais ocupam os cargos mais inferiores, com remuneração baixa, enquanto, a outra parcela da população possui um nível elevado de qualificação e ocupa cargos de mais prestígio, nos comércios e nas indústrias.

Com esse modelo de organização socioespacial, segundo Santos (2012) e Carlos (2011), criam-se, de modo geral, nos espaços urbanos da cidade uma lógica consumista, no qual as famílias das duas referidas camadas consomem os mesmos produtos de categoria de consumo básico, mas, o diferencial está tanto na quantidade, qualidade e frequência do consumo.

E, nesse ponto de raciocínio, é interessante acrescentar que, em decorrência do avanço da lógica de consumo, cria-se a categoria de consumo, esta que expressa a ideia de exclusividade e individualidade de consumos nas pessoas.

A esse respeito, Brito e Pinho (2012), salientam que, com a urbanização e a lógica urbana, cria-se um “difusor” de uma nova cultura, com novos padrões de relações sociais. Partindo desses arranjos introduzidos pelo processo de industrialização, cria-se uma metamorfose interna, e sua difusão sobre os espaços geográficos. É nesse momento que segundo Monte Mór (2006), o sentido do urbano materializa-se na estrutura física dos objetos que o compõe, não somente na estrutura física, como também, expressa uma ideia tecnológica, que se transforma em uma questão espacial, ou seja, cria-se novas organizações socioespaciais.

> A partir dos anos setenta, a urbanização estendeu-se virtualmente ao território nacional, integrando os diversos espaços regionais à centralidade

> urbano-industrial que emanava de São Paulo, desdobrando-se na rede de metrópoles regionais, cidades médias, núcleos urbanos afetados por grandes projetos industriais, atingindo, finalmente, as pequenas cidades nas diversas regiões, em particular onde o processo de modernização ganhou uma dinâmica mais intensa e extensa.–[...] A urbanização extensiva atingiu nos últimos 30 anos praticamente todo o País: estendeu-se a partir das regiões metropolitanas, articulando-se aos centros industriais, às fontes de matérias-primas, seguindo a infraestrutura de transportes, energia e comunicações, criando e estendendo as condições de produção e os meios de consumo coletivo necessários ao consumo da produção industrial fordista que se implantava no Brasil com o "milagre brasileiro". Ao final do século XX, o *urbano* se fazia presente em todo o território nacional, com destaque para as fronteiras amazônica e do centro-oeste, onde a produção do espaço já se dava a partir de uma base urbano-industrial que emanava dos centros metropolitanos e de seus desdobramentos sobre as regiões agrárias articuladas à base agroindustrial do País (MONTE-MÓR, 2006, p. 16-17).

A partir da citação, entende-se as formas de ações da lógica industrial na cidade, o que representa novo conceito de urbano ao pensar e moldar o espaço para receber as ideias industrialização via urbanização.

No contexto amazônico, o processo de urbanização via industrialização se manifestou de forma tardia e lenta em relação às regiões sul e sudeste do Brasil. De acordo com Becker *et. al.* (1990), a ocupação e urbanização da Amazônia acontece em vários momentos do contexto histórico do Brasil e constitui-se em várias tentativas de ocupação com um forte viés de exploração. Ao mesmo tempo em que Netto (2000) afirma que uma das motivações em ocupar e urbanizar a Amazônia é a escassez de terras e de recursos naturais nas regiões de Sul e Sudeste.

A partir desse ponto, se expressa a necessidade das empresas e indústrias de se instalarem próximas às fontes de matéria-prima para fabricação e comercialização de seus produtos.

Segundo Monte-Mór (2005) e Becker (2013), muitos centros urbanos da Amazônia que fazem parte da atual configuração urbana da Amazônia, iniciaram-se com materialização de pequenos aglomerados espontâneos com características de vilas urbanas, e serviam para dar suporte às atividades econômicas da época e aos vários processos de ocupação e exploração dos territórios pertencentes à Amazônia brasileira. Essa configuração socioespacial e urbana mostra-nos os primeiros ensaios de urbanização da Amazônia desde o período colonial, os quais já apresentavam características econômicas de uma lógica moderna oriundas de países da Europa.

Essa configuração do espaço urbano em que se deu a Amazônia, segundo Monte-Mór (2005) e Becker (2013), é resultado de várias influências culturais que se materializaram no traçado urbanístico dessas cidades, muitas vezes expressavam a

lógica urbana vivida na Europa, e que buscavam representá-la em meio à floresta, reproduzindo a construção desses ambientes de acordo com sua cultura e o cotidiano urbano de seus países de origem.

Conforme Becker (2013), a formação histórica de ocupação da Amazônia, constitui-se de um território formado sob a influência cultural de países da Europa, Ásia, América do Norte, e população de origem brasileira, indígenas, aonde os povos vindos da Europa durante os períodos das grandes navegações, Brasil – Colônia, usavam das rotas marítimas cortando o oceano Atlântico, navegando pelos rios Amazonas, Tapajós, Tocantins, Madeira e Negro para adentrar o território brasileiro pela Amazônia, formando assim, suas bases de exploração, criando uma linha de comunicação direta com o comércio internacional.

De acordo com Trindade Júnior (2013), tais arranjos logísticos de navegação nesse período constituíram os primeiros enraizamentos de urbanização na Amazônia brasileira, a qual deixou marcas significavas no espaço geográfico da Amazônia, expresso nos espaços urbanos das cidades pioneiras.

Portanto, para viabilizar o planejamento destinado à região amazônica, destaca-se as indagações feitas por Becker no início de sua pesquisa.

> intrigou-nos o acelerado processo de urbanização numa região florestal, cujo o planejamento governamental enfatizava e subsidiava uma ocupação destinada à agropecuária. Logo ficou patente o papel das cidades na real meta do planejamento regional, qual fora finalmente promover a ocupação definitiva e explorar os recursos da Amazônia. Por essa razão, verdadeira fronteira urbana foi implantada pelo Estado na região antes mesmo da expansão da fronteira agropecuária e mineral, que caracterizou o processo de ocupação: a essa fronteira oficial associaram-se os núcleos nascidos espontaneamente e o crescimento de outros (BECKER, 2013, p. 12).

Destarte, o rápido avanço da urbanização na Amazônia brasileira, através do estímulo de ocupação via migração e formação de pequenos núcleos urbanos que serviam de base à ocupação e exploração, ao mesmo tempo em que também serviam de local de apoio à formação de mão de obra para trabalhar nos projetos capitalistas de desenvolvimento industrial da Amazônia.

Nesse contexto de urbanização da região amazônica, para implantar o plano de desenvolvimento e integração da Amazônia, segundo Becker (2013), eram necessárias algumas medidas governamentais, como por exemplo:

- Medidas que viabilizassem a criação de infraestrutura básica, a construção de rodovias, com finalidade de promover a integração da

região amazônica e inseri-la ao modelo de industrialização, atrair o interesse capitalista em investir na Amazônia por meio da execução de projetos hidrelétricos, metalúrgicos;

- Construção e estruturação de uma rede urbana com a finalidade de ocupar e criar uma rede de cidades especializadas para servir de suporte às futuras instalações de atividades econômicas no território da Amazônia;
- Incentivos aos processos migratórios no povoamento do território e na formação de mão de obra;
- Implementação de projetos de colonização agrícola, com incentivos fiscais e financeiros destinados às empresas capitalistas para o desenvolvimento de projetos agropecuários e projetos industriais, bem como para as empresas ligada a criação e construção da Zona Franca de Manaus; e,
- Viabilizar a instalação do Projeto Radar da Amazônia (RADAM), que tinha por objetivo realizar pesquisas e estudos regionais, geográficos e topográficos, através do mapeamento dos recursos naturais e características estruturais das terras na região amazônica, com finalidade de orientar nas formas de uso do território.

Tal planejamento de industrialização constitui um discurso presente nos planos de governo mesmo antes do governo dos militares e, conforme Picoli (2005), o Estado brasileiro, durante vários governos, principalmente, durante o período do governo dos militares, por meio das políticas públicas desenvolvimentista, tornou-se o maior incentivador e articulador dos financiamentos estrangeiros com a finalidade de promover a industrialização na Amazônia, além de criar regiões com capacidades de consumo de produtos industrializados produzidos em escalas.

Em decorrência a esse cenário, na opinião de Becker (2013), a intensificação da urbanização via ocupação e colonização da Amazônia brasileira é desencadeada pela geopolítica durante o governo dos militares, que visavam ocupar definitivamente a região e favorecer a expansão da fronteira agropecuária iniciada no Sudeste, bem como implantar núcleos urbanos com estratégias específicas. Ainda neste contexto, Souza e Rachave (2009), enfatizam que neste período houve forte participação do

capital estrangeiro e nacional destinado a criação de redes urbanas da região amazônica e norte mato-grossense.

Estes eram arranjos políticos e econômicos, oriundos de financiamentos nacionais e estrangeiros, através da forte participação do Banco Mundial, e das empresas capitalistas internacionais e nacionais. Segundo Carlos (1994) e Santos (2012), foi um período marcado por transformações tanto no que se refere aos conceitos de urbanização quanto ao surgimento de novas formas de produzir os espaços urbanos das cidades brasileiras.

Ainda nessa lógica, os autores supracitados, mostram-nos que tal ocorrência se deu em resposta aos reflexos do acelerado processo de urbanização via industrialização e expansão capitalista, bem como da passagem do modelo de produção fordista para o modelo monopolista de produção capitalista via capital global que manifesta nas regiões por meio do financiamento nacional e internacional sela de origem privada ou pública.

Para entender a lógica do capital na preparação do espaço geográfico da Amazônia, a partir da concepção e configuração do núcleos urbanos, de acordo com Botelho (2007), nas discussões do texto a produção do espaço como estratégia do capital, entende-se que o sistema capitalista em sua necessidade de se expandir e de produzir, criou várias ramificações de capital, e dentre as múltiplas faces do capital, influenciou nas novas formas de se apropriar e produzir espaços urbanos, sendo ela a virtualização do capital pela sua rapidez de expansão e influência sobre os espaços geográficos.

Nesse sentido a partir das observações, Amaral *et. al.* (2001), no relatório técnico de 2001, sobre “A análise espacial do processo de urbanização da Amazônia”, entende-se que os fatores de urbanização da Amazônia, se caracterizam pelo forte movimento migratório, formação de mão de obra, definição de um mercado de trabalho e no papel que os eixos rodoviários passam a desenvolver-se na região, assim como o aumento dos centros urbanos. Em síntese, a partir das considerações de Barandier e Langüéns (2017), observa que o processo de urbanização via industrialização resultou na expansão da fronteira agrícola, as quais se materializaram na Amazônia brasileira e influenciou na configuração da região Norte do Mato Grosso.

Para Falchetti (2011), a materialização do fenômeno de urbanização aliado aos arranjos de ocupação, urbanização e inserção da Amazônia na lógica global de produção, a região norte do Estado de Mato Grosso torna-se um fator atrativo ao

capital. Tornando-se ao mesmo tempo em zona de influência ao desenvolvimento na Amazônia. Além disso, tais fatores são decorrentes do fato de a localização nas proximidades da BR-163, se apresentar como um território de grande importância econômica, devido ao modelo de produção agrícola e estrutura urbana de cidades que se formam na região.

Nesse sentido, Oliveira (2005), Picoli (2005) e Teixeira (2006), explicam que o Estado de Mato Grosso devido a sua localização e ao avanço da frente pioneira, fase de expansão e urbanização do capital, é um dos Estados pertencente à Amazônia brasileira que mais recebeu influências das políticas públicas no pós década de 1970, bem como, maiores direcionamentos dos órgãos públicos quanto aos investimentos nacionais e estrangeiros no plano de desenvolvimento da Amazônia, a região norte formou-se e configurou-se sob a influência da BR-163 e mecanismos governamentais e tecnológicos.

A partir das considerações de Oliveira (2005) a construção das principais vias de deslocamentos entre a Amazônia brasileira as demais regiões brasileiras, precisamente a região da BR-163 (Cuiabá-Santarém), representou uma ideia de inovação, pois ao inserir uma região considerada isolada e despovoada na década de 1970 tornou-se um projeto desafiador as empresas de colonização e aos primeiros moradores migrantes da região Sul do país, que objetivava incorporar a região ao processo de expansão do modelo capitalista e possibilitar o acesso à terra aos que até então não possuíam, resultando no avanço da fronteira agrícola sobre a região amazônica.

Diante do contexto da inovação tecnológica nos meios de produção geográfico, entende-se as transformações inseridas com a urbanização e formação de uma rede de cidades planejadas modernas em torno da BR-163 no norte mato-grossense, as quais, foram pensadas para dar suporte ao processo de ocupação e a chegada do modelo de atividade agrícola, e ao mesmo esse planejamento ao mesmo tempo de servir de apoio ao expansão capitalista na norte mato-grossense se estende ao próprio desenvolvimento dessas cidades.

Portanto, a partir da materialização dos planos capitalistas e do Estado brasileiro para Amazônia, principalmente, no norte mato-grossense, essas cidades concebidas pós década 1970 tornaram-se dinâmicas, e de grande importância econômica e de livre circulação do capital global via as técnicas de globalização dos

espaços cria-se uma forte conexão com as demais regiões brasileiras e com os países da Europa, Ásia, e América do Norte.

Com os investimentos direcionados para Amazônia período, segundo Picoli (2005), o norte mato-grossense torna-se um atrativo aos processos de especulação fundiária de terras rurais e urbanas na Amazônia, os quais passaram a promover uma cadeia de atividades que englobam o aumento perverso do desmatamento na floresta, grilagem de terras, inserção das atividades agropecuárias que favorecem a expansão da fronteira agrícola, e também, a consolidação de monoculturas (arroz, soja, milho e algodão) e em outros casos que fortaleceram a transformação do solo rural em urbano, de acordo com a expansão das cidades sobre o campo.

Ainda nesse sentido, Picoli (2005) e Oliveira (2005), explicam que associados a esses arranjos estão os grandes projetos econômicos para exploração de recursos naturais. Esses também são fortes indutores de urbanização na Amazônia, principalmente pós década de 1970, em diferentes escalas, que devem ser vistos como elo de apropriação do território.

Esse contexto de formação do norte mato-grossense e construção de núcleos urbanos como base de apoio ao desenvolvimento da região, a ocupação, inserção do norte ao modelo de produção global, para Barandier e Langüéns (2017), resultam em múltiplos impactos da urbanização, se destacam: a) contaminação de rios e lençol freático por afluentes não tratados nas atividades urbanas e/ou pela inadequação da disposição final de resíduos sólidos; b) efeitos sobre fauna e flora na intensificação da circulação de transportes de passageiros e cargas, tanto pelas vias rodoviárias como fluviais; c) aumento da pressão sobre a floresta pela expansão dispersa de áreas urbanizadas; descaracterização de modos tradicionais de moradia da região, entre outros aspectos. Dessa forma, esses fatores exercem pressões sobre o meio ambiente que não apenas por sua localização, mas também pelo impacto que causam ao bioma como um todo.

3. A CIDADE DE SINOP NO CONTEXTO DE EXPANSÃO CAPITALISTA NA AMAZÔNIA

Este capitulo foi desenvolvido de forma a mostrar como se deu o processo de construção e desenvolvimento do núcleo urbano de Sinop na década de 1970. E, como parte das discussões levantadas no primeiro busca-se evidenciar a cidade como ferramenta de ocupação do norte *mato-grossense.* Materializa-se na cidade como instrumento de expansão do capital na Amazônia brasileira que fomenta e efetiva formação do território amazônico.

3.1 A GÊNESE DA CIDADE DE SINOP NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA

Em continuidade aos processos fundantes da formação dos núcleos urbanos na Amazônia brasileira, assim como os da cidade de Sinop sob as considerações e o entendimento de Picoli (2005) e Oliveira (2005), quando discutem sobre a expansão do capital nos territórios pertencentes à Amazônia brasileira. E, a partir dessas ponderações entende-se que esses arranjos se tornaram elementos determinantes na concepção da cidade de Sinop no norte mato-grossense tornando-a polo de desenvolvimento regional, local de concentração das atividades economicistas e tecnológicas, que é base para as atividades de extração florestal, de pecuária bovina e agrícolas na região.

Nesse contexto, a cidade de Sinop é originária da implantação do projeto de colonização privada denominado Gleba Celeste pela empresa Colonizadora Sinop. O desenvolvimento desse projeto de ocupação, via colonização, tomou forma, além de questões técnicas, através da junção de ideologias: a primeira de origem geopolítica ligada ao regime ditatorial militar de integração nacional, a partir dos projetos do Governo Federal em ocupar as regiões brasileiras poucos habitadas com objetivo de transforma-las economicamente produtivas, dando adensamento populacional; a segunda de ordem econômica, relacionada aos planos de expansão capitalistas de usufruir das riquezas e recursos naturais da Amazônia; a terceira de origem cultural do campesinato sulista, de influência europeia com valores no trabalho, progresso e aquisição ou ampliação do tamanho da terra para produção.

Tais arranjos políticos, econômicos e culturais inserem ao norte de Mato Grosso com a construção de Sinop uma nova cultura e novas formas se organizar o

espaço geográfico seja urbano ou rural. Nesse entendimento, com base nas considerações de Coy *et. al*. (2017), no artigo “De frontier até pós-frontier: regiões pioneiras no Brasil dentro do processo de transformação espaço-temporal e sócio ecológico”, entende-se que a cidade de Sinop é um núcleo concebido em meio a um cenário de mudança da estrutura do modo de produção agrícola e econômica do Brasil que a cidade de Sinop que foi pensada e planejada para ser construída no norte mato-grossense, próximo a BR-163 como um projeto em meio a floresta amazônica, em um local estratégico, que precisava ser ocupado e integrado ao novo modo de produção capitalista nacional/global.

Esse cenário de concepção da cidade de Sinop na Amazônia norte mato-grossense, segundo Picoli (2005), Oliveira (2005) e Coy *et. al.* (2017), refletiu na diversificação das formas de uso do solo e exploração dos recursos naturais, com alto nível de consumo de tecnologias e novas técnicas de produção agrícola, assim como de manipulação do espaço urbano. Ao mesmo tempo com que essas transformações determinaram a mutação da paisagem natural da Amazônia norte mato-grossense em uma paisagem humanizada, tornou-a também em uma região urbanizada.

Dentre as várias transformações ocorridas no modo de uso e exploração dos recursos naturais oriundos a partir do surgimento de Sinop na Amazônia, segundo Souza (2004), foi o fato da Amazônia norte mato-grossense se tornar um território urbanizado e articulado ao contexto do agronegócio, de tal modo que se tornou um dos principais produtores de grãos comercializados no mercado internacional, sob a lógica capitalista globalizada, o qual utiliza-se das principais rodovias e dos centros urbanos pensados e produzidos próximos a BR-163, para tornar umas das principais vias de acesso à Amazônia brasileira, ou seja, constituindo-se em porta de entrada do capital na região.

Vale destacar que a implementação do Projeto Gleba Celeste e a transformação da Amazônia norte mato-grossense em polo agrícola, segundo Picoli (2005) e Oliveira (2005), baseou-se na disponibilidade de terras devolutas, nos incentivos fiscais concedidos pelo Estado brasileiro, por meio da articulação e controle dos governos militares (décadas de 1960-1980) sobre os territórios brasileiros, assim como na abertura para o capital privado do processo de ocupação via colonização das terras do Estado de Mato Grosso.

Nesse contexto, Netto (2000), salienta as experiências de colonização via construção de núcleos urbanos nas regiões sudeste e sul do Brasil utilizando dos

projetos e modelos de ocupação via financiamento e colonização pública. Dessa forma, segundo Netto (2000) entende-se que esse modelo de ocupação nas regiões brasileiras que antecederam a ocupação efetiva e divisão do Estado de Mato Grosso fundamentaram a implementação dos projetos de Colonização Privada das empresas – Integração Desenvolvimento e Colonização (INDECO), Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP S/A) e a Colonizadora Líder (COLÍDER) – a atuarem na Amazônia norte mato-grossense, constituindo-se em uma importante forma de controle e articulação do Estado brasileiro com o capital empresarial na região.

Ainda, conforme Netto (2000) esses projetos foram concebidos por meio dos mecanismos da reforma agrária, das políticas agrícolas, assim como de políticas creditícias, sob as justificativas de promover o desenvolvimento regional e industrial da Amazônia.

Em síntese, segundo Picoli (2005) e Oliveira (2005), tais arranjos ressaltam o desenvolvimento que determinaram a criação de órgãos de gestão dos programas e diretrizes de desenvolvimento da Amazônia, assim como no uso massivo dos meios de comunicação e da propaganda com *slogans* indutivos nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, que mostravam a disponibilidade de terras na Amazônia e a necessidade de colonizá-las. Nesse sentido, para Netto (2000), era por meio dessas empresas de colonização que o Estado articulado ao capital manteve um controle mais próximo a região.

Com base nas considerações de Ferreira Santos (2011), ao fazer o regaste das raízes históricas de Sinop, que mostra parte do processo de construção da cidade. É neste contexto que o autor destaca a atuação dos primeiros habitantes no processo de construção do núcleo urbano de Sinop. A partir desse cenário com base em Oliveira (2005) e Picoli (2005), ao discutirem os processos de ocupação na Amazônia brasileira, entende-se que a construção de Sinop constitui parte dos mecanismos de aproximação da Amazônia e o controle da região norte mato-grossense se concretizou com a implantação da BR-163, assim, como com a implantação de projetos de colonização privada, tal como o caso da Gleba Celeste.

Segundo Ferreira Santos (2011), o processo de ocupação inicia-se com a instalação do primeiro núcleo urbano, a Agrovila Vera, e construção da primeira pista de voo – primeiro aeroporto – no local onde seria implantado o núcleo urbano da cidade de Sinop. Vale destacar com base no depoimento do autor (2017), a construção da pista de voo dentro das terras do projeto da Colonização Sinop

representou um elemento importante de facilidade de ligação da região norte de mato-grossense com a capital Cuiabá e com as regiões metropolitanas brasileiras, com a finalidade de reduzir as dificuldades de acesso à região.

Como já tratado no capítulo I anteriormente, segundo Picoli (2005), Oliveira (2005) e Velho (2009), na formação da região norte mato-grossense e na construção da cidade Sinop, entende-se que nas décadas de 1970-1980, o capital articulou-se tanto ao Estado brasileiro, utilizando-se das políticas públicas de desenvolvimento nacionalista, como também a política de reforma agrária de ocupação e colonização, dos programas e órgãos, leis e decretos de âmbito nacional e da divisão do Estado de Mato (Mato Grosso e Mato Grosso Sul) como forma mais fácil de exercer o controle do norte do Estado e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento e transformação de uma região, até então, considerada pouco desenvolvida e improdutiva economicamente em polo de produção agrícola.

É importante destacar que nesse período de interação entre o capital e Estado, Sinop passava por transformações internas – Política Administrativa - assumindo a categoria de Município. Segundo o IBGE (2017) e Ferreira Santos (2011), o processo histórico da formação político administrativa de Sinop, se caracterizou da seguinte forma:

- 1972-1973 é marcado pela chegada das primeiras famílias de agricultores – Gleba Celeste;
- Em, 17 de setembro de 1974, fundação da *Rurópolis* – “Cidade” de Sinop;
- Em 29-06-1976, Sinop torna-se Distrito de Chapada dos Guimarães, pela Lei Estadual nº 3.754.
- Em 1979, Sinop, torna-se município pela Lei Estadual de nº 4.156, desmembrando-se do município de Chapada dos Guimarães;
- Em 1981, Sinop é constituído Distrito sede, com uma extensão territorial de 48.678 k², abrangendo a localização de Vera, Santa Carmem, Cláudia e Marcelândia.

A partir dessa contextualização histórica de formação do município e da cidade de Sinop, pode-se acompanhar o processo de desmembramento do território e constituição dos municípios e cidades vizinhas que corresponde atualmente aos respectivos municípios de Vera, Santa Carmem, Cláudia e Marcelândia, os quais,

entre os anos de 1986 a 1988 foram desmembrados do Distrito Sede de Sinop, tornando-se unidades administrativas independentes, passando assim a extensão territorial de Sinop de 48.678 Km² para 3.206 km².

Essa divisão interna no Estado, ou seja, a divisão administrativa do município de Sinop é reflexo da conjuntura nacional e da divisão territorial do Estado de Mato Grosso, e segundo Netto (2000) possibilitou o incremento do arranjo de formação e controle da região norte mato-grossense via políticas e programas de financiamento concedidos por meio de parcerias entre os governos do Estado de Mato Grosso e o governo Federal, e operacionalizados por órgãos como a SUDAM, SUDECO, BASA, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT), além do INCRA com ações nas atividades de coordenação e organização do modelo de colonização privada proposta para a Amazônia norte mato-grossense.

Como já apresentado no capitulo I e nos parágrafos anteriores, esse constitui um período em que houve a ampliação de processos de incentivos para a ocupação da Amazônia norte mato-grossense foi o período dos governos militares (1964-1985) com término no final da década de 1980, o que de acordo com Prates e Bacha (2011), ocasionou períodos de mudanças e reorganização das estratégias econômicas no Brasil, com aumento excessivo da dívida externa brasileira perante instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Ainda conforme os autores citados, a esse cenário somou-se os conflitos socioambientais, redução dos investimentos para a região amazônica, o avanço da fronteira agrícola e, sobretudo o aumento do desmatamento na Amazônia, o que chamou atenção de países como os Estados Unidos e da Europa, os quais passaram a reivindicar a preservação da floresta.

Diante dessa conjuntura, após o processo de redemocratização no Brasil ao assumir o primeiro presidente pós-regime militar, José Sarney (1985-1990), segundo Prates e Bacha (2011), com a finalidade de conter os problemas ambientais na Amazônia e acenar ao mundo com iniciativas políticas de combate ao desmatamento foram criados, o Programa Nossa Natureza e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), já que o desmatamento havia atingido 20% da floresta no período.

Destaca-se ainda que essa situação vivenciada pela Amazônia brasileira foi ponderada por Porto Gonçalves (2004, 2016) como resultado do uso de modelos de

desenvolvimento adotados durante os governos dos militares, fundamentados em projetos e visões externas, os quais desconheciam o local, bem como sua população e a relação cultural destes com a floresta.

Frente aos acontecimentos e aos conflitos ambientais correntes na Amazônia nas décadas de 1970 a 1980, Oliveira (2005), Prates e Bacha (2011), destacam que a década de 1990 traz a marca da instabilidade e descontinuidades das políticas nacionalistas, tanto pela continuidade das mudanças econômicas e políticas no Brasil, quanto pelo desenvolvimento induzido da região amazônica com a expansão de atividades produtivas que causou o aumento de desmatamento da floresta, salientando que é a partir da década de 1990 que há o incremento do avanço do agronegócio sobre a região amazônica por meio da expansão da cultura da soja.

Os autores ainda destacam que em decorrência dessas mudanças e dos impactos socioambientais causados pelo expressivo e desordenado aumento populacional da Amazônia a partir do ano 2000, novas técnicas de controle foram iniciadas por meio de projetos como o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e o Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES), os quais são utilizados como forma de reconhecimento e monitoramento do espaço aéreo da região, com focos no combate aos crimes ambientais como desmatamento, queimadas, garimpos, controle da qualidade da água, estudo do clima, entre outros, destaca-se ainda que um dos radares do projeto SIVAM encontra-se instalado no município de Sinop-MT na área do aeroporto municipal presidente João Figueiredo, último presidente militar.

Ainda nesse contexto, Bernardes (2007), Prates e Bracha (2011), avaliam que a inserção desses projetos na Amazônia demonstrou a chegada de novas formas do uso da terra na Amazônia norte mato-grossense, com abertura de novas áreas destinadas à pecuária, a chegada da Soja na Amazônia, assim como a concretização do avanço da fronteira do agronegócio na região e o início da ampliação e diversificação desse modelo.

Como já apresentado no decorrer deste trabalho, o processo de ocupação da Amazônia de um modo geral, assim como da Amazônia norte mato-grossense de modo específico, teve a atuação do Estado na concepção do processo de ocupação por meio de ações políticas e econômicas.

Cabe-nos aqui reverberar que nas décadas de 1970 e 1980, segundo Netto (2000), a implantação do projeto Gleba Celeste exerceu papel importante ao processo

de ocupação da região amazônica brasileira e mato-grossense, já que sua concepção fundamentou-se na apropriação e materialização da lógica empresarial sob forma de Sociedade Anônima (S/A), lógica essa dita moderna e eficiente. Vale destacar que esse modelo de ocupação baseou-se na comercialização de terras - lotes urbanos e rurais, e na exploração dos recursos naturais.

Destaca-se que a construção da cidade de Sinop estava ligada as várias atividades econômicas desenvolvidas nas décadas de 1970 e 1980, pois segundo Netto (2000) durante esse período foram desenvolvidas várias iniciativas de atividades econômicas ao longo dos anos vinculados ao extrativismo como a agricultura (cultivo do café, pimenta do reino, mandioca, milho, arroz e soja), podendo ser divididas assim em atividades agrícolas permanentes e temporárias**.** Destaca-se ainda no período de 1970- 1990 a extração da madeira que constituiu um dos principais polos madeireiros do Brasil. A partir da década de 1990, a indústria madeireira em Sinop começa a desacelerar e o setor imobiliário começa a se desenvolver com a venda de terras urbanas e rurais em Sinop.

No tocante às atividades agrícolas e industriais, com base nas considerações de Netto (2000), quando faz estudos sobre a cidade de Vera e do processo de ocupação da Amazônia mato-grossense, observa-se que houve o incentivo do Estado brasileiro ao cultivo da mandioca, a qual atingiu uma área plantada de aproximadamente de 4.300 ha, somando um total de 500 produtores.

Ainda com base no autor citado, o produto cultivado servia tanto para o autoconsumo quanto para abastecer a Usina de álcool Sinop Agroquímica S/A, a qual passou a ser utilizada como referência e base para receber vultosos incentivos financeiros do governo Federal por intermédio da SUDAM, de tal modo que se tornou fator de influência ao desenvolvimento da cidade com o processo de migração de pessoas para Sinop, predominando nesse processo a chegada de funcionários da própria empresa, bem como agricultores e empresários do segmento de transportes.

Ainda nesse cenário, segundo Netto (2000), em paralelo às atividades econômicas desenvolvidas na Amazônia norte mato-grossense de exploração dos recursos naturais, a colonizadora SINOP atuou como principal agente de produção e configuração do espaço urbano da cidade Sinop. Esse controle foi exercido pela venda de terras, doações de terrenos a órgãos públicos e religiosos, a empresas e casas comerciais como forma de incentivo e atrativo à instalação de empresas no núcleo urbano.

Importante ressaltar que essas estratégias foram utilizadas como forma de organização espacial da área central, assim como do centro industrial de Sinop, sendo estas ações as estratégias adotadas pela Colonizadora em interação com o Estado brasileiro, como meios de instigar o desenvolvimento da cidade Sinop.

Nesse sentido, pode-se ponderar baseado em Teixeira (2006) que o contexto da formação territorial da Amazônia norte mato-grossense materializada na produção do espaço urbano de Sinop fundamentou-se na transformação dos recursos naturais, principalmente da terra em mercadoria, articulando-se ao processo de mecanização do campo e a implantação de novos modelos de produção agrícola e pecuária, baseado no uso intensivo da tecnologia com a monoculturização e especialização da produção.

Vale notar, fundamentado em Coy *et. al.* (2017), que para o comércio das terras da Amazônia, sobretudo do norte mato-grossense, terras rurais e dos lotes urbano de Sinop, já havia definido um perfil de consumidores/compradores, os quais eram os pequenos colonos das regiões Sudeste e Sul, preferência essa ainda conforme os autores, decorrentes da origem europeia do povo dessa região, com espírito empreendedor e empresarial, de maneira que aos demais povos, especificamente aos nordestinos e às pessoas com menor poder aquisitivo eram destinados a ocupar posições na estrutura social de Sinop como mão-de-obra barata, dentro da lógica do modelo de estruturação social da sociedade brasileira conservadora que perpassa as atividades produtivas e a própria configuração dos lugares.

Dessa forma, pensar esse quadro de produção do espaço geográfico da Amazônia norte mato-grossense a partir da década de 1970, leva nos às ponderações de Carlos (2016), quando afirma que o espaço se torna condição à reprodução do capital por meio da comercialização da terra, extraindo dela lucros e renda, transformando o espaço em mercadoria.

Ainda nesse contexto, com base em Carlos (2016), quando analisa a organização e a produção do espaço por meio dos agentes sociais da cidade metropolitana de São Paulo, entende-se que mesmo em contextos e regiões brasileiras diferentes faz observar que na região norte mato-grossense, na cidade de Sinop, esse modo de produção se constitui na reprodução da lógica capitalista das cidades metropolitana, e que também se manifesta em Sinop por meio do processo de comercialização da terra urbana, expressando uma lógica de reprodução e apropriação. Segundo Carlos (2016), a citada reprodução do capital sob a

comercialização de parcela da terra baseia-se na extração da renda da terra por meio da disponibilidade de terras no mercado imobiliário para compra ou aluguel, lógica essa operacionalizada no processo de alienação, onde o proprietário alienado adquire-a por meio do financiamento e parcelamento.

Diante essa lógica, pode-se notar na configuração do espaço urbano de Sinop, a materialização da lógica de comercialização da terra urbana ponderada por Carlos (2016) com a extração do lucro desse processo com a venda da terra por meio da atuação da empresa de colonização responsável pelo processo de ocupação e planejamento do sítio urbano.

Ainda nessa conjuntura, segundo Falchetti (2011), para assegurar altos lucros por meio da venda das terras rurais e urbanas a colonizadora utilizou-se de propagandas na região Sul e Sudeste do país, criando a idealização da facilidade ao acesso de grandes extensões de terras e oportunidades de enriquecimento fácil e rápido, e a melhor qualidade de vida, intitulando-a de a “terra prometida”.

Nesse cenário, de acordo com Picoli (2005) e Coy *et. al.* (2017), o Estado de Mato Grosso foi alçado como o principal estado pertencente à Amazônia brasileira a receber os recursos das políticas desenvolvimentistas a partir de financiamentos para promover a instalação de projetos de colonização particular, assim como financiamentos para o desenvolvimento de atividades ligadas à agropecuária e a agroindustrial.

A relevância atribuída ao Estado de Mato Grosso na Amazônia norte mato-grossense, para as estratégias políticas de organização do espaço fomentada pelo Estado brasileiro se articulou ao contexto de reprodução da nova lógica de produção agrícola, mecanizada, tecnologizada e vinculada aos princípios do capital internacionalizado, e já em fase avançada de desenvolvimento nas regiões Sul e Sudeste.

Nesse sentido podemos pensar nos arranjos que se formou na Amazônia norte mato-grossense a partir da década de 70 à linha de raciocínio desenvolvida por Albuquerque (2009), quando este analisa o espaço geográfico urbano de Águas Claras-DF como mercadoria e como objeto de estratégia política, uma vez que as medidas e estratégias de ocupação do espaço geográfico da Amazônia tornou-se objeto de estratégia política, ou seja, converteu-se em objeto de troca entre o Estado e o Capital. Transformando nesse sentido, baseado nas ponderações de Carlos (2016), em mecanismo de reprodução do capital.

Assim sendo, vale salientar que desde o início da implantação do projeto de colonização particular que deu origem à cidade de Sinop, segundo Teixeira (2006), a configuração do seu arranjo urbano se mostrou diferente dos demais projetos de colonização particular implantados no Estado de Mato Grosso.

A ocupação efetiva do norte mato-grossense via projeto de ocupação privada que fundamentou a construção da cidade de Sinop pode ser compreendida com base nas considerações de Netto (2000) ao estudar o processo de construção da cidade e ocupação da Amazônia mato-grossense mostra a diferença vinculou-se na formação estrutural e espacial no norte de Mato Grosso, onde a organização espacial dos núcleos urbanos de Vera, Cláudia, Santa Carmem e Sinop, foram planejadas a partir do projeto de ocupação oficial, com a finalidade de concentrar no território do projeto as atividades de desenvolvimento da agricultura e pecuária, as atividades de exploração dos recursos naturais como, por exemplo, a extração de madeira, tanto para uso da construção das casas quanto para comercialização no mercado nacional e internacional.

Nesse contexto, de acordo com autor à cidade de Sinop ficou reservado como local de concentração das atividades vinculadas ao setor terciário, de comercio e prestação de serviços, servindo assim de suporte especializado ao desenvolvimento das atividades produtivas desenvolvidas nas cidades criadas pelo projeto de colonização Gleba Celeste, assim como nas demais cidades da região.

Nesse contexto, o modelo de ocupação concebido à região norte mato-grossense segundo Bampi *et. al.* (2014), expressou o resultado de interesses nas riquezas naturais existentes na Amazônia, que ocorreu de forma seletiva e planejada para atender a lógica economicista dos projetos capitalistas empresariais e de colonização.

Assim, as estruturas criadas na Amazônia norte mato-grossense deveram-se às ações facilitadoras da apropriação, o que o tornou atrativa, tanto para trabalhadores como para os capitalistas, por meio dos incentivos, financiamentos, concessões e linhas de créditos fornecidos pelo Estado destinados ao desenvolvimento de grandes projetos capitalistas instalados a partir da década de 1970 na região.

Vale notar que os arranjos econômicos, políticos e sociais planejados e construídos durante o governo dos militares na década de 1970 foram fundamentais para a origem da cidade de Sinop, a qual teve vantagem sobre as demais cidades da região no processo de desenvolvimento de seu projeto de ocupação, sendo instalada

em seu sítio urbano as principais empresas, indústrias, armazéns, assim como equipamentos de serviços públicos, financeiros e hotéis, os quais serviriam de suporte às atividades a serem desenvolvidas nos demais núcleos urbanos.

O exemplo dessa lógica pode ser visualizado na figura abaixo que mostra a imagem de algumas dessas infraestruturas como a antiga Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) vinculada ao Ministério da Agricultura, serviços bancários por meio do Banco Bradesco, além de faixas demonstrando a presença de bancos oficiais, faixas essas em agradecimento pelos financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil e Banco do Estado de São Paulo (BANESPA), assim como a presença da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), aeroporto, e a antiga Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM).

Figura 2: Estrutura urbana de Sinop na década de 1970.

Fonte: Museu histórico de Sinop. Dados organizados pela autora (2017).

Nessa perspectiva, os centros urbanos tiveram papel relevante no processo de ocupação da Amazônia, processo esse segundo Becker (2012), que manifesta articulações vinculadas a processos econômicos desde os períodos do Brasil colônia, do Império e na contemporaneidade, por meio dos planos políticos e capitalistas. Assim sendo, os planos que foram traçados estrategicamente para ocupação da Amazônia foram a construção de infraestruturas consideradas básicas para dar suporte aos futuros empreendimentos capitalistas a se instalarem na Amazônia.

Nota-se dessa forma, com base em Becker (2012), que o início do traçado e construção da BR-163 (Cuiabá-Santarém) na década de 1970 se articulou a esse cenário estratégico de criação de infraestruturas consideradas básicas a empreendimentos de projetos de produção e reprodução do capital na Amazônia norte mato-grossense. A relevância da BR-163 segundo Oliveira *et. al.* (2010) no contexto de ocupação da Amazônia se relaciona ao fato da BR-163 possibilitar acesso aos mais desenvolvidos parques industriais brasileiros localizados nas regiões Sudeste e Sul, além de possibilitar a entrada na Amazônia brasileira por meio de sua porção Sul.

Nesse processo de ações e estratégias adotadas pelo Estado brasileiro em interação com a lógica de (re) produção dos princípios do capital, destacou-se no processo de ocupação da Amazônia os incentivos a formação de núcleos urbano-rural sob administração de empresas de colonização próximo as BRs, salientando que é nesse arranjo de acordo com Oliveira *et. al.* (2010), que a cidade de Sinop surge no contexto da BR-163 com o objetivo de ser uma referência regional, um centro urbano planejado e articulado à lógica técnica, moderna, ou seja, a lógica de expansão do capital.

Nesse cenário, a implantação do Projeto Gleba Celeste pela Colonizadora Sinop S/A, seguiu a proposição governamental modernizadora da época, devido ao fato de o Projeto de colonização Gleba Celeste estar estruturado em fundamentar a concepção dos quatro núcleos urbanos, Vera, Santa Carmem, Cláudia e Sinop, organizados espacialmente na Amazônia norte mato-grossense, com função econômica pré-estabelecidos para região e internamente com estrutura morfológica urbana planejada.

Essa racionalidade no arranjo organizacional da cidade de Sinop se refere ao processo de sua concepção a partir da década de 1970, expressa segundo Falchetti (2011) às “premissas da lógica do desenvolvimento econômico pertinente à concepção desenvolvimentista daquela época”(FALCHETTI,2011, p. 56). Salientando que essa lógica fundamentou-se em projetos de colonização a partir da concepção de núcleos urbanos, os quais foram utilizados com base de exploração dos recursos naturais da Amazônia norte mato-grossense.

A colonização da Gleba Celeste e a constituição dos núcleos urbano-rural que deu origem à cidade de Sinop, foi o ponto de inserção de profundas e significativas mudanças na paisagem original da Amazônia norte mato-grossense, criando uma

nova roupagem na natureza, a qual foi reconstruída pela intervenção do homem, uma paisagem que até então era constituída de floresta densa.

Diante dessa lógica e fundamentada em Becker (2013), pode-se concluir que a concepção da cidade de Sinop não foge à regra quanto a sua concepção como centro urbano de apoio ao processo de exploração e transformação dos territórios e dos recursos naturais existentes na Amazônia.

Destarte, Lacerda (2013) avalia que o modelo de organização espacial formado na região norte mato-grossense, apresenta características de urbano-rural com suas estruturas em Agrovilas, Rurópolis e Agrovilas, construídas próximo à BR-163, a qual Sinop era caracterizada como uma Rurópolis[3], o que significou o aprofundamento da lógica do processo de expansão capitalista sob os territórios da Amazônia norte mato-grossense, servindo de atrativo às empresas e a concentração das atividades industriais fundamentada na abertura da Floresta Amazônica.

Vale reforçar que nessa conjuntura dos projetos de colonização privada, dentre eles o projeto Gleba Celeste, futura cidade de Sinop, se apoiavam na ideia de loteamento, povoamento e desenvolvimento, com a criação e implantação de infraestrutura urbana-rural, uma vez que a concepção das cidades nesse contexto, “propunha-se estruturar centros administrativos com organizações funcionais; para o campo, subsidiar o desenvolvimento da agricultura e da pecuária” (BOTELHO e SECCHI, 2014, p. 37).

Na perspectiva de Oliveira (2005), materializou-se nos dois lados da BR-163, sendo que de um lado foi utilizada a lógica de articulação entre as empresas de colonização particular e colonos, e do outro, destinou-se a expansão das empresas agropecuárias, enquanto na transversal, fixaram-se os projetos de exploração e expansão da atividade ligada à madeireira.

Ainda nessa conjuntura, segundo Falchetti (2011) os modelos de colonização privada obtiveram importância no contexto de ocupação e urbanização da Amazônia decorrente da implementação de políticas públicas de concessão e incentivos à ocupação, abertura e expansão de fronteiras agrícolas na região, por meio da autorização de comercialização de terras, assim como da concessão de espaços amplos para a expansão do capital via colonização privada, a exemplo da cidade de Sinop.

[3] A caracterização de Rurópolis é o termo usado no plano de loteamento da Cidade de Sinop de 1979.

Essa lógica de ação do capital em articulação com Estado em seu processo de (re) produção na Amazônia pode ser pensada e fundamentada em Furtado (2000; 2002), e Prado Junior (2004), os quais ponderam que a formação territorial da Amazônia norte mato-grossense não fugiu a lógica dos processos de colonização desenvolvidos nas demais regiões brasileiras, apresentando, aliás, a interação de característica dos modelos coloniais e contemporâneos de uso e ocupação na constituição e formação de seu território.

Tal lógica de formação e ocupação do território por meio da garantia da reprodução da racionalidade do capital, segundo Lacerda (2008), manifesta-se nas formas de uso e ocupação e exploração da terra por meio da extração de produtos florestais, pecuário e da agricultura como forma de expandir e garantir domínios.

Diante desse método e aos variados modelos de uso e ocupação do território brasileiro há de acordo com Lacerda (2008), ao analisar os processos de colonização implantados no eixo da BR 163 na Amazônia norte mato-grossense a interação da expansão das cidades com os resultados do desenvolvimento, na diversificação e mudança dos modelos de produção agrícola.

Assim posto, Bernardes (2008) e Santos (2012) explicam que as atividades agrícolas sempre necessitaram tanto da criação como do desenvolvimento de novas técnicas de plantio e cultivos que geram aumentos nos lucros, de tal modo que é nessa interação que os centros urbanos se destacam e se ampliam como local de concentração de atividades e pesquisas que visam atender a essa lógica de produção.

Baseando-se nas análises desenvolvidas por Prado Júnior (2004), Souza, E. (2004), Oliveira (2005), Picoli (2005), Bernardes (2008), e Lacerda (2008) pode-se notar que a concepção da cidade de Sinop na década de 1970 interagiu com essa lógica, um lugar em que se materializou duas formas de (re) produção da lógica capitalista na Amazônia – a tradicional e a contemporânea.

Ainda fundamentado nesses autores, vale salientar que a mescla das formas de ocupação vinculadas a (re) produção dessa lógica do capital, operacionalizou-se por meio da entrada e uso massivo de técnicas na construção da cidade, combinada com a exploração dos recursos naturais, sobretudo da floresta amazônica. Situação essa que falaremos de modo mais detalhado no próximo item quando discorreremos sobre a presença da iniciativa privada por meio da lógica do capital na configuração do arranjo urbano da cidade de Sinop.

3.2 A LÓGICA DO CAPITAL: A INICIATIVA PRIVADA NA CONFIGURAÇÃO DA CIDADE DE SINOP

Ao fazermos um resgate na história do processo de ocupação do Brasil e de suas regiões como base nos fundamentados de Prado Júnior (2004), Teixeira (2006) e Lacerda (2008), notamos que as principais formas de uso de ocupação do Brasil desde o descobrimento foram em decorrência das grandes possibilidades em obter lucros com a extração de recursos naturais em igual semelhança devido à escassez desses recursos naturais foram se expandindo ao interior brasileiro.

Esse cenário geral da formação territorial do Brasil conforme Teixeira (2006) e Lacerda (2008), repercutiu na formação territorial da Amazônia norte mato-grossense a partir da década de 1970, sobretudo o contexto de (re) produção da lógica de uso e ocupação que foram utilizadas nas regiões costeiras do país, acrescentando ao cenário da Amazônia as técnicas de produção e concepção de núcleos urbanos planejados e com lógica urbana moderna, utilizando-os como ferramentas fomentadoras ao desenvolvimento da região.

Lógica essa manifesta no processo de colonização e ordenamento territorial do Norte do Paraná e que se reproduz no norte de Mato Grosso com a construção de Sinop e, segundo Netto (2000) a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP S/A) fundada em 1948 é uma empresa empreendedora com experiência no processo de criação e configuração das cidades, a exemplo, são as cidades que foram construídas pela Colonizadora Sinop no Norte do Paraná como, Terra Nova, Iporã, Ubiratã, Formosa do Oeste, Jesuítas, Carajá, Nilza, Yolanda, Adhemar de Barros, Marajó e Iverã.

Assim, quando analisamos o processo de ocupação na Amazônia norte mato-grossense por meio do processo de concepção e produção do espaço urbano de Sinop, notamos a influência desse modelo de ocupação utilizado no Sul do país reproduzido na Amazônia, uma lógica contemporânea, sob os ditames de uma sociedade moderna e conservadora.

No Estado de Mato Grosso, a formação e atuação do mercado imobiliário, conforme mostra Teixeira (2006) inicia-se a partir das décadas de 1940 e 1950, principalmente na região Sul do Estado, com algumas colônias agrícolas, bem como a abertura de algumas estradas, o que no decorrer dos anos ampliou e provocou mudanças significativas em áreas mais ao Norte na Amazônia norte mato-grossense,

salientando que nas referidas décadas, o Estado de Mato Grosso ainda não havia sido dividido com o atual Estado do Mato Grosso do Sul.

Nas ponderações de Teixeira (2006), as medidas efetuadas pelo Estado brasileiro e aplicadas tanto ante e pós divisão territorial e administrativa do Estado de Mato Grosso articulada com ações complementares efetuadas pelo próprio Estado de Mato Grosso, por meio da criação de leis e decretos estaduais, reforçam a lógica do modelo de colonização oficial pautado na atração de empresas de colonização particular para região.

Ainda segundo Teixeira (2006), as políticas concebidas pelo Estado quando articuladas à disponibilidade e oferta de terras baratas tornaram-se incentivos às empresas de colonização privadas a atuar na formação e ordenamento territorial da Amazônia norte mato-grossense. Vale notar que a atuação dessas empresas se materializou no acesso à propriedade da terra, assim como na divisão e parcelamento dessas, por meio de incentivos a implantação de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais.

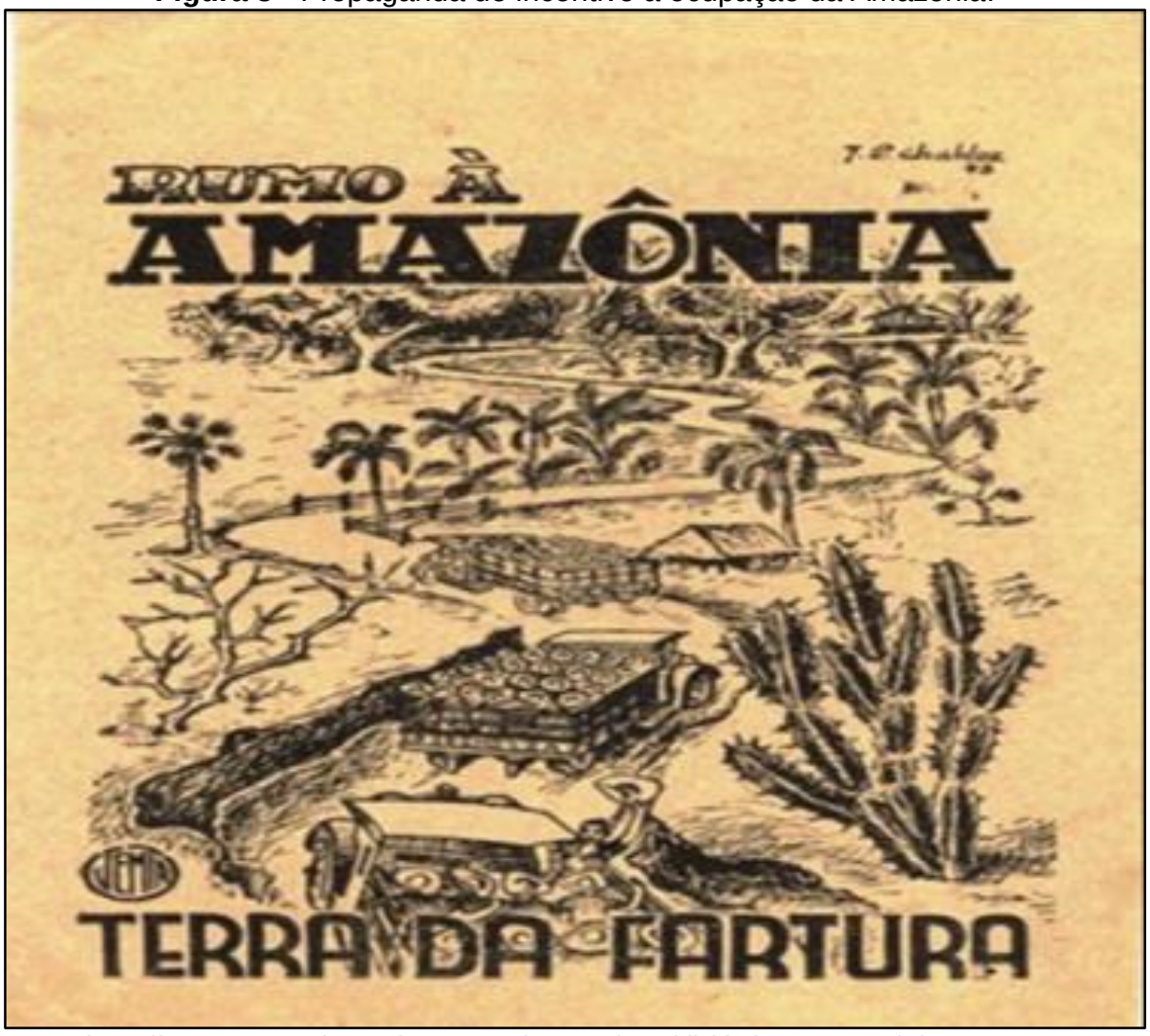
Essa conjuntura no quadro de ocupação da Amazônia norte mato-grossense materializada na configuração do sítio urbano de Sinop a partir da década de 1970, expressou segundo as ponderações de Teixeira (2006), as disposições de ocupação fomentada pelo Estado brasileiro para facilitar a entrada do capital global, por meio de sua nuance financeira, que mesmo em fase inicial intensificou o processo de mercantilização das terras rurais e urbanas através da atuação das imobiliárias e empresas de colonização privada.

Nesse cenário, segundo Teixeira (2006), as empresas de colonização que tiveram expressiva atuação na formação e ordenamento territorial da Amazônia norte mato-grossense a partir da década de 1970, foram INDECO, SINOP e COLÍDER, as quais efetivaram programas de colonização baseadas na valorização agrícola das terras, assim como apoiada em uma rede urbana e em centros rurais, o que constituiu em atrativos para chegada de mais empresas imobiliárias para atuarem na região.

Por conseguinte, a formação do mercado imobiliário na cidade de Sinop conforme mostrou Souza (2004), e Teixeira (2006) se materializou por meio do monopólio e controle da empresa de colonização SINOP em articulação com o Estado brasileiro na década de 1970, sob o argumento de promover a colonização e ocupação da Amazônia brasileira.

A atuação da colonizadora Sinop na Amazônia norte mato-grossense possui direta relação com o chamado do governo militar para ocupar a Amazônia. Para a população foram utilizados vários discursos motivadores para despertar o espírito nacionalista, desbravador e empreendedor, acenando com possibilidades de riquezas e qualidades de vida, trabalho aos que encontravam sem emprego e sem terras nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, assim como mostra algumas peças publicitárias produzidas pelo Estado (figura 3) e a colonizadora (figura 4). Na figura 3, nota-se a utilização da propaganda como mecanismo indutivo destinado a ocupar a Amazônia, “terra sem homens para homens sem terra”, direcionado aos nordestinos, mas que na verdade serviu em especial aos sulistas (BAMPI, 2012).

Figura 3 - Propaganda de incentivo a ocupação da Amazônia.



Fonte: https://marcaamazonia.wordpress.com/amazonia-publicidade-propaganda/. Acesso em: 20 out, 2017.

Na figura 4 observa-se a ocupação da região norte mato-grossense e por consequência a produção do espaço urbano de Sinop (ao fundo). Pode-se perceber nessas propagandas o convite para fazer riquezas, as facilidades de trabalhar com a terra, por ser um solo plano, arável e fértil para a produção de café, arroz, mandioca e com projeto de desenvolvimento urbano de Sinop.

Figura 4 - Propaganda de divulgação da cidade de Sinop.

Fonte: Colonizadora Sinop, dados organizados pela autora (2017).

As figuras 3 e 4 evidenciam o uso da propaganda como referência que trouxe fortes influências ao desenvolvimento da cidade a partir da chegada das primeiras famílias que vinham em busca “de fazer fortunas” e de trabalhadores que vinham em busca de emprego nas atividades econômicas a serem implantadas na região, bem como a abertura de novas áreas urbanas e rurais, construções de casas, e em atividades ligadas a construção da BR-163 e estradas secundárias.

Na circunstância do processo de ocupação da Amazônia, do norte mato-grossense, Teixeira (2006), destaca a relevância da chegada das empresas de colonização privada no norte mato-grossense, pois, essas empresas, passam a ganhar importância nos processos de urbanização da região norte do estado por meio da implantação de núcleos urbanos, a exemplo da Rurópolis de SINOP, já que possuía a orientação pré-definida do perfil socioeconômico, pois, dava preferência a um perfil de população sulista que possuíam conhecimento na agricultura, como no plantio de café, e que possuíssem condições financeiras em adquirir chácaras nas proximidades do núcleo urbano da Rurópolis Sinop, ou na própria cidade. A este perfil se incluía pequenos colonos com condições financeiras, médios fazendeiros do Paraná, empresários e madeireiros.

Embora tenha havido a definição e o incentivo para que um perfil socioeconômico formasse a população de Sinop, vale salientar de acordo com Teixeira (2006) e Falchetti (2011), que tal fato não limitou que viessem para a cidade pessoas de origem nordestina, os quais vieram em sua maioria em busca de emprego nas madeireiras, construções de casas, nas atividades agrícolas e de abertura de áreas para a agricultura, estradas e a pavimentação da BR-163.

É notório que, nesse processo de urbanização a colonizadora Sinop exerceu papel de organizadora e administradora do núcleo urbano de Sinop de tal modo que:

> as pessoas, ao chegarem para se instalarem no município de Sinop não tinham a quem recorrer, exceto à Colonizadora, que tornou-se a administradora do local, definindo regras, normas e organizando os espaços de convivência, realizando a venda dos lotes urbanos e rurais, bem como distribuindo gratuitamente muitos lotes para edificações. Trabalho, persistência, fé e esperança passaram a ser o mote para as pessoas que chegavam, buscando reproduzir as vidas que deixaram para trás, e encontrando nestas bases motivos para superação e busca do sonhado progresso, prometido pela Colonizadora (FALCHETTI, 2011, p.60).

Nesse contexto, conforme mostram as discussões de Falchetti (2011), a Colonizadora Sinop em parceria com o poder público passa a organizar o espaço urbano da cidade de Sinop com a criação de incentivos e cenários atrativos ao capital, os quais vinculavam a implantação de infraestrutura como a construção de estradas vicinais ligando a cidade às regiões vizinhas, assim como a concentração de instalações de órgãos públicos.

As articulações entre os órgãos do poder público e a colonizadora, os empresários e os meios de comunicação trabalharam com discursos que estimulavam o espírito desbravador os quais:

> [...] enalteciam o trabalho, a coragem, o progresso, buscando sempre minimizar os problemas enfrentados pelas famílias, as mortes, as lutas, a grilagem e o imenso impacto ambiental provocado pela busca do desenvolvimento econômico da região e pessoal (FALCHETTI, 2011, p. 60).

Assim posto, pondera-se que essa lógica pautada na propaganda, no discurso da grandeza de Sinop e de sua face moderna e modernizante, articulada aos arranjos globais é notada na contemporaneidade no processo de produção e configuração da cidade. Ressalta-se que a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970, período em que é concebida Sinop, é experimentado segundo Harvey (2005), no quadro da formação social das relações sociais capitalistas certas mudanças na lógica do arranjo da governança urbana e da feitura das cidades.

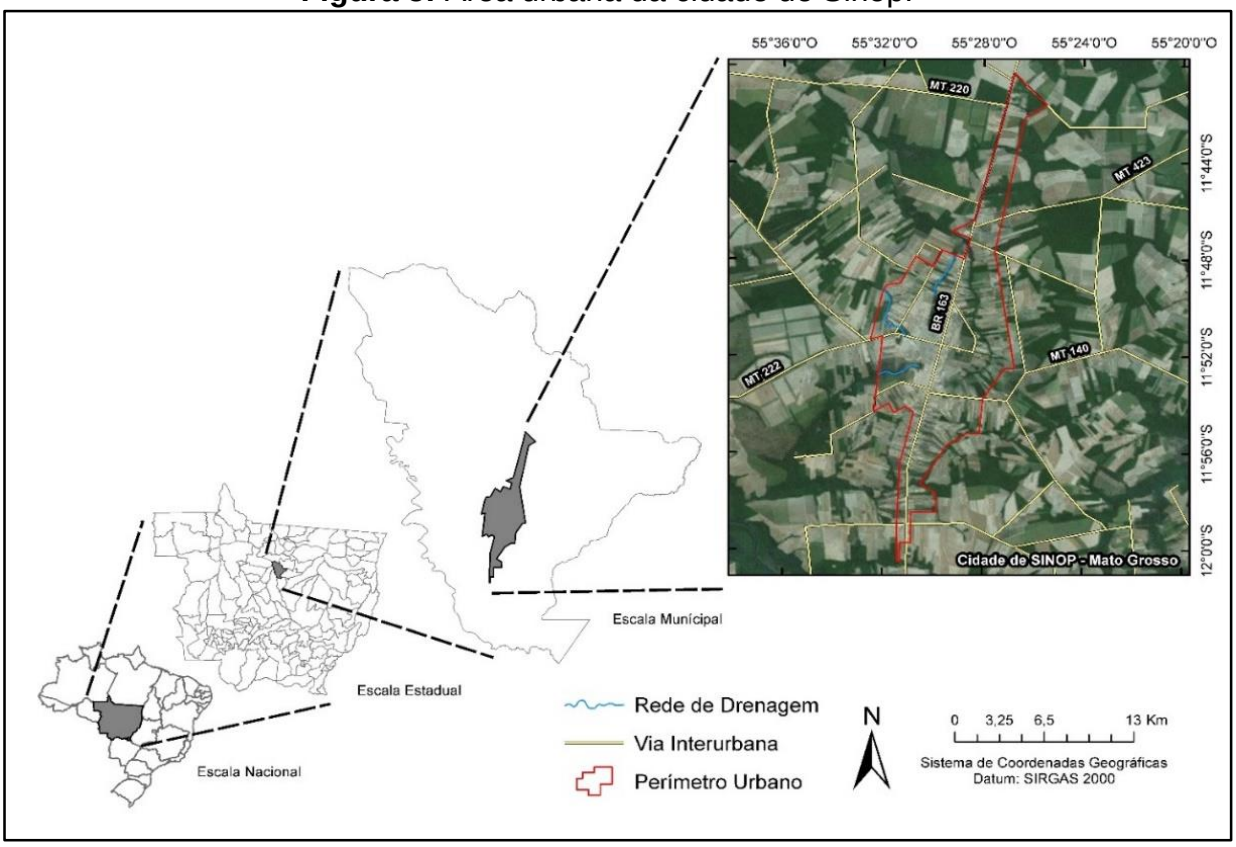
Nessa conjuntura, ainda de acordo com Harvey (2005), a lógica administrativa ganhou força, pautada no discurso empresarial da parceria público-privada, onde a cidade deve seguir a racionalidade de uma empresa, deve ser empreendedora, tem que parecer segura e atrativa ao capital, bem como para as pessoas que vivem e a visitam, deve ser vendida como uma mercadoria por meio de políticas de *marketing,* como um estilo de vida como um sucesso, como um lugar articulado ao global e ao moderno.

Feitas essas ponderações, passamos à caracterização da cidade de Sinop e a discussão sobre o papel da empresa colonizadora SINOP S/A na concepção da forma da cidade, já que esta foi concebida pela empresa na década de 1970. É, possível notar que a concepção da cidade se dá no bojo do processo de reordenação da política administrativa da cidade da qual falou Harvey (2005), no contexto da cidade empresarial e empreendedora em meio a um território a ser apropriado.

3.3 O PAPEL DA COLONIZADORA NO DESENHO DA CIDADE

Antes de discorrermos sobre o papel da colonizadora SINOP S/A na produção da forma da cidade de Sinop, é importante observar que a cidade de Sinop está localizada às margens da BR-163, com distância de 500 km da capital, Cuiabá, e 300 Km da divisa de Mato Grosso com o estado de Pará, nas coordenadas geográficas Latitude: 120 07’ 53” – Sul e Longitude: 550 35’ 57” – Oeste, na bacia hidrográfica do rio Teles Pires – grande bacia amazônica.

Figura 5: Área urbana da cidade de Sinop.



Fonte: LAPEGEOF - UNEMAT 2018.

Faz-se relevante mostrar que a população total do município de Sinop segundo o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) é de 113.099 de habitantes, desse total, 93.753 habitantes estão concentradas na cidade de Sinop e 19.346 habitantes na zona rural. Ainda de acordo com os dados do IBGE Á2017) é estimado que a população total de Sinop para o ano de 2017. Ainda de acordo com IBGE (2017) a população estimada para aquele ano foi de 135.874 habitantes.

Concluídas as observações sobre a localização e a população de Sinop, passamos a falar sobre o papel da empresa SINOP S/A no desenho da cidade. A cidade de Sinop foi estruturada a partir de um projeto com concepção privada e empresarial, financiado por recursos públicos e fundamentado na visão do colonizador Ênio Pipino, que defendia a ideologia que para os núcleos urbanos se desenvolverem "era necessário o mínimo de infraestrutura para que seus loteamentos progredissem" (NETTO, 2000, p. 31).

A partir desse raciocínio, percebe-se que no traçado do plano de ocupação, Plano de Loteamento da cidade de Sinop e da planta urbana, foi concebido de um planejamento urbano no qual se delimita a áreas especificas para residências, área central, industrial e áreas de reservas ambientais, com áreas especificas para os arruamentos.

Nota-se que os traçados contínuos da maioria das ruas foram planejados com a finalidade de percorrer o interior de vários bairros, cortando a cidade de Norte a Sul e Leste a Oeste.

Nessa lógica, as avenidas foram desenhadas para o trânsito rápido, assim como para abrigar os comércios de pequeno e médio porte, além de constituir futuras áreas de expansão comercial. Ainda pensando nessa configuração, observa-se que as avenidas principais possuem um traçado físico de 50 metros de largura, com áreas reservadas a conclusão das obras de pavimentação e arborização dessas avenidas.

Figura 6: Avenida das Itaúbas.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017)

Com embasamento nas ponderações de Gonçalves (1995) e Lopes de Souza (2016), ao abordar sobre o novo processo de urbanização no Brasil, os quais destacam que o planejamento urbano em zoneamento é uma das características desse processo, nota-se a presença e reprodução desse modelo de organização no espaço urbano em Sinop.

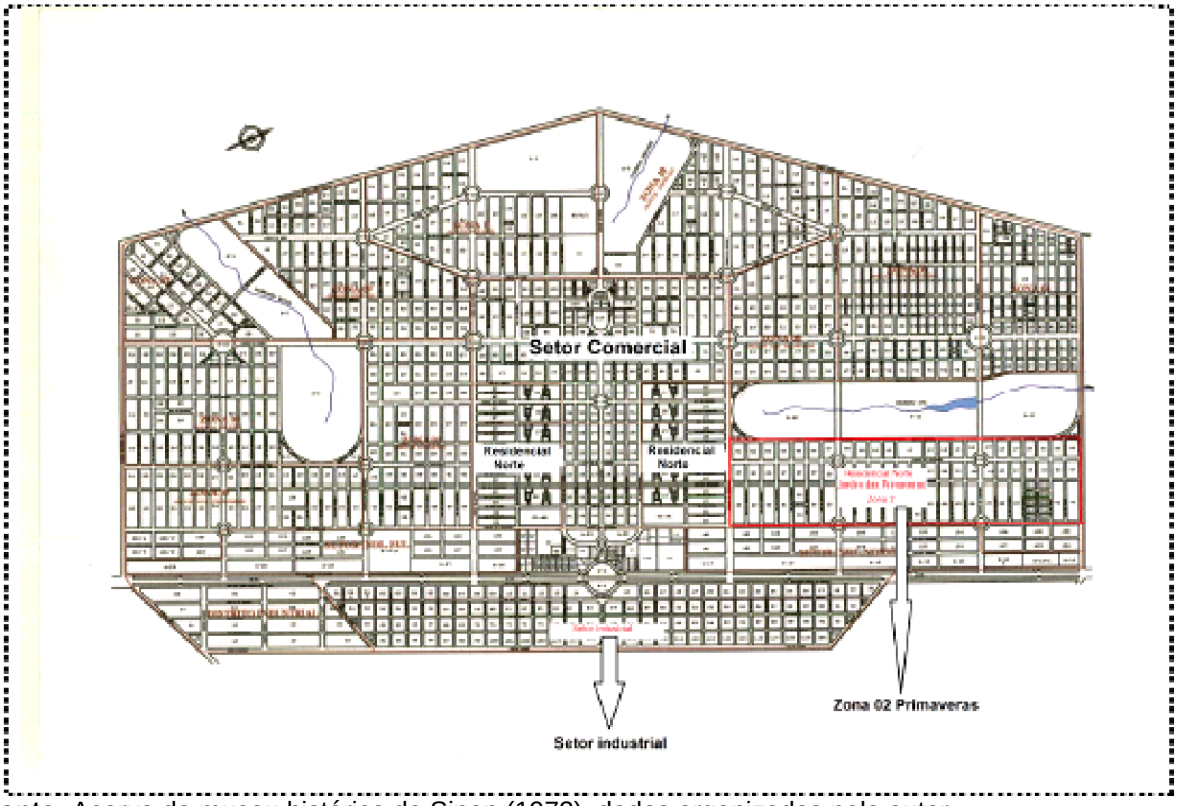
Essa lógica faz parte da origem da cidade, uma vez que pode ser notada no documento da Colonizadora Sinop datado em 26/09/1979, no processo em que esta requisitava a Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães a aprovação do loteamento “cidade de Sinop”, onde no referido documento assegurava-se que apoiado em dados técnicos, o plano para a cidade consistia em abrigar aproximadamente 160.000 habitantes, “ampla, abundante em áreas verdes, humana e racional, onde a baixa densidade fosse uma constante” (SINOP S/A, 1979 p.06), sendo que o primeiro plano seria para abrigar 80.000 habitantes, ficando para tempo certo, a ocupação racional das áreas reservadas para tal expansão.

Vale salientar que ainda nesse documento foi afirmado que o planejamento da cidade “é lógico, elaborado para atender as quatro (04) funções básicas de uma

“urbe”, a saber: habitação, trabalho, recreio físico e espiritual e circulação” (SINOP S/A, 1979, p. 08).

O quadro organizativo do planejamento urbano da cidade de Sinop sob a lógica do zoneamento do qual Lopes de Souza (2016) se refere como sendo uma ferramenta utilizada para planejar o urbano, organizar e controlar o crescimento racional do espaço da cidade contemporânea dividindo-a em áreas e definindo as formas de uso e ocupação do solo urbano tem se tornado mais complexa, uma vez que aumentou o interesse dos capitalistas, mercado imobiliário e da demanda por moradia com padrões que atendam as classes sociais de baixo a alto poder aquisitivo e com isso, novas formas de produzir e organizar são incorporadas ao espaço urbano, tais como o plano diretor e o Planejamento por Grandes Projetos Urbanos (GPUs) do qual fala Sánches *et. al.* (2004).

Figura 7: Planta Urbana da cidade de Sinop década de 1970.



Fonte: Acervo do museu histórico de Sinop (1972), dados organizados pelo autor.

Ressalta-se que a estrutura inicial de Sinop fundamentou-se na divisão em 11 (onze) áreas de zoneamento, como já apresentado anteriormente na figura 7 com a divisão e controle das formas de uso e ocupação do solo urbano, vale notar ainda que o plano de loteamento da “cidade de Sinop” em 1979 concebeu o planejamento urbano

a partir de estudos das possíveis potencialidades da região norte mato-grossense para assim complementar a potencialidade regional e criar as estruturas de um polo industrial e de prestação de serviços no norte mato-grossense no eixo da BR-163, com influência até ao Sul do Estado do Pará.

Nesse quadro, a organização e o traçado urbano da “cidade de Sinop” criado em 1979 promoveu um ordenamento estratégico dos espaços no interior da cidade, a exemplo da localização dos setores industriais próximos e nas laterais da BR-163, com a finalidade de aproveitar o fluxo rodoviário da BR-163 e das vias estaduais, de tal modo que ficou reservado para o local a concentração de empresas e indústrias frigoríficas, processamento de grãos, revendas de automóveis, máquinas agrícolas, caminhões, empresas fabricantes e distribuidoras de fertilizantes, distribuidoras de alimentos, empresas e fabricantes de móveis, empresas de marmoraria, entre outras.

A localização dos demais bairros que estão próximos ao setor industrial é ocupada de forma mista, ou seja, residencial e comercial, como o caso dos bairros Jacarandás e Primaveras, os quais são considerados áreas residenciais, ainda que possuam atualmente a presença de empresas de pequeno e médio porte, como empresas de conserto de carros, maquinário agrícola, distribuidoras de alimento, embalagem, ferramentas agrícolas, empresas de ônibus e hotéis, sendo que a maioria está concentrada ao longo da Avenida dos Jacarandás, com exceção de alguns órgãos públicos municipais e estaduais que estão localizados na já citada avenida e no interior desses bairros.

Ainda nesse cenário, os demais bairros que estão localizados no interior da cidade, manifestam uma configuração de bairros residenciais, com o comércio se destacando nas principais avenidas que cortam esses bairros de Sul a Norte – Sibipirunas e Itaúbas e parte da Avenida dos Ingás – e as avenidas que cortam a cidade de Leste a Oeste – Perimetrais Sul e Norte, Jatobás, Flamboyants, Tarumãs, Embaúbas, Figueiras, Palmeiras, Jequitibás e Pinheiros.

Assim posto, podemos conceber que a formação e organização desses arranjos criados no tempo-espaço na cidade de Sinop, trazem as ponderações desenvolvidas por Lefebvre (2001), quando assegura que a concepção das formas urbanas é constituída por meio da união de ações políticas econômicas que se (re) produz na sociedade e se materializam nas formas de organizar o espaço da cidade.

Feitas essas ponderações sobre o desenho da cidade de Sinop e o papel da colonizadora SINOP S/A na produção e reprodução desse desenho ao longo dos

tempos, vale registrar que esta empresa permanece como agente presente no processo de produção da forma da cidade por meio de empreendimentos imobiliários como loteamentos, condomínios, entre outros, mantendo hegemonia de negócio.

3.4 SÉRIE HISTÓRICA DO SURGIMENTO DOS BAIRROS E O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA.

3.4.1 DÉCADA DE 1970: FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE SINOP

A configuração atual da cidade Sinop resulta da necessidade de ocupação do norte mato-grossense da construção de uma das principais vias de acesso à Amazônia, a BR-163, assim como das vias auxiliares de circulação no interior da região do norte mato-grossense como as estradas rurais e estaduais – MT 220, 423, 222, 438 e 140, são rodovias estaduais faz a conexão da BR-163, da cidade de Sinop aos municípios de Cláudia, Juara, Vera, Porto dos Gaúchos, Tapuarah, Santa Carmem e outros municípios que estão localizados no interior.

A construção dessas estradas possibilitou a circulação de pessoas mercadorias no norte mato-grossense ao mesmo tempo influenciou a construção e desenvolvimento da cidade de Sinop como da região norte. Tais influências ocorreram pelo fato de a cidade possuir forte conexão a BR-163 e com as estradas secundárias e isso facilitou absorção do fluxo de circulação de pessoas, informações e mercadorias das rodovias.

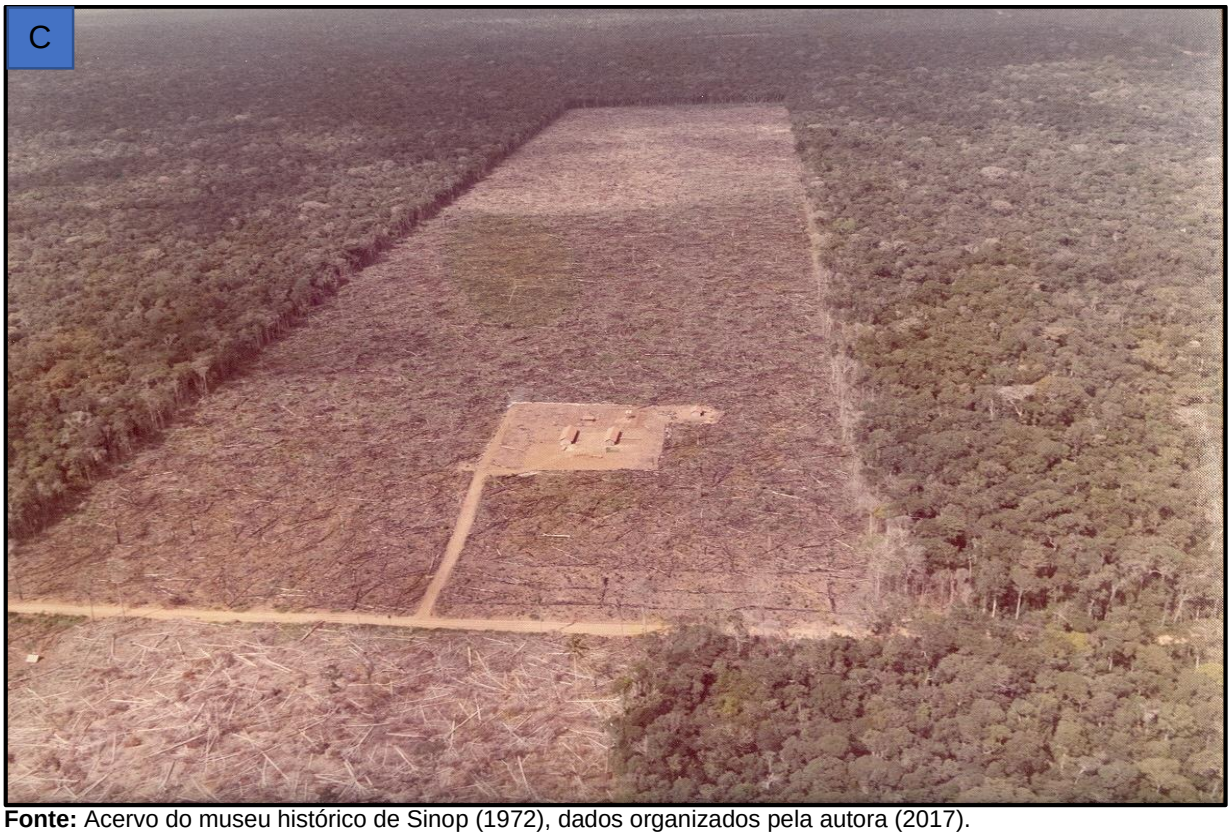
Nesse sentido nota-se que o desenvolvimento de Sinop e da região norte mato-grossense estão atrelados e, esse processo ocorre pela forte atuação de empresas de colonização na região na década de 1970 e pela forma de organização do espaço com a implantação do projeto gleba Celeste e projeto de Loteamento da Cidade de Sinop que é a base para concepção da Cidade de Sinop como polo regional, como ferramenta de ocupação e de transformação do norte mato-grossense.

De acordo com o Grupo Sinop (1972) no plano de Loteamento da Cidade de Sinop, a construção de Sinop fundamenta-se na ideia de uma cidade que nasce no meio da floresta amazônica e junto à BR-163 com finalidade de impulsionar o desenvolvimento da região norte mato-grossense.

Nesse contexto a Figura 8, nos subgrupos A, B e C demostram como ocorreu o início da construção da cidade de Sinop em 1972 mostrando que foi um processo

de ocupação invasivo para a vegetação local, com a finalidade de implantar um projeto urbano sob a lógica capitalista de ocupação e base de apoio à exploração dos recursos naturais da Amazônia norte mato-grossense, para obter lucros com a renda da terra urbana e rural. A figura 8 retrata ainda o processo de construção de Sinop em 1972, e a localização da BR-163, o processo de abertura da mata fechada, e o desenho do espaço urbano de Sinop, este que foi planejado de forma a incorporar a BR-163 e os fluxos rodoviários da região. E, como pode observar os primeiros traçados da Avenida Governado Júlio Campo ligando a BR-163 ao espaço ao acampamento da Colonizadora Sinop e ao local onde foi construída a cidade.

Figura 8 - Abertura do loteamento cidade de Sinop em 1972.



Fonte: Acervo do museu histórico de Sinop (1972), dados organizados pela autora (2017).

Conforme observa-se no grupo de figuras acima, a figura A mostra-nos a abertura da mata fechada, saída da BR-163 em direção ao local de construção do Loteamento Cidade de Sinop em 1972, a Figura B mostra–nos os investimentos em equipe de trabalhadores e maquinários, como tratores e outros maquinários para acelerar o processo de construção de Sinop. Portanto, esse momento expressa a chegada dos primeiros trabalhadores, a utilização de estratégia de organização nos processos de construção da cidade de Sinop.

E, com base nas ponderações de Santos (2006), quando discute que a inserção das técnicas nos meios de produção influencia o modo de produzir e na alteração do espaço geográfico, de forma a criar um produto oriundo da ação humana para que atenda a uma finalidade especifica dentro da lógica capitalista de produção global.

Nesse sentido, nota-se que a construção de Sinop no norte mato-grossense influenciou no processo de transformação da paisagem natural em uma paisagem modificada e humanizada no intuito de atender aos objetivos de ocupação via núcleo urbano, ou seja, o processo de urbanização e industrialização articulava-se à exploração de matérias-primas primárias e a agropecuária, e ao mesmo tempo constitui uma cidade concebida dentro de um ideário capitalista, com forte expressões do regime militarista da década de 1970 e 1980 e sob um viés desenvolvimentista.

O resultado dessa lógica na construção da cidade de Sinop pode ser notado na figura 9 nos grupos de D e E, a qual representa a transformação do espaço urbano da cidade Sinop entre os anos de 1976 a 2017 e ao mesmo tempo mostra a expansão da cidade quando comparada a imagem área da cidade no ano de 1974.

Figura 9 – Vista área do desenvolvimento da cidade Sinop eixo BR-163

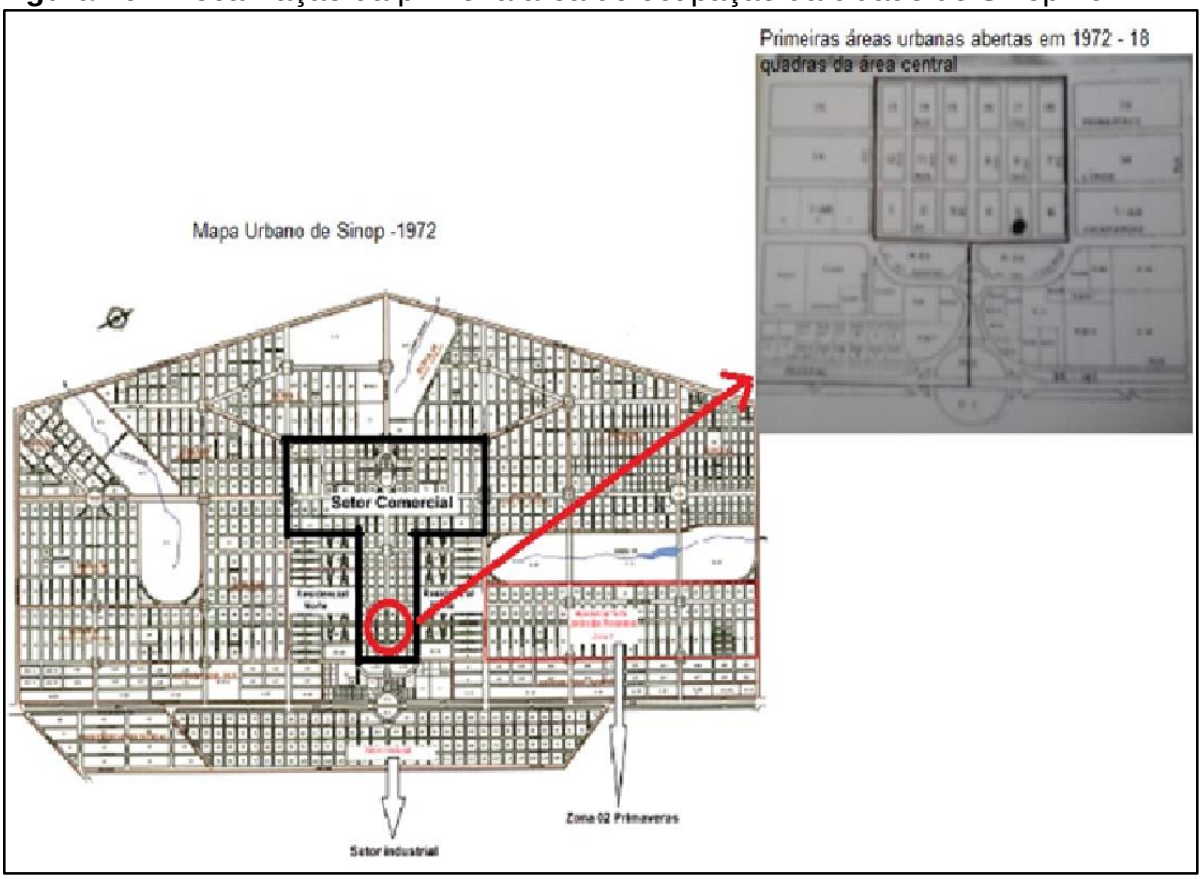
Fonte: Acervo do museu histórico de Sinop (1979-2012), dados organizados pela autora.

Como pode observar na figura 9, a figura retrata a transformação de uma parte da floresta Amazônica no espaço da cidade de Sinop que foi construída em etapas para atender a lógica capitalista global de produção.

Feitas essas considerações acerca do início do processo de abertura de Sinop com a transformação da paisagem natural em paisagem humanizada e transformada, passaremos a abordar o processo de abertura e o desenvolvimento de Sinop por meio da construção das primeiras seis ruas de circulação no interior da cidade e das cinco primeiras avenidas nas laterais – Avenida das Figueiras, das Embaúbas, dos Jacarandás e das Sibipirunas –, e na área configura-se Avenida dos Mognos “ que atualmente é a Governador Júlio Campos”, sentido Leste a Oeste. A avenida, além da função de porta de entrada para cidade e via de acesso sentido BR-163 ao setor comercial, trata-se da avenida principal que corta as primeiras avenidas de transito rápido que possuem a função de interligar os bairros do interior da cidade que são as Avenidas das Embaúbas e Figueiras que na década de 1970, que constituíam a delimitação do perímetro urbano de Sinop, onde se configurava em formato de um quadrado.

Os arranjos iniciais na construção do núcleo urbano de Sinop, o qual se configurou em formato de um quadro constituído por dezoito quadras, pode ser observado na Figura 10 abaixo.

Figura 10 – Localização da primeira área de ocupação da cidade de Sinop 1974.



Fonte: Acervo do museu histórico de Sinop (1972), dados organizados pela autora.

Ao observarmos a citada figura acima, denota-se que o grupo Sinop S/A adotou estratégias de uso e ocupação do espaço urbano de Sinop fundamentada na lógica do zoneamento urbano a partir da criação de áreas específicas para construção de residências, espaços públicos, concentração de comércio de pequeno, médio e grande porte, indústrias, áreas de preservação ambiental e área de reserva a expansão da cidade.

Salientando que a ocupação dessas áreas ocorreu em etapas, iniciando com dezoito quadras, as quais, mais tarde se tornariam o centro da cidade para abrigar os primeiros comércios e habitantes. E. essas 18 quadras se organizam no entorno da Avenida Governador Júlio Campos, a Figura 11, mostra-nos a forma de organização da Avenida principal iniciada na década de 1970, constituindo uma configuração construída em etapas de abertura com a comercialização de lotes comerciais e residenciais.

Figura 11 - Avenida Governador Júlio Campos em 1972.

Fonte: Acervo do museu histórico de Sinop (1972), dados organizados pela autora.

Já a figura 11 demonstra o início da construção da Avenida Governador Júlio, antiga Avenida dos Mognos, a primeira área aberta entre os anos de 1972 a 1974, onde mostra o intenso uso da madeira no processo de construção da cidade, e os processos de ornamentação e arborização do local com recursos da floresta.

A figura traz ainda ilustrações, evidenciando que Sinop é uma cidade construída dentro da floresta como ponto de apoio às atividades de extração dos recursos naturais na região, e ao mesmo mostra que desde a fase inicial os agentes organizadores do espaço urbano buscaram trazer impresso na espacialidade da cidade a ideia de contato à natureza, por meio do nome dados as primeiras ruas, avenidas e bairros que na maioria das vezes utilizavam o nome das plantas nativas. Atualmente, essa lógica de contanto com a natureza é expressa nas áreas de reservas e lazer dentro dos condomínios fechados criados na primeira década do Século XXI.

Feita essa apresentação a respeito da organização do espaço na área central de Sinop, apresentaremos uma breve listagem dos primeiros comércios e proprietários que adquiriram por meio da compra ou beneficiamento dos lotes

comerciais no processo inicial de formação e desenvolvimento de Sinop. Segundo as ponderações de Netto (2000) sobre a atuação do grupo Sinop na produção do espaço da Gleba Celeste, na cidade de Sinop, afirma ele que essa atuação se apoiou em estratégias capitalistas de ocupação, tendo como objeto de troca o beneficiamento dos lotes urbanos em Sinop. O quadro 02, demonstra o início da organização espacial do setor comercial de Sinop em 1972.

Quadro 02 – Fase inicial da configuração da cidade de Sinop em 1972.

Descrição da propriedade	Proprietário	Localização
Armazém de secos e molhados "São Jorge"	Mauri Weirich e Braz Claro dos Anjos	Av. dos Mognos
Residências		Rua dos Lírios esq. Com rua da Pitangueiras
Distribuidora de Gás e Residência	Valentim Vandresen e Augustinho Boing	Av. dos mognos esq. com a rua dos Lírios
Armazém de secos e molhados "Santa Paula" e Residência	Osvaldo de Paula	Av. dos mognos esq. com a rua dos Lírios
Residência	Dirceu Césaro	Rua das Nogueiras
Churrascaria Sinop e Residência	Plínio Calegaro	Rua dos Lírios esq. Com rua da Primaveras
Farmácia "Barão"	Paulo Machado da Costa	Rua dos Lírios esq. Com rua da Primaveras
Bar Pinguim e Residência	Sebastião Sales Mendes	Av. dos mognos esq. com a rua dos Lírios
Escritório da Colonizadora Sinop	Grupo Sinop	Av. das Embaúbas

Fonte: organizado pela autora com base na obra de Santos (2007).

É importante destacar que a organização espacial do setor comercial de Sinop em 1972, criou uma área onde os empreendimentos elencados no quadro 2 concentravam-se na avenida principal – avenida dos Mognos, "atual Governador Júlio Campos" – que se tornou local onde reuniam-se tanto as atividades comerciais como as residências. Essa configuração é expressa da seguinte forma: no mesmo lote existiam o comércio e a residência do proprietário.

Nos períodos iniciais, o setor comercial de Sinop possuía uma configuração que se organizou mediante a concentração dos comércios, dos órgãos públicos na Avenida principal Governador Júlio Campos e das avenidas das Figueiras, das Embaúbas, dos Jacarandás e das Sibipirunas, e nas ruas das Nogueiras, das Aroeiras, das Pitangueiras, das Castanheiras, dos Lírios, na Rua das Primaveras concentravam-se as residências. A figura 12 mostra que não houve mudança significativa na lógica de organização do setor comercial, mas nota que a avenida Governador Júlio Campos tornou-se local de concentração do setor varejista, bancário

e nas avenidas Jacarandás, Sibipirunas, Embaúbas e Figueiras, local de concentração dos órgãos, padrarias, barzinhos noturnos e pensões para estudantes.

Figura 12 – Avenida Júlio Campos em 2017.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

Ainda sobre o setor comercial, a Figura 12 mostra que atualmente o setor comercial se concentra a maior pare na Avenida Governador Júlio Campos, e como desenvolvimento da cidade, o setor comercial se tornou um local desenvolvido, e isso se dá devido a presença de consultórios médicos, clinicas, laboratórios de análise clinicas e odontológicos, farmácias, escritórios de consultores da bolsa de valores, bancos, corretoras, escritórios de imobiliárias, escritórios de advocacia, academias, restaurantes e praças com áreas de lazer.

No local a representante de franquias de hotéis e empresas nacionais e internacionais, lojas do setor moveleiro, vestuário e de alimentação, são comércios que expressam nas relações comerciais a lógica internacional, nacional e local, e isso reflete no atendimento de um variado público de consumidores da própria cidade, do município e da região norte mato-grossense e parte da região Sul do estado Pará.

A rede de hoteleira possui padrão de atendimento e semelhante ao ramo hoteleiro das regiões metropolitanas, franquias de escolas de idiomas, de especializações e graduação. No local ainda existe a presença de outros comércios

que expressam tanto a complexidade e continuidade da produção e configuração do setor comercial que iniciou em 1972.

Em continuidade aos processos de expansão e organização da cidade, a figura 12 mostra-nos a expansão do setor comercial sobre as avenidas Embaúbas, Jacarandás e Figueiras, assim, como o aumento no número de comércios representa a ocupação dos lotes nesse setor.

Figura 13 – Atual configuração das primeiras avenidas no setor comercial.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

Ainda ao observamos as quatro avenidas na Figura 13, com base no depoimento de Ferreira Santos (2017), entende-se que esse cenário de crescimento resulta do aumento da chegada de trabalhadores braçais para trabalharem no processo de abertura da área urbana de Sinop, uma vez que por meio do desenvolvimento das atividades econômicas na região houve o crescimento da cidade.

Ainda conforme depoimento de Ferreira Santos (2017), a maior parte dos trabalhadores eram ocupados em atividades de construção da cidade de Sinop, assim

como em madeireiras, na construção das estradas rurais e na continuidade das obras de construção da BR-163.

Importante notar que nas décadas iniciais de formação de Sinop, décadas de 1970 e 1980, as construções urbanas como residências, comércios, assim como as demarcações dos limites entre os arruamentos e as calçadas, utilizava-se a madeira, devido à distância da capital Cuiabá s demais grandes centros urbanos, articulada à dificuldade do transporte dos materiais de construção, pois a base de alvenaria que já era utilizada nas cidades metropolitanas. No entanto, foi a partir da década de 1990 que a madeira começa a se tornar o principal elemento de ornamentação nas construções das residências, nas obras de arborização das áreas de lazer distribuídas na cidade e na fabricação de móveis exclusivos e sofisticados. Esse cenário é expresso no conjunto de imagem na figura 14.

Figura 14 – Características das construções na cidade de Sinop.

Fonte: Acervo do museu histórico de Sinop (1972); Imobiliária Celeste; acervo pessoal da pesquisadora.

Ao observarmos o processo de evolução do setor de construção civil em Sinop, o qual se encontra expresso na figura 14, com base em Pádua (2015), quando discute as estratégias do capital no processo de produção do espaço urbano da cidade metropolitana de São Paulo, onde o capital se utiliza da inserção de novos produtos imobiliários, a partir do desenvolvimento do setor de construção civil para tornar o espaço da cidade mais valorizado com a inserção de novos produtos imobiliários.

Nesse sentido, quando observamos o crescimento do setor imobiliário, do setor da construção civil, que é decorrente dos estímulos da política nacional de habitação implantadas a partir dos primeiros anos do Século XXI, que se manifesta via financiamento, ampliação do setor educacional ligada a área de construção civil e do setor imobiliário. E, a partir dessas observações entendemos que são estratégias aplicadas nas cidades metropolitanas que têm sido incorporadas à espacialidade de Sinop, onde influi no desenvolvimento do setor imobiliário, hoteleiro, educacional e de tratamento da saúde.

Ainda sobre a organização do espacial de Sinop na década de 1970, ressalta que o processo de construção do cotidiano urbano é formado pela chegada das famílias que iriam formar a classe dos comerciantes (lojistas), empresários, agricultores e trabalhadores braçais, estimulou o desenvolvimento da vida urbana e influenciou o estilo das construções do sítio urbano de Sinop em meio à floresta amazônica.

Assim posto, enfatizamos que a estrutura urbana de Sinop foi concebida para que se tornasse o centro de concentração de várias atividades econômicas e local especializado em prestação de serviços para atender ao norte mato-grossense e Sul do Pará, garantindo dessa forma seu crescimento e expansão em seu desenho.

A expansão da cidade pode ser observada no quadro 3 quando mostraremos a relação dos loteamentos abertos durante a década de 1970, os quais atualmente são bairros considerados consolidados, embora alguns desses bairros ainda se encontrem com obras de pavimentação e arborização incompletas, como por exemplo, os setores industriais Norte e Sul, onde parte das ruas ainda encontra-se sem pavimentação, principalmente nas extremidades da Planta urbana do ano 1972.

Além disso, alguns pontos reservados a construção de prédios públicos e praças públicas estão incompletos e sem arborização. Existem aqueles que foram construídos, mas que estão em estado de deterioração, nota-se ainda que outros locais que tem passado pelo processo de revitalização.

Ainda nesse cenário**,** o quadro 3 demonstra o planejamento para as áreas serem ocupadas, além da extensão territorial da área urbana, com a metragem para área total dos lotes, sendo, áreas tipo “P” – praças/ redondos e tipo “R”, as áreas para construir os arruamentos dos bairros.

Quadro 3: Loteamentos criados na década de 1970.

Nome do Loteamento	Planejamento urbano	Ano de criação	Metragem do loteamento (m²)	Áreas Tipo "P" (m²)	Áreas Tipo "R" (m²)	Arruamento (m²)	Emp. Loteadora
Setor Comercial	Plano de Loteamento da Cidade de Sinop	1972	1.359.898,18	256.450,40	12.067.057,65	7.489.064,67	Grupo Sinop S/A
Jd. Primaveras		1973 a 1979	1.072,064,90				
Jard. Botânico			755.147,57				
Res. Norte			465.834,00				
Res. Sul			465.834,00				
Setor Ind. Norte			438.110,16				
Setor Ind. Sul			385.794,07				
Setor Industrial			1.243.219,46				

Fonte: base de dados da Colonizadora Sinop, organizados pela autora (2017).

Complementando o contexto histórico de formação da cidade de Sinop e o lançamento dos loteamentos do quadro 3, nota-se que o crescimento e o desenvolvimento de Sinop esteve atrelado ao uso das estratégias mercadológicas e com técnicas de propaganda, lógica essa percebida nas publicidades geradas nos eventos de abertura da área urbana em 1972, fundação do loteamento "cidade de Sinop" em 1974, e a emancipação da Cidade de Sinop em 1979, outro modo de estímulo utilizado na formação e desenvolvimento de Sinop foram originários dos incentivos públicos destinados à Amazônia e às cidades da região norte mato-grossense.

Vale notar, conforme as ponderações de Peluso de Oliveira (1988), Netto (2000) e Coy *et. al*. (2017), que a fundação da cidade de Sinop pelo grupo SINOP S/A, articulou-se com as influências do Estado brasileiro por meio das políticas de desenvolvimento da Amazônia e do Estado de Mato Grosso, as quais tinham objetivo de criar parques industriais na Amazônia, assim como a formação e ampliação de núcleos urbanos na região.

Segundo a lógica de pensamento desses autores sobre a influência das políticas públicas nacionalista de desenvolvimento na década 1970, e com aporte em Becker (2013), ao falar do papel das Urbes, podemos conjecturar que as principais estruturas urbanas no Estado de Mato Grosso foram criadas pós-divisão territorial do Estado em 1977, a qual teve o discurso de reduzir o território mato-grossense para melhor administrá-lo e estimular a urbanização via industrialização a partir da construção de núcleos urbanos.

Além dos incentivos públicos nacionais para região e das estratégicas de ação do Grupo Sinop na formação de Sinop, Netto (2000), ao falar da construção da cidade de Vera, faz algumas ponderações afirmando que houve a participação de investimentos internacionais e privados (FMI, Banco Mundial e empresas internacionais com participação no mercado financeiro e em empresas de capital aberto e S/A) na região.

Destarte, podemos denotar que tal lógica influenciou na concepção do arranjo da forma da cidade de Sinop por meio de seu desenho e ordenamento do espaço geográfico na divisão e na localização dos loteamentos residenciais, da área central, dos setores industriais da cidade, para atender a lógica e os processos de expansão e acúmulo de capital.

Além da montagem da infraestrutura, logo em seu princípio com destaque para o uso das técnicas de arborização dos arruamentos, a construção de poços artesianos, o sistema de energia elétrica urbana a gerador, a construção do aeroporto, instalação do cine teatro Amazonas, a construção da primeira agência dos correios, e ainda a operacionalização da primeira rede telefônica, emissora de rádio e emissora de televisão na cidade, no final dos anos 70 e início dos anos 80.

Vale notar, que atualmente os bairros elencados no quadro 3**,** passam por um processo de revitalização. Essa transformação e reutilização do espaço pode ser percebida com a expansão do setor comercial e o aumento do comércio lojista que expandiu-se nas avenidas em direção aos bairros residenciais, assim como nas ruas que estão na lateral e na transversal da Avenida Governador Júlio Campos, o que tem criado uma paisagem mista tanto com a presença de prédios com construções mais antigas, quanto com a ascendência de construções modernas, bem como as novas formas de uso e ocupação dos espaços nesses locais. Situação essa que pode ser observada na figura 15 mostrando parcialmente esses (re) arranjos na área central de Sinop.

Figura 15 – Áreas de revitalização no Setor Comercial

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

Como podemos observar a figura 15 mostra-nos o processo de reutilização mediante o uso da técnica de revitalização na esquina cruzamento das ruas das Nogueiras com das Orquídeas, onde foi local de comércio – loja de conveniência – e de residência e que atualmente nesses locais foi instalado um estacionamento rotativo, o que já é uma lógica comercial utilizada nas cidades metropolitanas.

Dentre outros locais que passam por mudanças na forma de uso, um está localizado no centro de Sinop, é a quadra na Avenida das Embaúbas, entre as ruas das Rosas, Aroeiras e Avenida das Acácias, onde foi construído o prédio do antigo Hospital Celeste em 2000, e que já foi utilizado como prédio da delegacia da Polícia Civil (2008), assim como prédio da Secretaria Municipal de Educação (2012), salientando que nessa quadra também funcionou o prédio da Justiça Federal, mas que atualmente, em 2017, passou por revitalização por meio de obras para construção da praça de alimentação “Esquina Gourmet” com estrutura em containers.

Vale notar que os processos de revitalização e readequação do espaço urbano representa segundo Harvey (2011), a articulação do capital com o setor imobiliário, uma vez que as obras de revitalização e reutilização destes espaços em sua maioria são financiadas por fundos de investimentos de bancos integrados ao modo de produção global. E conforme mostra o autor, entende-se que essa articulação vincula a influência da lógica contemporânea da acumulação que está articulado do arranjo

da cidade, na produção do espaço, ao tentar induzir sua (re) configuração conforme suas necessidades de circulação para assim garantir a necessidade contínua de acumulação do capital globalizado.

Nessa conjuntura, a produção do espaço urbano de Sinop na década de 1970 traz uma lógica de ocupação considerada moderna no período, os “cul-de-sac”, presente na atual configuração de Sinop nos residenciais Norte e Sul como podem ser observados na figura 16, salientado que os “cul-de-sac” é uma técnica de produção do espaço residencial de origem francesa formada por ruas sem saída, mas que trazem o modo de vida vicinal, comunitário.

Como podemos observar na figura 16, esses residenciais localizam-se próximos a área central e nas laterais do centro comercial de Sinop, somando um total de 14 quadras com 24 redondos cercado por residências, ambos com a entrada voltada para avenidas e ruas.

Figura 16 – Configuração dos residenciais Norte e Sul “Cul-de-Sac”.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

Assim posto, destacamos que a forma dos residenciais Norte e Sul, figura 16, é constituída por uma paisagem variada, trazendo informações dos períodos iniciais do processo de concepção da cidade em seu desenho arquitetônico, assim como informações da lógica contemporânea da arquitetura, ou seja, sua configuração demonstra os processos de metamorfose ocorridos no espaço urbano de Sinop, onde

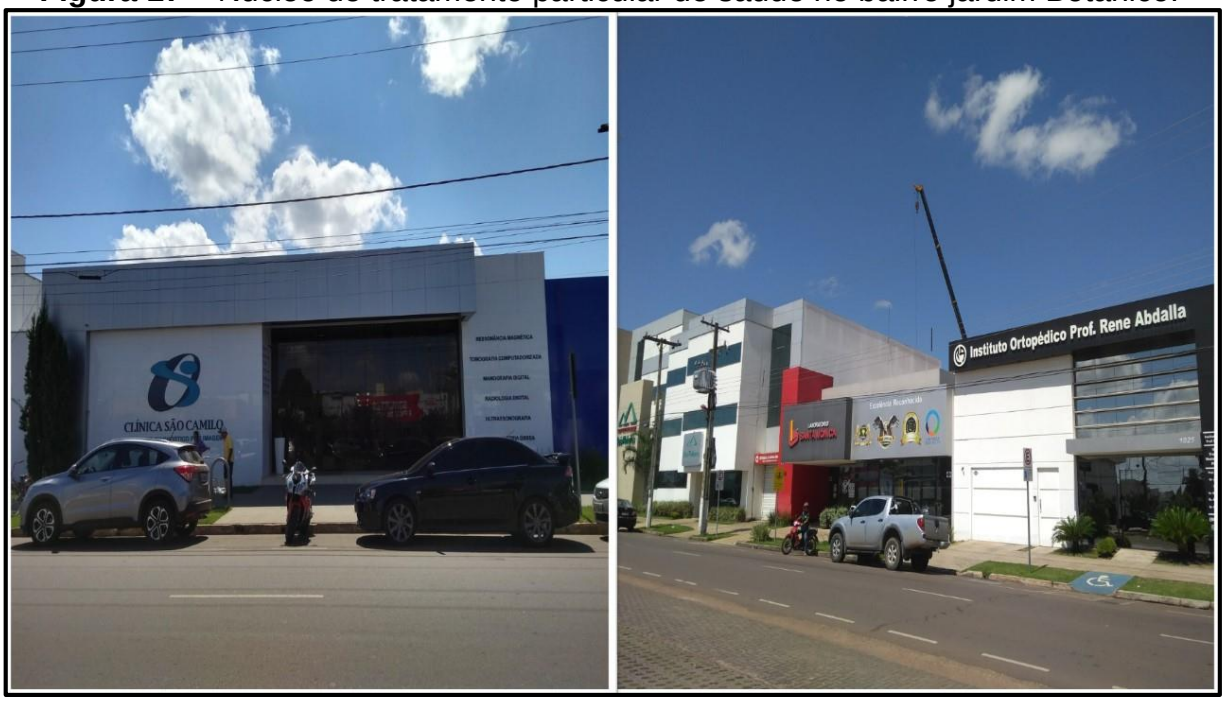
há construções de madeira, construções de alvenaria com modelagens simples e complexas, as quais expressam a mudança dos estilos ao longo do tempo.

Inserido nesse contexto de produção e configuração do espaço urbano de Sinop, o bairro Jardim Botânico teve seu desenho organizado em formas retangulares, sendo delimitado por quatro avenidas; Tarumãs, Jacarandás, Flamboyants e Itaúbas, tendo as avenidas das Sibipirunas e Acácias como vias de acesso rápido ao centro.

Cabe aqui salientarmos que no processo de concepção de Sinop o bairro Jardim Botânico foi concebido como um loteamento residencial com a finalidade de atender às demandas dos novos moradores que estavam chegando a Sinop em 1974, de tal modo que segundo Ferreira Santos (2017), este bairro na década de 1970, tornou-se local de concentração das residências das primeiras famílias pioneiras de Sinop.

A expansão do setor comercial, as obras de infraestrutura e a proximidade do bairro Jardim Botânico influenciaram na atual configuração do bairro tornando-a uma área de interesse na instalação de empreendimentos vinculados à área da saúde como consultórios médicos, clinicas, laboratório de imagens e hospital. A figura 17 mostra essa organização espacial na avenida das Tarumãs.

Figura 17 – Núcleo de tratamento particular de saúde no bairro jardim Botânico.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

Além das atividades comerciais anteriormente citadas no Jardim Botânico, destaca-se a presença de algumas empresas imobiliárias, escolas particulares,

escritórios de profissionais prestadores de serviços, bem como a presença de órgãos públicos, estadual, municipal e federal – Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso (DETRAN), Correios, escolas, entre outros – os quais atendem tanto a população do bairro quanto a de bairros vizinhos que estão sob sua influência.

Há ainda, como se pode observar, o Centro de Especialidades de Saúde de Sinop, não se limita apenas à Avenida dos Tarumãs, mas também na Avenida dos Flamboyants, no bairro jardim Paraiso, e nas proximidades da Avenida Embaúbas no bairro Jardim Maringá. No Jardim Paraiso, o centro médico se organiza em torno do Hospital Santo Antônio com várias especialidades, como a localização das futuras instalações do hospital dos olhos, clínica de tratamento do câncer e Hemodiálise. Nas proximidades da Avenida Embaúbas, no Jardim Maringá, localizam-se as Clínicas, Laboratórios de raios X especializados em tratamento dentário, Pronto Atendimento, Centro de Especialização em Reabilitação. A forma de organização do centro especialidades de Sinop pode ser observada na figura abaixo.

Figura 18 – Núcleo de tratamento particular e público de saúde no Jardim Maringá e no Jardim Paraiso.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

De modo geral, a organização do espaço nesses pontos de concentração das clínicas particulares e públicas e, em outras áreas da cidade que atende a saúde do município e região, possui uma semelhança entre si, pois nas proximidades dessas clínicas encontram-se hotéis, padarias, farmácias, e a localização da casa de Apoio próximo ao Hospital Santo Antônio e da Clínica de oncologia. Nota-se que essa

organização se encontra em áreas estratégicas próximas às ruas e avenidas, onde facilitam a circulação de pessoas entre os vários pontos do Centro Especialidade e ao centro comercial e residencial da cidade.

Ainda sobre o quadro de ocupação e produção da forma do espaço urbano de Sinop, que surgiu durante a década de 1970, o Jardim das Primaveras é um bairro diferente dos demais, e traz impresso em sua espacialidade uma forma de sua ocupação, sendo que uma vez que foi destinado aos trabalhadores das empresas e indústrias de transformação de produtos naturais, sobretudo madeireiras, assim como das atividades de abertura das novas áreas urbanas e rurais.

Segundo Ferreira Santos (2017), diante da concentração de trabalhadores no local, o bairro recebeu o nome de “Vila Operária”, o qual foi alterado em 1992 por meio da Lei Municipal nº 226/92 para Jardim Primaveras. Trata-se de um bairro residencial que está localizado próximo a BR-163, do Setor Industrial Norte, local de concentração das madeireiras e escritório das indústrias e armazéns. É preciso destacar que, dentro da modernização da cidade, o nome Vila operária pesava como um pejorativo de desvalorização, conforme os registros da solicitação de mudança de nome, uma vez que explicitamente traduzia ser morada de pessoas de baixa renda. Deste modo, os legisladores à época aprovaram a sua sintonização com o que se desenhava para a cidade, ou seja, colocação de um nome igual a outros bairros, denominados como “jardins”, em seu primeiro nome. Isto revela mais uma vez a posição conservadora e excludente com o trabalhador, operário, proletário, em meio a uma sociedade conservadora.

Figura 19 – Área residencial no Jardim Primaveras.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

Atualmente a configuração do bairro Jardim Primaveras, assim como nos demais bairros desse período, traz em seu desenho, sobretudo no aspecto arquitetônico das residências, um arranjo misto de formas e características, em que existem construções de madeira, construções de alvenaria com modelagens simples e outras com modelagens modernas.

O bairro também conta em sua configuração espacial com a presença de pequenos comércios varejistas, trabalhadores informais, além da presença de órgãos público municipal e estadual, prestador de serviços básicos, como educação, saúde e assistência familiar.

Figura 20 – Área comercial no bairro Jardim Primaveras.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

De modo geral, essa configuração não se limita apenas nessa localidade, mas está presente em outras partes da cidade no interior dos bairros residenciais, principalmente daqueles que foram construídos nas décadas de 1970. Nota-se essa forma de organização do espaço através de uma pequena e movimentada área comercial no interior desses bairros, o que influencia a valorização imobiliária e facilita o acesso da população local às atividades comerciais básicas sem precisar se deslocar ao setor comercial.

Dessa forma, podemos observar que os Setores Industriais Norte e Sul, diferenciam-se da lógica do bairro Jardim Primaveras, por se tratar de um Setor Industrial localizado ao lado oposto da BR-163 que foi aberto entre as décadas de 1970 a 1980, com a finalidade de acolher empresas vinculadas ao ramo das atividades de apoio ao setor agrícola abrigando empresas e indústrias do setor logístico vinculados ao agronegócio, assim como as madeireiras de pequeno e médio porte.

Ao observarmos a localização dos Setores Industriais percebe-se a estratégia de organização destes setores próximos a BR-163, tanto na lateral esquerda, entrada da cidade, quanto da lateral direita, já que isso facilita o fluxo de veículos e cargas,

sob influência da rodovia federal – Cuiabá-Santarém – e das rodovias estaduais, assim como das estradas rurais. A figura 21 mostra a organização de espacial do setor Industrial de Sinop.

Figura 21 – Configuração do Setor Industrial.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

Podemos observar através da figura 21, a estratégia do Grupo Sinop em criar o parque industrial próximo à BR-163, de forma a atrair tanto novos moradores e trabalhadores como investidores, donos de empresas e indústrias para que se instalassem na cidade de Sinop. Nesse sentido, a principal estratégia utilizada segundo o depoimento de Ferreira Souza (2017), eram oferecidos convites em forma de doação de terrenos às empresas, indústrias, estratégias essas que também se estendiam aos profissionais como professores, médicos, farmacêuticos, arquitetos, advogados, entre outros, que optassem em vir para cidade de Sinop naquele período.

Assim sendo, vale notar que as doações dos lotes às empresas, indústrias, aos órgãos públicos, as empresas de saúde privada, às instituições filantrópicas, ao comércio de médio e grande porte, foi uma estratégia de ocupação para a produção do espaço urbano de Sinop pela Colonizadora SINOP S/A.

A partir desse contexto, com base nas considerações de Savério Spósito (1994), Correia (1995) e Spósito (2001), os quais discutem sobre o processo de formação das cidades metropolitanas e as relações sociais que nelas são criadas,

reproduzidas e desenvolvidas que refletem na configuração espacial e no cotidiano da cidade.

Podemos notar que o período inicial do processo de ocupação e produção do espaço urbano de Sinop significou o princípio da construção do cotidiano da cidade, o qual segundo as ponderações de Bernardes (2006), quando discute o processo de construção de espaços capitalistas em região de fronteira agrícola.

Entende-se que a região norte mato-grossense constitui como uma região de abertura, local de fusão dos velhos e novos hábitos, que é expresso na relação com a floresta, na inserção de técnicas na produção do espaço urbano e no novo significado que a cidade passa ter diante desse contexto de expansão e desenvolvimento do capital na Amazônia norte mato-grossense, região de fronteira agrícola, que se torna base das relações sociais entre homens e a natureza, criando suas relações próprias no local e no espaço onde são construídas cidades na floresta.

Com essas ponderações iniciais, entende-se que neste período, década de 1970, as estratégias utilizadas pela empresa de colonização SINOP S/A, e a articulação com Estado brasileiro por meio de suas políticas de incentivos foram a base para o desenvolvimento da estrutura urbana de Sinop e a ampliação do espaço capitalista na Amazônia norte mato-grossense.

Nesse cenário, a concepção da configuração da cidade de Sinop por meio do loteamento da “cidade de Sinop” em 1972, segundo ponderações de Oliveira (2005) e Cardoso (2008), esteve envolto a implantação de atividades agrícolas, assim como a criação de polos urbanos para apoiar as atividades econômicas sob a lógica global, prestarem serviços e assim atender o objetivo dos governos estaduais e federal, de urbanização e ampliação do espaço geográfico da lógica econômica capitalista globalizada na Amazônia.

3.4.2 CONFIGURAÇÃO DE SINOP DÉCADA DE 1980

Feita a apresentação sobre o arranjo da cidade de Sinop na década de 1970 por meio da apresentação da configuração dos bairros concebidos nessa década, faremos algumas ponderações acerca do arranjo da cidade na década de 1980, por meio da análise da configuração da espacialidade dos bairros concebidos no período.

Nota-se que na década de 1980, seis novos bairros foram criados, resultante do processo de expansão e consolidação dos bairros criados na década de 1970, que

dão sequência aos processos de produção e configuração de Sinop. Assim posto, destacando que a forma do arranjo espacial dos bairros criados nesse período traz na atualidade em sua configuração áreas de lazer, áreas comerciais, arruamentos e arborização nas praças e avenidas, sobretudo nos bairros da porção sul da cidade.

Na década de 1980 Sinop amplia a expansão dos primeiros loteamentos – áreas residenciais, industriais e comerciais –, e mais a implantação de órgãos públicos federais e estaduais e a estruturação do poder público municipal. Nessa conjuntura, surgem os bairros do quadro abaixo:

Quadro 4 – Loteamentos criados na década de 1980.

Nome do Bairro	Planejamento urbano	Metragem do Loteamento (m²)	Empresa Loteadora
Jardim Imperial	Plano de Loteamento da cidade de Sinop	718.410,97	Grupo Sinop S/A
Jardim das Palmeiras		492.771,66	
Jardim das Violetas		952.935,06	
Paraíso		806.633,01	
Jacarandás		558.962,68	
Jardim Celeste		728.717,60	

Fonte: base de dados da Colonizadora Sinop (1979), organizados pela autora (2017).

Como podemos observar nas figuras 22, 23, 24 e 25, embora os bairros da região noroeste – Jardim das Palmeiras, Jardim Imperial, Jardim das Violetas – tenham sido concebidos na década de 1980, mas foi somente na atualidade, mais precisamente, segunda década do século XXI, que todos os bairros dessa região foram atendidos com a infraestrutura de pavimentação asfáltica em sua totalidade, além da construção em parte dos bairros Jardim Imperial e Violetas com rede de esgoto sanitário.

Figura 22 – Conclusão das obras de pavimentação Jardim Imperial

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

Como se pode notar na figura 22, esses bairros materializam em seu desenho atual construções de madeiras, as quais eram um tipo de construção característica do período, década de 1970 e 1980. Todavia, a característica dominante das construções desses bairros na atualidade são as residências em alvenarias, o que podemos vinculá-las além da questão de mudanças na técnica de construção, também a influência do setor financeiro, os estímulos originários das políticas nacionais de habitação em que foram inseridos na produção do espaço urbano por meio de linhas de créditos voltadas à habitação, sobretudo por meio dos bancos estatais como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

Nesse aspecto de formação dos bairros na região noroeste da cidade, o arranjo do comércio de modo geral, está concentrado nas quatro Avenidas – Palmeiras, Jequitibás, Pinheiros e Senador Jonas Pinheiros (Perimetral Norte) - que marcam seus limite, e na André Maggi (antiga marcação do perímetro urbano da região oeste da cidade), e na Avenida dos Ingás, sentido norte, que marca o limite entre os bairros Jardim Imperial e o Jardim das Palmeiras, a qual corta o bairro Jardim das Violetas, e a Avenidas das Itaúbas, sentido norte, avenida essa que liga todos os bairros da região norte e sul da cidade e passam a cria uma área de expansão futura do setor comercial.

A concentração da atividade comercial da região noroeste da cidade nas avenidas que cortam os bairros Jardim Imperial, Palmeiras e Violetas, são apresentadas nas figuras 22 e 23, as quais demostram que nestes pontos concentram-se pequenos, médios e grandes comércios e empresas de prestação de serviços da região.

Figura 23 – Expansão comercial nas Avenidas de trânsito rápido.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

De modo geral, o comércio nas avenidas que cortam esses bairros é constituído por comércios varejistas que se manifestam com a expansão das filiais que possuem as matrizes localizadas no centro da cidade, a exemplo das redes de supermercados, farmácias, casas de material de construção, papelarias, rede de lojas de vestuários, concessionárias de motos, lojas de eletrodomésticos e agências bancárias.

Além da expansão desses referidos comércios no local, encontram-se ainda pequenos comércios, oficinas de motos, lojas de Agropecuária e Veterinária, serralherias, depósitos de madeiras, e escritórios de Imobiliárias; empresas de prestação de serviços, como salões de beleza, academias, borracharias, consultórios de dentistas, escritórios de advocacia, pequenos hotéis, e comércios do setor de alimentação e feira de exposição de obras artesanais.

Destaca-se também nessa região, além dos comércios a presença de várias igrejas, assim como a presença de órgãos públicos estaduais e municipais, como escolas, postos de saúde, e farmácias regionais.

Quadro 05 – Órgãos públicos nos bairros da região Norte.

	Jardim Imperial	**Jardim das Violetas**	**Jardim das Palmeiras**
ÓRGÃOS	UNEMAT; Escola Estadual; Escola Municipal; Creche; Centro de geração de renda.	Escolas municipais; Base de distribuição de água tratada; Tiro de guerra; Farmácia popular; Ginásio de esportes.	CRAS – Centro de Assistência Social; Posto de saúde; Creche; Base de distribuição de água tratada.

Fonte: dados organizados pela autora (2017).

Além da concentração de atividade comercial nas avenidas dos bairros Jardim Imperial, Palmeiras e Violetas, no interior do jardim das Violetas, na Rua das Violetas, conforme mostra a figura 24, cria-se uma pequena e diversificada área comercial com a presença de lojas, minimercado, salão, papelarias e outros pequenos comércios para atender a população local.

Figura 24 – Área comercial no bairro Jardim das Violetas.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017)

Observa-se que nos bairros Jardim das Violetas, Imperial e Palmeiras, bairros criados na década de 1980 encontram-se inúmeras ofertas de prestação de serviços por profissionais autônomos e informais. Essa característica pode ser notada pelas

inúmeras placas de oferta de prestação de serviço nas residências, destacando anúncios de cuidadora de crianças, manicure, costureiras, revendedoras de cosméticos, importante salientarmos que estas atividades vinculam a arranjos espaciais populares e de médio padrão.

Figura 25 – Presença de Atividades Informais nos bairros de Sinop.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017)

Como pode-se observar na figura 25, essa é uma forma de atividade autônoma que não se limita somente aos bairros da região noroeste da cidade, mas também está presente na espacialidade de Sinop como um todo. De modo geral, a configuração dos bairros é constituída pela expansão do setor nas avenidas de acesso aos bairros que constituem uma paisagem mista, onde há a presença de comércios e residências nos mesmos locais, o que tem se reproduzido tanto nas avenidas como nas ruas no interior de alguns bairros.

Ainda nesse contexto de caracterização dos bairros – Jardim Imperial, Palmeiras, Violetas – nota-se que a conclusão das obras de pavimentação reservadas aos arruamentos tornou-se um instrumento de atrativo ao crescimento e desenvolvimento dos bairros da região noroeste da cidade.

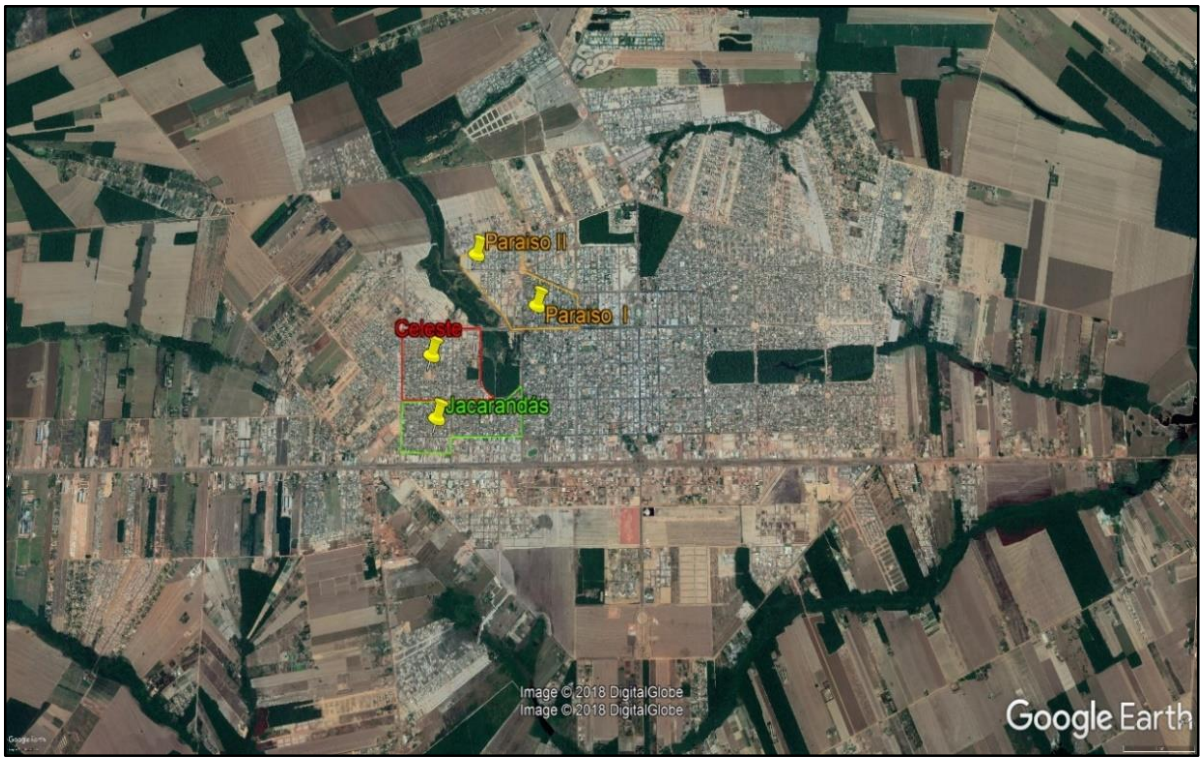
Verifica-se que a maior parte das obras de pavimentação foram concluídas com recursos das políticas públicas de origem nacional e estadual e de acordos entre moradores dos bairros junto à Prefeitura Municipal, como é o caso do Jardim Imperial

e jardim Paraíso que tiveram partes do bairro asfaltado durante as décadas de 1990, 2000 e 2010, por meio do asfalto comunitário.

Embora, utilizando das formas de asfaltamento público - comunitário (prefeitura e moradores), as obras de pavimentação das ruas e avenidas dos bairros criados durante a década de 1970-1980 foram concluídas no final da primeira década e segunda década do século XXI, com recursos dos Programas do Governo Federal, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e II) e com recursos do governo do Estado de Mato Grosso.

Feita a apresentação dos bairros concebidos na década de 1980 na porção noroeste da cidade, discorreremos sobre o arranjo da organização do espaço urbano de Sinop na porção Sul – Jardim Jacarandás, Jardim Paraíso, Jardim Celeste – também concebidos na década de 1980, os quais são atualmente bairros que estão próximos ao centro comercial, constituindo em umas das regiões mais valorizadas da cidade.

Figura 26 – Localização dos bairros Jardim Celeste, Jacarandás e Paraiso construídos na década de 1980.



Fonte: Dados organizados pela autora, (2017).

A configuração dos bairros Jardim Jacarandás, Jardim Celeste e Jardim Paraíso, embora sejam do período década de 1980, nota-se na atual configuração interna dos bairros, diferença entre os bairros do mesmo período da região noroeste.

Ou seja, nos bairros da região Sul da cidade os processos de urbanização e transformação ocorreram de forma mais acelerada, transformação essa que pode ser observada nas figuras 27 que mostram o arranjo interno desses bairros.

Figura 27 – Área Residencial dos bairros Jardim Botânico e Paraiso.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

Ainda sobre o cenário da configuração dos bairros da região Sul da cidade, pode-se notar na figura, 27 mostrada por meio das duas telas a configuração da parte residencial dos bairros Jardim Botânico e Paraiso, as quais retratam aspectos do

processo de (re) configuração espacial impressos ao longo do processo de produção da cidade.

Ainda a figura 27 mostra-nos aspectos da concretização dos primeiros processos de ocupação, de tal modo que pode ser notada maior concentração de construções com residências em madeira, ruas com muita arborização, assim como postes de energia em madeira, técnica característica do período da década de 1970 e 1980, que utilizava a madeira da Itaúba. Já a figura do lado direito expõe um processo de produção do espaço urbano contemporâneo, onde as construções são de alvenarias com *designs* modernos, bem como a inserção do processo de construção verticalizada no local.

Ainda, sobre os bairros da região do Sul da cidade concebidos na década de 1980, na figura 28 podemos notar que o bairro Jardim Jacarandás tem seu arranjo espacial vinculado às influências do Setor Industrial Sul, de tal modo que em seu interior há a concentração de pequenas indústrias e empresas de fabricação de móveis planejados, conserto de carros e serralheiras, entre outras.

Figura 28 – Área residencial dos bairros Jardim Celeste e Jacarandás.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

A particularidade encontrada no bairro Jardim Celeste decorre de seu processo de ocupação, uma vez que ocorreu por meio do processo de comercialização das terras urbanas, assim como originaria das políticas de habitação do governo do Estado de Mato Grosso e do Governo Federal.

As políticas de habitação que se manifestam nesse bairro concentraram-se na parte Sudoeste, com o programa de habitação estadual Casa Fácil (2003-2008), e do programa de habitação da linha de crédito da Caixa Econômica Federal – Programa de Arrendamento Residencial (PAR). Esses residenciais foram denominados de Habitar Brasil, Residencial Mato Grosso I e II, Residencial João Paulo I e II.

De modo geral, a área comercial da região Sul da cidade é bastante movimentada e diversificada, sendo constituída por pequenos médios e grandes comércios, assim como por empresas de prestação de serviços. No local encontram-se lojas de conveniências, empresas de calhas, lojas de materiais de construção, distribuidoras de gás e água, lojas de móveis planejados, floriculturas, lojas de decoração, oficinas de carros, empresas de venda e consertos de ar condicionado e comércios voltados ao lazer.

Ainda nesse contexto, podemos destacar que nessa região há a presença de órgãos públicos prestadores de serviços e entidades filantrópicas, os quais vinculam ao princípio do processo de ocupação e configuração do espaço urbano de Sinop durante as décadas de 1970-1980, situação que tem contribuído na atualidade ao desenvolvimento dos bairros, assim como a valorização imobiliária, por concentrar-se neles os hospitais, os laboratórios e as clínicas, entre outros, os quais seguem no quadro abaixo da distribuição dos órgãos públicos municipais, estaduais e federal, bem como das instituições do Terceiro Setor, filantrópicas.

Quadro 6 – Órgãos públicos e entidades filantrópicas nos bairros da região Sul.

	Jardim Jacarandás	**Jardim Paraiso**	**Jardim Celeste**	**Jardim Botânico**
ÓRGÃOS	CAPS – Centro de Atenção Psicossocial; Escola Municipal; Creche; Base de distribuição de água tratada.	Hospital Santo Antônio; Centro de Imagens; Centro de Tratamento do Câncer; Casa de Apoio; Lar dos Idosos; APAE; Escola Municipal; Posto de saúde.	CRAS – Centro de Assistência Social; SECITEC-Escola técnica Estadual; Secretaria Municipal de Obras; Posto de saúde; Creche; Base de distribuição de água tratada; Viveiro municipal.	Posto de Saúde; Instituto Padre Pio-ADESTEC; Escola Municipal; Centro de distribuição dos Correios; DETRAN.

Fonte: dados organizados pela autora (2017).

Notamos no quadro 6 que há a predominância da presença de órgãos públicos e entidades filantrópicas concentradas na região Sul da cidade, quando comparado aos demais bairros da região Noroeste, o que nos implica conjecturar que a presença

de tais entidades, sobretudo as públicas, são fatores que podem influenciar no desenvolvimento desigual entre regiões que constituem a cidade de Sinop, no caso, a desigual configuração espacial dos bairros da região Sul e Noroeste como já apresentado, ainda que a concepção dos bairros fosse de igual modo contemporâneo do período da década de 1980.

3.4.3 CONFIGURAÇÃO DE SINOP: INCORPORAÇÃO DE ÁREAS RURAIS À ÁREA URBANA E APRESENTAÇÃO DE NOVOS AGENTES DURANTE A DÉCADA DE 1990

A década de 1990 foi marcada por transformações tanto no modo de produzir o espaço urbano como também no aumento e no perfil dos agentes que passam a produzir e configurar a cidade de Sinop. As referidas mudanças podem ser notadas no instante em que os proprietários de terras rurais por si próprios ou em parcerias com agentes imobiliários passaram a atuar como promotores imobiliários, através da abertura de loteamentos residenciais em áreas até então rurais, e ainda, quando a colonizadora SINOP S/A começa a dividir espaço no processo de produção do espaço urbano junto às imobiliárias AGN, Dias Imobiliárias, entre outras.

Nesse cenário de mudanças, inicia o retorno das terras rurais via recompra para a colonizadora por meio da aquisição como parte desta expansão urbana, lógica essa também utilizada pelas demais imobiliárias que passam atuar em Sinop no processo de concepção de novos loteamentos residenciais. As áreas localizadas no entorno da cidade, até então habitadas por chacareiros e sitiantes começa a ter valor sintonizado com a área urbana, com potencial de urbanização.

A produção do espaço urbano de Sinop durante a década de 1990, ao mesmo tempo em que expressa a continuidade da lógica de produção das décadas 1970-1980, incrementa esse processo por meio do recrudescimento da financeirização e mercantilização da terra e do espaço urbano, tornando-o mais complexo.

Essas transformações são base para a abertura de 19 novos loteamentos particulares em áreas rurais, bem como a incorporação da Comunidade Campo Verde ao perímetro urbano de Sinop por meio do Decreto Municipal nº 023/1996 que autoriza abertura do Residencial Campo Verde na comunidade. Também nessa conjuntura são iniciadas as primeiras ações no processo de verticalização das moradias em Sinop a partir do Residencial Village, com a construção do Condomínio fechado e verticalizado

Green Ville. Ainda nesse período destaca-se a continuidade das ações do Estado como agente produtor e consumidor do espaço urbano, com o lançamento e criação do residencial Parque das Araras e do Distrito Industrial e Comercial de Sinop.

A influência desses processos de mudanças nos modos de produção do espaço urbano de Sinop se materializam nos loteamentos concebidos no período os quais podem ser observadas abaixo no quadro 7.

Quadro 7 - Loteamentos criados nas áreas rurais incorporadas ao perímetro urbano de Sinop durante na década de 1990.

	Loteamento Particular							
Qtd	**Nome**	**Ano de Aprovação e abertura**	**Área de Lotes (m²)**	**Área Institucional (m²)**	**Área de Arruamento (m²)**	**Área Verde (m²)**	**Área Total (m²)**	**Nome fantasia/Razão Social**
1	Jardim do Sol	1996	81.026,15	-	35.208,85	-	121.000,00	Prop. Valdir Luciano e Eldinei C. S. Luciano
2	Resid. Porto Seguro		73.318,98	-	32.813,69	8.685,63	112.314,98	Prop. Julio Cesar T. Dias
3	Jardim Santa Monica		57.180,21	-	32.587,78	-	93.500,00	Prop. Ulrich E. Grabert
4	Lot. Menino Jesus		117.295,44	-	57.184, 04	-	193.600, 00	Prop. Sgarbi e Riva Ltda.
5	Lot. Alto da Glória		179.371,70	-	159.196,21	-	605.000,00	Prop. Sgarbi e Sgarbi Ltda.
6	Jardim das Nações		60.496,52	-	50.962,00	-	121.000,00	Prop. Valdir da Silveira
7	Lot. São Cristóvão	1997	93.811,20	-	27.983,80	-	126.008,50	Ass. dos Moradores do São Cristóvão
8	Jardim Europa		111.594,30	16.371,75	64.402,14	35.014,85	227.383,04	Prop. Arlindo Aissa
9	Jardim São Paulo	1998	145.078,45	-	79.684,05	-	242.000,00	Imob. Irmãos Hidalgo Ltda.
10	Resid. Jardim Ipê		105.622,74	15.093,96	73.091,08	21.233,37	215.031,15	Prop. Ari Daher Santos
11	Jard. Maria Carolina		52.829,94	4.521,68	44.121,58	13.002,18	114.475,38	Prop. Gilberto M. Carvalho
12	Jardim Paulista		109.534,40	14.684,61	84.953,47	-	209.172,48	Prop. Caio Dias Martins
13	Resid. Vitoria Régia		117.960,00	23.640,00	88.650,00	29.053,00	319.303,00	Prop. Júlio César T. Dias
14	Jardim América	1999	114.596,00	16.120,00	65.862,00	15.422,00	242.000,00	AGN -
15	Jardim das Nações II		60.085,00	8.514,00	46.445,84	5.955,16	121.000,00	Prop. Leonel Saconi

	Área incorporada ao perímetro urbano de Sinop							
Qtd	**Nome**	**Ano de Aprovação e abertura**	**Área de Lotes (m²)**	**Área Institucional (m²)**	**Área de Arruamento (m²)**	**Área Verde (m²)**	**Área Total (m²)**	**Nome fantasia/Razão Social**
01	Res. Campo Verde	1996	264.625,00	-	128.175,00	-	484.000,00	Imobiliária Irmãos Nogueira
	Setor Industrial e Comercial							
Qtd	**Nome**	**Ano de Aprovação e abertura**	**Área de Lotes (m²)**	**Área Institucional (m²)**	**Área de Arruamento (m²)**	**Área Verde (m²)**	**Área Total (m²)**	**Nome fantasia/Razão Social**
02	Dist. Ind. e Comercial	1998	458.176,52	166.758,74	-	-	625.350,95	Prefeitura Municipal de Sinop
	Bairros criados com recursos da política nacional de habitação							
Qtd	**Nome**	**Ano de Aprovação e abertura**	**Área de Lotes (m²)**	**Área Institucional (m²)**	**Área de Arruamento (m²)**	**Área Verde (m²)**	**Área Total (m²)**	**Nome fantasia/Razão Social**
03	Parque das Araras II	1997	43.920,00	--	28.680,00	-	72.600,00	Prefeitura Municipal de Sinop
	Condomínio Fechado e Residencial Vertical							
Qtd	**Nome**	**Ano de Aprovação e abertura**	**Área de Lotes (m²)**	**Área Institucional (m²)**	**Área de Arruamento (m²)**	**Área Verde (m²)**	**Área Total (m²)**	**Nome fantasia/Razão Social**
04	Loteamento Village	1998	249.707,00	-	29.293,00	-	279.000,00	Emp. Sgarbi & Sgarbi Ltda.

Fonte: base de dados da Prefeitura Municipal de Sinop, organizados pela autora (2017).

Conforme observado no quadro 07, foram construídos 19 loteamentos na década de 1990, localizados em diferentes áreas da cidade de Sinop, os quais foram concebidos em um contexto de expansão e crescimento da cidade no sentido Oeste da BR 163, e a MT-222 – Avenida Bruno Martini – e Avenida André Maggi.

De acordo com ponderações anteriores, na década de 1990 tem início em Sinop as primeiras ações de verticalização do espaço urbano que se manifestou na região Oeste, próximo e ao lado direito da MT-222 “Atual Avenida Bruno Martini” no loteamento Village como o Residencial Green Ville, figura 29.

De modo geral, a configuração urbana de Sinop, em todas as regiões apresentam características físicas com modos de construções horizontais semelhantes entre si, porém, apresentam particularidades impressas pelos seus moradores em cada bairro.

Figura 29 - Residencial Green Ville.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

Podemos ainda observar que esse local não foi totalmente ocupado, evidenciando que, a região noroeste possui espaços urbanos a serem preenchidos. E em visita, encontramos nesta área, uma configuração mista, onde foram abertos bairros sem restrições de acesso, com construções horizontais e verticais.

Nessa mesma região, nos primeiros anos do século XXI, foi construído o condomínio fechado horizontal Golden Park (figura 30), o qual foi construído com subsídios do programa de habitação “Minha Casa Minha Vida”, no território dos Bairros Vitória Régia e Delta, estes que são bairros populares abertos na década de 1990.

Nota-se que a introdução de condomínios fechados em espaços de ocupação de segmentos sociais não abastados, traduz segundo Harvey (2005) a ampliação da lógica do discurso da segurança na configuração do espaço urbano, assim como a introdução da racionalidade da produção urbana fundamentada em modelos de moradias de segmentos sociais abastados a segmentos sociais ditos da classe média e popular.

Figura 30 – Configuração interna do Jardim Delta.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

Embora exista a presença dessa lógica dita moderna na região noroeste, vale notar que de modo geral, os loteamentos concebidos na década de 1990 como o bairro Jardim do Sol, “atual Boa Esperança”, Jardim Europa, Jardim São Paulo, Jardim Ipê e Vitória Régia, traduzem uma espacialização do processo de ocupação, onde se destacou a escassez de infraestrutura, sobretudo vinculado ao saneamento básico representado pela falta de pavimentação asfáltica, replicando uma urbanização precária.

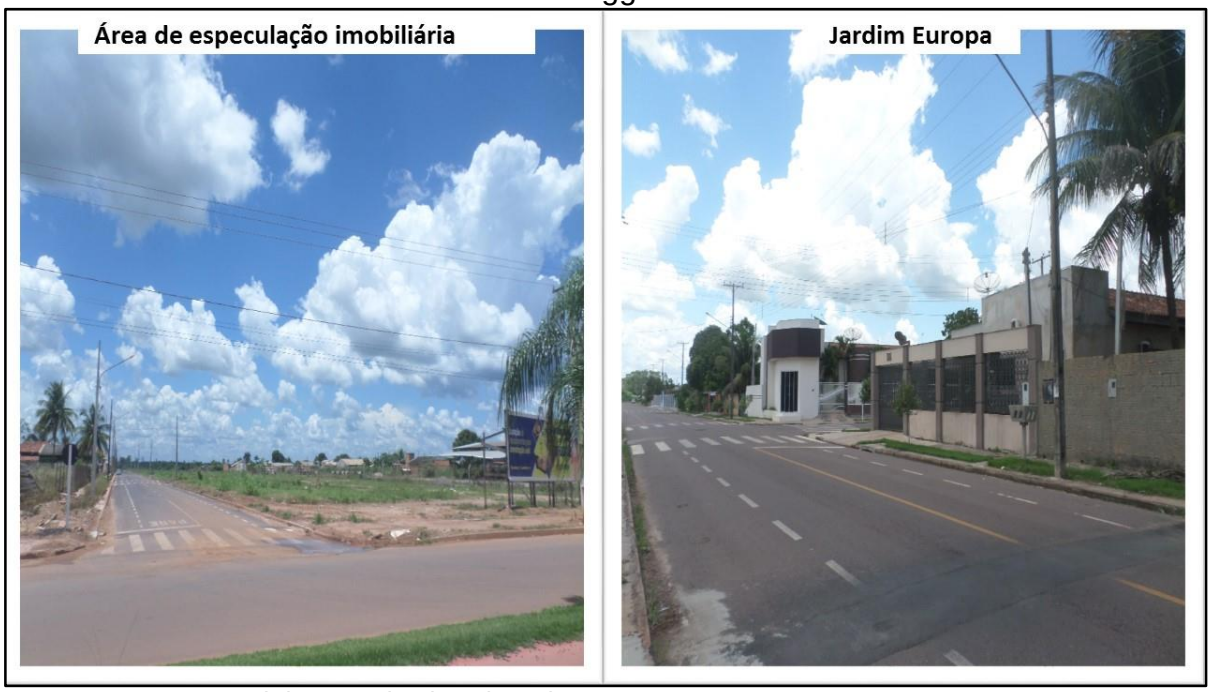
Sendo assim, a pavimentação e construção da rede de esgoto dessas regiões estão em processo de finalização somente na atualidade, ou seja, ainda não foram contemplando todos os bairros com as obras de pavimentação, como pode ser visualizado na figura abaixo do Bairro Jardim Conquista, o qual se localiza entre os Bairros Vitória Régia e Jardim Boa Esperança.

Figura 31 – Configuração do Jardim Conquista.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

Destarte, os bairros dessa região apresentam na atualidade uma paisagem com configuração variegada, em que há a presença de construções simples, repercutindo uma lógica da autoconstrução ou construção em etapas, e outras com estruturas e acabamentos mais elaborados. Há também na região no Jardim Europa um condomínio residencial destinado a oficiais das forças armadas, assim como uma área de lazer da Polícia Civil. Já no Bairro Vitória Régia, encontra-se a sede da ONG, Agência Adventista de Desenvolvimento de Recursos Assistenciais (ADRA-Brasil).

Figura 32 – Configuração do Jardim Europa na lateral direita da Avenida André Maggi.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

Observamos que de acordo com a figura acima, a região noroeste ainda é uma área em fase de ocupação, mas é importante observar que no conjunto dos bairros Jardim Europa, Delta e Vitória Régia, o comércio concentra-se na Avenida André Maggi, ainda que no interior destes bairros tenham pequenos comércios varejistas e prestadores de serviços. A título de exemplo, no Bairro Jardim Boa Esperança, principalmente na Rua Paulo Pan, há grande concentração de pequenos comércios varejistas e salões de beleza, conforme figura abaixo:

Figura 33 – Configuração do Jardim Boa Esperança

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

A configuração interna atual do Bairro Jardim Boa Esperança não difere dos demais da região noroeste, o que lhe atribui certa particularidade é o fato de ser o mais antigo da região, configurando-o no local onde se iniciou o processo de expansão urbana de Sinop sentido Noroeste.

O processo inicial de ocupação do Bairro Boa Esperança, o qual veio se desenvolvendo ao longo dos anos, se deve ao processo migratório de pessoas que abandonaram a atividade de garimpo devido às dificuldades de operação (financeiras e ambientais) nos municípios da região norte mato-grossense, (Alta Floresta, Carlinda, Peixoto, Matupá, Colíder, Terra Nova do Norte, Guarantã do Norte).

Sem condições de retorno aos estados de origem, em especial o Nordeste, constituíram a ocupação via aquisição de lotes, sem que houvesse aprovação do loteamento que foi posteriormente regularizado. A intervenção das políticas públicas para a devida estruturação (água, pavimentação, galeria pluviais) ocorreu somente na década de 2010, embora anteriormente houvessem atividades de inserção de postos de saúde, escola, quadra desportiva, posto de polícia comunitária.

Outros bairros tiveram início também com ocupação irregular. Na configuração do arranjo espacial atual da região Noroeste às margens dos territórios dos bairros

Jardim Europa (1997), São Paulo e Ipê (1998), Novo Estado e Santa Rita (2000), onde estes bairros fazem limite com a área de reserva ambiental do Ribeirão Nilza, há a manifestação de ocupação irregular, figura 34, que no ano de 2018 foi feita a retirada das famílias e construções, por ser área de preservação ambiental.

Figura 34 – Área de Ocupação irregular na lateral do Ribeirão Nilza região Noroeste da cidade.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

Vale destacar que no decorrer do processo de expansão urbana na década de 1990, na região noroeste da cidade, houve a incorporação da comunidade Campo Verde ao perímetro urbano, transformando-o em Residencial Campo Verde.

Atualmente, esse local traz aspectos característicos do ambiente rural e ao mesmo tempo se apresenta com aspectos urbanos e possui traçados de uma pequena vila, com lotes grandes, arruamentos sem asfalto, com energia elétrica, bares e lanchonetes.

Nesse cenário de expansão urbana na região noroeste, atualmente nas proximidades do Residencial Campo Verde, os loteamentos do Residencial Moinhos dos Ventos, em construção, e o Residencial Araguaia que está em fase de consolidação com a abertura e ocupação em etapas, mostram-nos o processo de expansão e transição entre o rural e o urbano, contendo em seus limites a presença de fazendas de plantação de soja e chácaras.

Figura 35 – Expansão urbana região noroeste da cidade - Residencial Araguaia.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

Ainda nesse cenário do processo de produção e configuração da expansão urbana da cidade de Sinop, extremo da região Noroeste no lado direito da Avenida André Maggi, com sequência na estrada Rural Áurea, encontra-se a Comunidade Silva, a qual aos poucos foi ao longo dos anos transformando-se em bairros, como o loteamento Jardim dos Cravos, atualmente em construção, e o bairro Jardim Maria Carolina, já ocupado.

O bairro Jardim Maria Carolina apresenta uma configuração espacial com padrões de construção considerados mais antigos, nota-se ainda que seus arruamentos com asfaltos foram concluídos somente em 2017.

Figura 36 - Término das obras de asfaltamento no bairro Jardim Maria Carolina.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

Apresentado o arranjo espacial do processo de ocupação dos bairros concebidos na década de 1990 na porção noroeste da cidade, passaremos a discorrer sobre os bairros da região Norte, próximos a BR-163, também da década de 1990. Lembrando que a configuração de alguns bairros dessa região traz a influência do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) do Governo Federal, operacionalizado por meio da Caixa Econômica Federal, dando origem à primeira etapa da ocupação de parte do antigo território do bairro Jardim das Primaveras, o qual originou os bairros Residencial Parque das Araras e Residencial São José.

Figura 37 - Residencial Parque das Araras na região Norte da cidade.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

Feitas as ponderações acerca do processo de produção e configuração do espaço urbano da cidade de Sinop, e em parte das regiões Oeste, Norte e Noroeste na década de 1990, destacaremos algumas características do processo de produção dos bairros da região Sul – bairros Menino Jesus, Alto da Glória (1996) e São Cristóvão (1997); região Sudeste – Jardim América (1998); região Oeste – bairro Jardim das Nações, primeira e segunda etapa (1996/1998).

De modo geral, a atual configuração espacial nas regiões Sul, Sudoeste, Sudeste e Oeste nos bairros, Menino Jesus, Alto da Glória, São Cristóvão, Jardim América e Jardim das Nações, apresentam um território marcado pela influência da ação de agentes dos setores imobiliário, financeiro e público.

A ação desses agentes pode ser notada no decorrer do processo de ocupação dessas áreas através da ação articulada entre o setor público a partir da criação de leis, no caso código de postura e obras municipal entre outros, e do setor financeiro e imobiliário com o financiamento do empreendimento concebidos no período.

Embora esses bairros tragam a lógica articulada entre os agentes produtores do espaço urbano, os arruamentos dos referidos empreendimentos foram concebidos no período com certa precariedade na infraestrutura, sobretudo no item pavimentação asfáltica. A título de exemplo, apresentamos o bairro Jardim das Nações, o qual, embora tenha sido concebido na década de 1990 na região Oeste da cidade, o mesmo

ainda teve suas obras de pavimentação concluídas, valendo ressaltar que estas obras foram empreendidas a partir da segunda década do século XXI. Veja a figura abaixo.

Figura 38: Configuração do residencial Jardim das Nações região oeste da cidade.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

Vale notar que o Bairro Jardim das Nações é um bairro que se localiza ao lado esquerdo da MT – 222 “Atual Avenida Bruno Martini”, entre uma área reservada para extensão da Avenida das Tarumãs e de especulação imobiliária, próximos aos bairros Nossa Senhora Aparecida e Bela Suíça. Bairros esses concebidos na primeira década do Século XXI conforme quadro-08 abaixo, os quais apresentam melhor estrutura urbana, ruas planejadas, bairros sem movimentação de comércios, casas com construções classificadas em médio e alto padrão, ou seja, bairros sob influência da lógica contemporânea de agentes do mercado financeiro em articulação com Estado por meio de políticas de incentivo ao financiamento imobiliário.

Figura 39: Configuração dos bairros Bela Suíça e Nossa Senhora Aparecida.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

Na região Oeste, na área do Bairro Jardim das Nações, podemos notar o contraste e a complexificação no processo de configuração urbana em Sinop, tendo em vista que próximo encontra-se um bairro concebido na década de 1990 com problemas de infraestruturas básicas, como pavimentação asfáltica, uma vez que nesse período, o poder público municipal aprovava a incorporação e a abertura de loteamentos em terras rurais sem o mínimo de infraestrutura.

Já a partir da primeira década do século XXI, após aprovação e confecção do Plano Diretor da cidade de Sinop, loteamentos como o Bairro Nossa Senhora Aparecida (2003), que fora concebido dentro da lógica de concepção de loteamento determinada pelo Plano Diretor, o qual determina que para haver a abertura de loteamentos, necessitará ter o mínimo de infraestrutura, como pavimentação dos arruamentos, estrutura para instalação de energia elétrica. Já em meados da segunda década do século XXI, é incluída a rede de esgoto sanitário como item básico para a liberação da construção e vendas dos loteamentos.

Ainda na conjuntura da década de 1990, há o processo de produção e configuração do espaço urbano na região Sul da cidade às margens da BR-163 por meio da abertura do loteamento Menino Jesus I e II, o Alto da Gloria, atualmente “grande região do Alto da Glória”, bairros esses concebidos sob a influência da concentração de madeireira nas laterais da BR-163, durante a década de 1990.

Importante salientar que na atualidade houve a redução da atividade desse segmento econômico na região onde algumas madeiras encerraram suas atividades.

Figura 40: Configuração dos bairros na região Sul da cidade.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

Diante desse cenário, destacamos que os bairros da região do Sul – São Cristóvão e Menino Jesus I e II; e o Bairro Jardim América na região Sudeste, manifestam traços da organização espacial dos bairros concebidos na década de 1970 e 1980 com construções de casas de madeiras, algumas indústrias madeireiras, ruas sem pavimentação, demonstrando assim a precariedade na estrutura urbana existente nas demais regiões e nos bairros próximos à área central de Sinop.

Feitas as considerações acerca da espacialização urbana de Sinop na década de 1990, passaremos a falar sobre a configuração da cidade na primeira década do século XXI.

3.4.4 A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA CIDADE DE SINOP NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

A produção e a configuração da cidade de Sinop na primeira década do século XXI apresentam duas características; a primeira é o preenchimento e consolidação dos loteamentos abertos nas décadas anteriores e a segunda é a abertura de novos loteamentos. A partir dessa década, os projetos de expansão da cidade por meio de novos empreendimentos imobiliários estão sob a influência do novo Plano Diretor da cidade, o qual exige infraestruturas tais como, rede de água tratada, rede elétrica e pavimentação asfáltica, além de espaços institucionais destinados a prestação de serviços públicos como educação e serviços básicos de saúde, entre outros.

Durante os primeiros dez anos do século XXI foram abertos 49 (quarenta e nove) loteamentos, sendo que 2 (dois) desses empreendimentos são condomínios fechados, 7 (sete) em áreas rurais como as chácaras São Cristóvão, comunidades e chácaras de lazer, contando ainda com mais a abertura de loteamentos populares com recursos da política nacional de habitação destinado às famílias de baixa renda, além da abertura do Distrito Industrial e Comercial.

Destarte, o arranjo no processo de ocupação de Sinop a partir do século XXI, traz a influência das diretrizes do planejamento e organização estabelecidos no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do município de Sinop criado em 2006, com base na Constituição Federal de 1988, artigo nº182 que estabelece a criação obrigatória do Plano Diretor das cidades com mais de vinte mil habitantes, como ferramenta básica da política de desenvolvimento e expansão urbana, e fundamentando a criação da Lei nº 10.257/01 “Estatuto da cidade”.

Logo, a construção dos bairros no quadro 8, são concebidos no bojo das normas estabelecidas no Plano Diretor de 2006 e suas respectivas alterações no decorrer dos anos seguintes.

Quadro 8 – Loteamentos criados nas áreas rurais incorporadas ao perímetro urbano de Sinop na primeira década do século XXI.

	Loteamento Particular							
Qtd	**Nome**	**Ano de Aprovação e abertura**	**Área de Lotes (m²)**	**Área Institucional (m²)**	**Área de Arruamento (m²)**	**Área Verde (m²)**	**Área Total (m²)**	**Imobiliária**
1	Jardim Novo Estado	2000	118.675,55	13.893,60	65.826,24	-	78.719,84	Imob. Irmãos Nogueira Ltda.
2	Jard. das Nações III		66.813,59	8.470,86	38.280,83	7.434,72	121.000,00	Prop. Gilmar Fabricio
3	Jard. da Santa Rita		54.929, 10	6.415,80	27.857,41	24.556,88	121.000,00	Prop. Otomar R. Lenz
4	Res. Rec. dos Pássaros		71.461,50	9.000,00	40.538,50	-	121.000,00	Prop. Silvano F. do Amaral
5	Lot. Alto da Glória II		205.308,00	3.600,00	70.242,00	-	279.450,00	Prop. Sebastião J. Canônico
6	Jard. Umuarama	2001	62.734,78	7.827,21	40.702,01	-	121.000,00	Imob. Irmãos Nogueira Ltda.
7	Jard. Itália	2002	59.501,01	6.510,00	32.826,24	214.81	121.000,00	Imob. Irmãos Nogueira Ltda.
9	Jard. Maria Vindilina		90.164,70	10.635,30	51.000,00	-	169.400,00	Imob. Irmãos Nogueira Ltda.
10	Res Pérola		65.579,16	6.808,80	29.024,60	11.498,44	121.000,00	Prop. Arlindo Aissa
11	Jard. Paulista II		130.253,75	12.333,75	41.532,50	20.486.00	206.000,00	Prop. Caio D. Martins
12	Jard. São Paulo II	2003	68.224,75	5.987,00	40.375,89	6.412,00	120.999.64	AGN -
13	Jard. das Nações II		59.441,65	8.514,00	46.779,59	-	121.000,00	Prop.Leonel Saconi
14	Lot. Alto da Glória III		130.200,00	24.438,00	89.136,00	40.638,00	-	Prop. Sgarbi & Sgarbi Ltda.
15	Jard. Umuarama II		55.689,00	6.955,00	47.343,00	5.880,00	115.867,00	Imob. Irmãos Nogueira Ltda.
16	Jard. Ibirapuera		134.632,77	12.892,62	56.607,10	7.973,62	214.877, 06	Colonizadora Sinop S/A
17	Jard. das Azaleias		89.670,48	9.604,53	38.383,55	21.519,83	159.178,39	Colonizadora Sinop S/A
18	Resid. N. S. Ap.		57.740,61	7.633,98	48.529,75	7.095,66	121.000,00	Prop. Ivone G. de Paula
19	Jardim Maripá		69.828,00	7.740,00	37.378,00	6.054,00	121.000,00	Prop. José H. R. da Luz & Ltda.
20	Cond. Ativa Saúde Center		106.110,93	-	-	15.722,04	169.400,00	Emp. Batistela S. e Magnani F.Ltda.
21	Lot. Florais da Amazônia	2004	117.955,35	12.283,49	50.645,39	16.116,62	197.002,85	Prop. Nelson F. Padovani e Cia Ltda.
22	Lot. Menino Jesus II		129.981,91	14.805,36	78.119,79	12.000,27	238.398,78	Emp. Pedro Riva & Cia Ltda
23	Res. Florença		153.682,48	17.220,00	96.010,09	20.056,84	286.969,41	G Pissinati Emp. Ltda.
25	Jard. Maria Vindilina II		135.925,23	14.336,00	77.345,23	11.932,00	239.538,46	AGN
26	Lot. Bom Jardim	2005	462.840,75	20.749,50	48.119,50	28.575,00	567.500,92	Imob. Irmãos Nogueira Ltda
27	Jard. das Acácias		130.844,68	14.085,83	72.708,27	12.123,55	234.334,60	Emp. Julio César T. Dias Imóveis
28	Res. Delta		53.416,90	6.902,41	37.862,11	11.504,04	115.035,22	Lot. Dona Carmeça S/C Ltda
29	Res. Aquarela Brasil		143.588,02	36.437,59	88.573,93	56.487,79	337.400,10	Zellmann Emp. Ltda
30	Res. Ipiranga		68.397,81	6.941,10	28.661,68	11.684,50	115.685,09	Imob. Irmãos Nogueira Ltda
31	Res. Florença II		110.666,90	11.907,35	56.021,66	19.850,69	198.446,60	G. Pissinatti Emp.
32	Res. Villa Itália		65.878,97	7.223,40	34.994,00	12.022,42	120.118,79	Lot. Dona Carmela S/C Ltda
33	Res. São Francisco	2006	120.779,90	13.227,90	74.182,38	10.958,00	219.148,18	Emp. José H. R. da Luz e Cia Ltda

34	Res. Gente Feliz		86.659,40	11.501,38	70.451,55	19.626,96	188.239,29	Eletro Am. Const. Eletricas Ltda
35	Jardim Itália II		142.348,02	15.729,99	70.845,70	31.697,32	260.621,03	Imob. Irmãos Nogueira Ltda
36	Res.Novo Jardim		184.040,63	13.430,34	19.732,28	13.013,93	230.217,18	Imob. Irmãos Nogueira Ltda
37	Res. Ipanema		64.498,50	7.204,84	38.350,80	9.949,15	120.003,29	Trivisol emp. Imob. Lta
38	Jard. Maria Vindilina III		90.501,96	10.794,01	59.601,08	17.893,06	178.790,11	Imob. Irmãos Nogueira Ltda
39	Res. Bela Suíça	2007	60.251,66	6.960,00	35.967,11	11.996,58	115.175,35	B & C Emp. Imobiliários LTDA
	Área incorporada ao perímetro urbano de Sinop							
Qtd	**Nome**	**Ano de Aprovação e abertura**	**Área de Lotes (m²)**	**Área Institucional (m²)**	**Área de Arruamento (m²)**	**Área Verde (m²)**	**Área Total (m²)**	**Nome Fantasia**
1	Chác. de Lazer S.Cristóvão	2006	218.400,00	-	23.584,00	-	272.478,42	Prop. Sônia Maria B. Carvalho
2	Comunidade Vitória		222.300,00	18.755,00	30.034,75	11.755,00	285.749,52	Prop. Ivanildo Ap. Francisco
3	Resid. N. S. de Fatima		870.683,65	47.801,35	42.742,00	51.685,00	1.012.912,00	Prop. Jaime T. da Silva
4	Residencial Betel		103.168,40	6.961,92	7.476,72	-	117.877,04	Imob. Irmãos Nogueira Ltda
5	Residencial Campo Verde		412.059,99	28.509,58	22.140,20	34.857,80	497.567,57	Imob. Irmãos Nogueira Ltda
6	Residencial Boa vista		297.764,77	23.128,26	21.013,31	31.480,54	373.386,87	Imob. Irmãos Nogueira Ltda
7	Chácara Monalisa							
	Setor Industrial e Comercial							
Qtd	**Nome**	**Ano de Aprovação e abertura**	**Área de Lotes (m²)**	**Área Institucional (m²)**	**Área de Arruamento (m²)**	**Área Verde (m²)**	**Área Total (m²)**	**Imobiliária**
1	Dist. Ind. e Comercial Norte		573.034,00	13.862,81	179.139,14	147.609,98	913.646,40	Prefeitura Municipal de Sinop
	Bairros criados com recursos da política nacional de habitação							
Qtd	**Nome**	**Ano de Aprovação e abertura**	**Área de Lotes (m²)**	**Área Institucional (m²)**	**Área de Arruamento (m²)**	**Área Verde (m²)**	**Área Total (m²)**	**Imobiliária**
1	Residencial Daury Riva	2009	309.760,00	29.040,00	96.800,00	48.400,00	484.000,00	Prefeitura Municipal de Sinop
	Condomínio Fechado							
Qtd	**Nome**	**Ano de Aprovação e abertura**	**Área de Lotes (m²)**	**Área Institucional (m²)**	**Área de Arruamento (m²)**	**Área Verde (m²)**	**Área Total (m²)**	**Imobiliária**
1	Residencial Mondrian	2002	228.268,85		53.421,83	3.713,00	310.265,91	JMD – Emp. Imobiliários Ltda.
2	Residencial Flamboyants	2004	158.054,40	14.817,60	22.570,00	24.696,00	246.960,00	Construtora Abussafe Ltda

Fonte: base de dados da Prefeitura Municipal de Sinop, organizados pelo autor (2017).

Os loteamentos abertos durante a primeira década dos anos 2000 em Sinop foram influenciados pela nova lógica e técnica de produção do espaço urbano. Essa nova lógica se manifesta no discurso, concepção e construção de espaços residenciais ditos exclusivos e direcionados a um determinado perfil de consumidor, os quais se materializam em condomínios fechados, a exemplo do Mondrian (2002) e o Flamboyants (2004), e até mesmo em residenciais abertos sob a lógica da racionalidade dos condomínios fechados, com constante vigilância e afastados do centro comercial de Sinop, como o caso do residencial Aquarela Brasil (2005), entre outros.

Embora haja em Sinop a presença dessa lógica na produção da espacialidade urbana, vale notar que outro fator que influenciou no processo de produção da espacialidade da cidade nesse período foram as políticas oficiais de habitação por meio de financiamentos e construção de moradias como a políticas estadual do programa Meu Lar, e a nacional com o Programa Minha Casa Minha Vida, em especial nos governos Lula e Dilma.

Foram concebidos nesse período por meio de tais programas, no caso para o segmento social considerado de baixa renda vários residenciais populares nas regiões Noroeste e Sudeste da cidade que estão expressos no quadro abaixo.

Quadro 9: Conjuntos habitacionais populares abertos na primeira década do Século XXI.

Conjuntos Habitacionais	Programa	Unidades
Daury Riva	Minha casa Minha Vida	536
Vila Santana		444
Vila lobos		335
Vila Juliana		192
Vila Mariana		480
Sebastião de Matos I	Meu Lar	272
Sebastião de Matos II		209
Vida Nova	Casa Fácil	63

Fonte: dados da Prefeitura municipal de Sinop, organizados pela autora (2017).

Houve ainda nesse período a continuidade do processo de concepção dos chamados Setores Industriais, com a abertura do Setor Industrial e Comercial da região Norte (Dic-Norte) no lado esquerdo da BR-163, o qual ainda está em fase de consolidação, e divide espaço com áreas rurais com plantações de soja e milho.

Ao destacarmos que a partir da primeira década do século XXI são empreendidos na espacialização urbana de Sinop a lógica dos condomínios fechados – Residencial Mondrian e Flamboyants –, referimos- nos à lógica que segundo Pádua

(2015), utiliza-se da produção do espaço urbano como uma mercadoria, por meio do discurso da construção de espaços seletos, particulares e individualizado, sinônimo de tranquilidade e segurança dentro do perímetro urbano.

Vale notar, portanto que a proposta de concepção do Mondrian fundamentou-se no discurso de um residencial fechado, com construções de alto padrão, em um novo conceito de morar, com garantia de segurança, área de lazer e lugares para a prática de esportes (Imobiliária Celeste, 2017).

Figura 41 – Condomínios fechados em Sinop.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

No contexto de ampliação da lógica da produção urbana como mercadoria, a qual foi fundamentada no discurso da qualidade de vida e segurança, na primeira década do Século XXI, característica essa que tem se tornando mais frequente na contemporaneidade.

Nesse quadro, foram construídos vários condomínios fechados, tais como o Residencial Carpe Diem (2012), Portal da Mata (2013), Reserva Celeste (2014), Portal do Servidor (2015), Quinta Pampulha (2016), entre outros, os quais buscam atender segmentos sociais abastados, bem como segmentos sociais da chamada classe média, e segmento específico dos trabalhadores, no caso trabalhadores do serviço público.

Ainda nesse quadro de ampliação da lógica da produção do espaço urbano de Sinop sob o mote da segurança e da qualidade de vida a partir dos primeiros anos do

século XXI, vale destacar que o Residencial Aquarela Brasil aberto na região Oeste da cidade e próximo da MT – 222 possui características e organização semelhantes aos dos condomínios fechados concebidos nesse período.

O Residencial Aquarela Brasil, embora sendo aberto, sem muros, conta com vigilância 24 horas e com construções que seguem um padrão mínimo determinado pela loteadora e empreendedora, atendendo ao estilo atual da época, com ruas e avenidas pavimentadas e arborizadas, além de áreas reservadas ao lazer.

Figura 42 - Configuração do residencial Aquarela Brasil

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

Ainda sobre o Residencial Aquarela Brasil, vale notar que próximo ao residencial citado, lado direito da MT-222, encontra-se o Bairro Residencial Ipanema, esse que também possui características semelhantes ao Aquarela Brasil no que se refere ao seu arranjo espacial.

A similitude dos bairros diz respeito ao processo de ocupação, uma vez que ambos foram concebidos para atender segmentos sociais específicos, com poder aquisitivo considerado elevado. Nos citados loteamentos são proibidas as atividades de comércios, ainda que no Residencial Aquarela Brasil sob o consentimento dos moradores existem dois comércios, sendo uma loja conveniência e uma floricultura, ambas com horários estabelecidos para o funcionamento.

Ainda na região Oeste da cidade na lateral direita da MT – 222, vizinhos aos condomínios fechados e dos Residenciais Aquarela e Ipanema, foram construídos os

residenciais Itália I e II, Florença I e II, bairros mais direcionados para classe média, financiado, sobretudo pelo Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Ressalta-se que o arranjo da produção espacial desses bairros manifesta a lógica de construções com acabamentos sob o domínio da racionalidade do alto padrão, embora sendo compactas, pois essas construções são marcadas pela influência das linhas de créditos oficiais de política habitacional.

Assim sendo, é importante frisar que a configuração desses bairros é influenciada pela presença de instituições do ensino superior, no caso, as instituições particulares, Faculdade de Sinop (FASIPE) e Universidade de Cuiabá (UNIC). A influência da presença dessas instituições na configuração espacial dos bairros mencionados é manifestada nas características das construções, com destaque na presença de pequenos residenciais, as chamadas popularmente de quitinetes (apartamentos de pequenas proporções), as quais são destinadas ao aluguel para o público de estudantes do segmento do ensino superior.

Figura 43 - Configuração dos residenciais Florença e Jardim Itália na região Oeste da cidade

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

No entanto, tal lógica não se limita apenas a porção Oeste da cidade, pois a mesma apresenta inúmeras instituições vinculadas ao ensino superior, tanto do setor privado, quanto do setor público. Como já mencionado, as instituições de ensino do segmento particular que se destacam em Sinop são FASIPE e a UNIC (esta possui

duas unidades na cidade, sendo uma na região Oeste e outra na Leste), as do segmento público são, a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

A forma de produção do espaço urbano via estímulo da política nacional de habitação a partir da primeira década do século XXI em Sinop, tornou-se um atrativo tanto para compradores como para servidores públicos, trabalhadores com créditos disponíveis, além daqueles com reserva na conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), assim como para os pequenos, médios e grandes empresários que atuam no setor imobiliário.

Em síntese, esses são os principais fatores que influenciaram na configuração do espaço urbano de Sinop, tal como no processo de sua expansão e na consolidação das áreas abertas a partir do ano de 1972, a exemplo do centro comercial, os bairros residenciais, e os setores industriais tornando-os mais valorizados.

No processo de expansão da cidade pode-se observar que na atualidade as estradas rurais têm papel de destaque nesse processo, tanto que nas estradas Claudete, Jacinta e Alzira região Sudoeste em suas laterais, foram concebidos os bairros, Residencial Lisboa, Jardim Ipiranga, Pequena Londres, Montreal Park, Jardim Bougainville, entre outros.

Decerto, quando fundamentamos em Corrêa (1995), Botelho (2009) e Carlos (2016), quando estes discutem a formação dos espaços urbanos fragmentados nas cidades brasileiras metropolitanas, pode-se notar que essa lógica fragmentária do espaço urbano se manifesta também na configuração de Sinop.

Fragmentação essa, materializada no arranjo espacial dos bairros, pois encontramos na espacialização da cidade, conforme já mencionado no decorrer desse trabalho, bairros com pouca infraestrutura urbana, mesmo que próximo ao centro da cidade, como também encontramos bairros espacializados sob a lógica do moderno, mediante construções consideradas de alto padrão, modernas, e com alta valorização dos imóveis. Esse modelo de construção pode ser observado na figura 44.

Figura 44: Projeto de construção considerado de alto padrão – Portal da Mata

Fonte: http://www.imobiliariaceleste.com.br/casa/. Acesso em: 10 Dez. 2017.

Destarte, salienta-se que a atual configuração da cidade de Sinop, tem materializada a influência das políticas urbanas e de desenvolvimento regional concebida ao longo do seu processo histórico de formação, assim como das atividades econômicas características da região Norte do Estado de Mato Grosso.

Nesse sentido, os setores produtivos ligados ao agronegócio, à construção civil, ao setor de prestação de serviços, entre outros, sob a influência do discurso do contemporâneo, do atual, do moderno e do globalizado, tem papel relevante na atual configuração da cidade de Sinop.

3.5 A CIDADE DE SINOP COMO LÓCUS DE (RE)PRODUÇÃO DO CAPITAL/ SINOP: ELEMENTOS QUE CARACTERIZAM A CIDADE COMO MERCADORIA

A partir da década de 1970 houve uma reorientação política da governança urbana segundo Harvey (2005), que passou a utilizar formas de ação iniciadoras e empreendedoras em detrimento a abordagem administrativa que era característica da década de 1960, sob influência da lógica da produção, circulação e acumulação fordista. As formas de ação empreendedoras ganharam amplitude a partir da década de 1970 e 1980 sob a influência do regime de acumulação flexível, com a característica de se apoiar na:

> [...] parceria público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições num território específico, enquanto seu objetivo econômico imediato (ainda que não exclusivo) (HARVEY, 2005, p.174).

Logo, como base em Netto (2000) e Coy *et. al.* (2017) quando discute atuação do capital por meio da empresa de colonização Sinop entende-se que o processo de concepção da cidade de Sinop, concebida no início da década de 1970, surge no influxo da lógica da conjuntura de reorientação de governança das formas política, econômica e cultural que passam a determinar em Sinop uma lógica de cidade empreendedora, articulada à estrutura global de produção e reprodução da formação social capitalista, sob a influência dos processos da chamada globalização.

Pode-se observar que a conjuntura da política econômica mundial no período da década de 1970 representava certo quadro de crise econômica, o que influenciou na base econômica e fiscal dos Estados e cidades, situação segundo Harvey (2005) que implicou na racionalidade do “empresariamento urbano” como tentativa de ultrapassar as crises vivenciadas por estes entes.

Essa lógica da nova reorientação do urbano – empreendedora – traz as transformações que foram experimentadas pela formação social capitalista ao longo das últimas décadas, onde a escala local passa a ter papel central no processo de produção e reprodução das estruturas da formação social capitalista em articulação e em relação à escala global, macro, aliás, situação que pode ser atrelada à estrutura global de reprodução da formação social capitalista. Nesse aspecto, a cidade segundo Harvey (2005), necessita ser inovadora, incluindo atrações para o consumo e

entretenimento, bem como, aparentemente ser criativa e seguro para viver ou visitar, para se divertir e consumir.

Essa lógica segundo Sánches *et. al.* (2004) utiliza-se do instrumento informativo do *marketing* como elemento de planejamento urbano para a articulação entre o Estado e o capital imobiliário e financeiro, de modo que tal instrumento transforma a cidade em mercadoria, um item a ser vendido, as *city-marketing.* Lógica essa que se assemelha as políticas das grandes empresas, produzindo discursos que criam imagens e reforçam intepretações da necessidade e importância de uma cidade ser empreendedora e flexível, assim como articulada à projetos modernos de gestão do espaço urbano.

A racionalidade dessa lógica em Sinop pode ser vislumbrada, além do que já foi apresentado no decorrer do trabalho, nos discursos e propagandas que foram utilizados no processo de atração de pessoas para o lugar que daria origem a cidade, na gestão da forma da cidade, nos planos prático-estratégicos e logísticos, assim como no plano ideológico.

Consequentemente, os planos prático-estratégicos e logísticos da administração urbana sob a lógica do “empresariamento” têm suas características segundo Sánches *et. al.* (2004) de fomentar a subordinação do território urbano e seus recursos aos objetivos políticos de valorização, conforme o reordenamento dos mercados, assim como de criar mecanismos que desenvolvam o caráter instrumental do espaço e dos meios de ação para atender interesses de mercado.

Assim posto, vale conjecturar que o processo de concepção da cidade de Sinop por uma empresa particular, SINOP S/A no início da década de 1970, em plena Amazônia norte mato-grossense, traz a influência dessa lógica de administração do espaço urbano, do “empresariamento urbano”, mesmo ainda não o sendo “cidade”, já que se emancipou, ou seja, obteve autonomia administrativa somente no ano de 1979. Embora fosse distrito de Chapada dos Guimarães desde 1974, o que aparenta ser um paradoxo, mas não o consideramos, uma vez que sua origem é fruto de uma parceria “público-privada”, ainda que não nos moldes convencionais, onde um ente público concede por tempo determinado e remunera a iniciativa privada pela prestação de um serviço, ou execução de uma obra, entre outros.

Nesse sentido, quando a empresa colonizadora SINOP S/A define o local que seria fixado o loteamento “cidade de Sinop” próximo à rodovia federal (BR-163), assim como a definição da forma da cidade por meio de seu desenho, podemos articula-la à

influência da lógica administrativa urbana do plano prático-estratégico e logístico do qual falou Sánches *et. al.* (2004), característicos da administração urbana vinculada às tendências do “empresariamento urbano” do qual fala Harvey (2005).

Isso porque áreas foram delimitadas por meio do zoneamento destinado à moradia, ao comércio, a indústria, e ao seu processo de expansão, bem como foi induzido atividades econômicas que deveriam ser desenvolvidas em seu empreendimento, com destaque para atividades vinculadas a indústria madeireira, a agropecuária e agroindústria, a prestação de serviços, entre outros.

Vale notar, que o plano de administração urbana do qual fala Sánches *et. al.* (2004) para produzir espaços articulados à lógica empreendedora, empresarial e o plano ideológico, possui a característica de difundir estratégias de organismos internacionais, construção de representações, além de discursos e imagens vinculadas às cidades tidas como modelos com o objetivo de cada vez mais transformar as cidades em mercadorias a serem vendidas por meio do *marketing, city-marketing*.

Nessa conjuntura, a ênfase está em discursos e ações que transmitam e acenem para o sucesso, que representem o moderno, tanto no aspecto administrativo quanto na concepção de obras, com inovações no aspecto cultural e *design*s arquitetônicos. De acordo com Harvey (2005), nesse quadro, os investimentos e a administração urbana enfocam cada vez mais na prolatada qualidade de vida, de modo que a cidade pareça acima de tudo um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, divertir e consumir.

Assim, o *marketing* urbano nesse cenário, no plano ideológico, tenta de acordo com Lopes de Souza (2016) influenciar investidores e turistas, assim como a opinião pública, com o intuito de formar uma imagem da cidade que manifeste a visão de mundo dos grupos que influenciam o arranjo da cidade.

Baseada nessa ponderação da lógica da administração urbana iniciada a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, onde o plano ideológico do qual fala Sánches *et. al.* (2004) tem papel relevante na regulação e administração do espaço urbano, um espaço que se torna cada vez mais vinculado a lógica do “empresariamento” podemos notar a influência dessa lógica no arranjo do espaço urbano da cidade de Sinop.

Essa influência remonta sua origem na década de 1970, não sendo demais lembrar originada de um empreendimento particular, a qual teve o comércio da cidade

por meio do *marketing* papel decisivo, onde foi vendida a imagem de um lugar promissor, propício a melhoria de vida, como já apresentado anteriormente no decorrer deste trabalho.

Ainda nesse quadro de produção e administração do espaço urbano, podemos notar nos empreendimentos imobiliários e loteamentos da cidade de Sinop nos dias atuais o recrudescimento da lógica do empresariamento urbano, onde o *marketing* é utilizado para se vender a imagem de uma cidade articulada a lógica global, tanto em seu arranjo urbano quanto no estilo de vida, lógica presente nas propagandas dos empreendimentos espalhados pela cidade por meio de *outdoors*, assim como nos desenhos arquitetônicos dos empreendimentos.

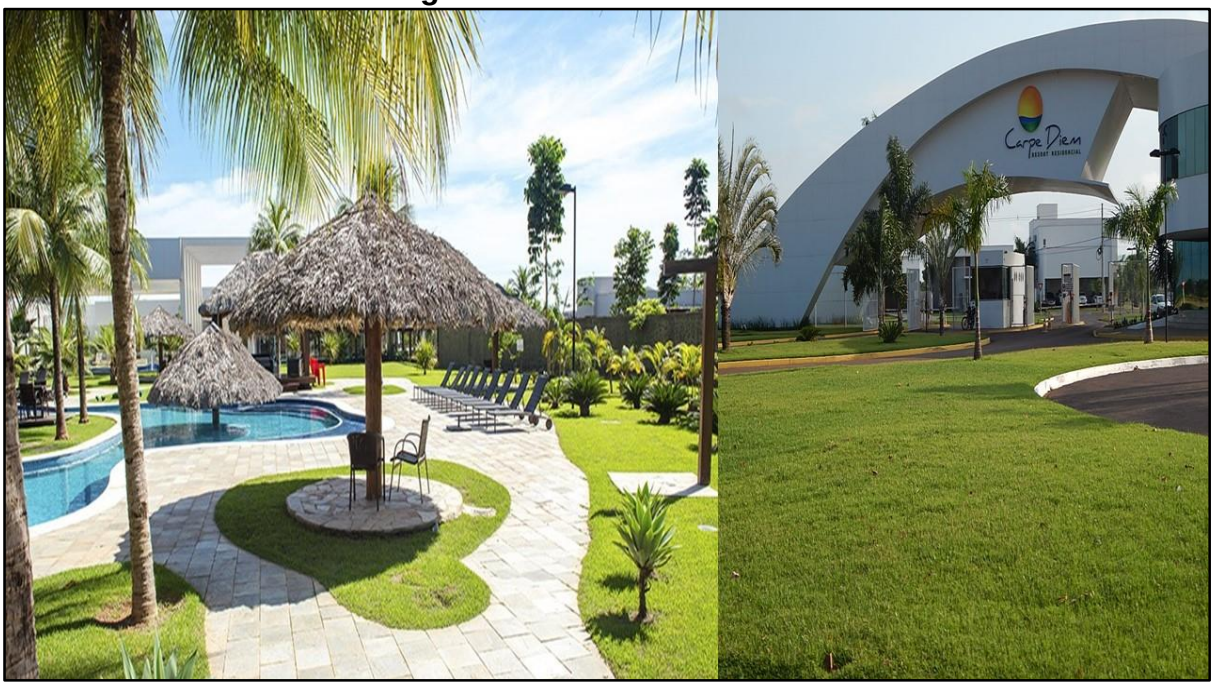
A título de exemplo da influência dessa lógica da cidade empreendedora, vinculada à racionalidade empresarial, no arranjo do espaço urbano da cidade de Sinop segue abaixo uma figura que traz a mensagem do discurso de um empreendimento focado na qualidade de vida e na segurança, de tal maneira que é destacado na peça publicitária, *marketing*, expressões: “viver a orla é estar mais com a família”, transmitindo a conotação de qualidade de vida, assim como a mensagem: “brincar ao ar livre é diferente”, passando a mensagem de segurança em viver no mencionado bairro.

Figura 45- Propaganda de empreendimento imobiliário

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

Ainda no cenário de articulação do arranjo administrativo da produção do espaço urbano de Sinop com o discurso da lógica do empresariamento da cidade, apresentamos a figura de um empreendimento que procura vender o discurso da qualidade de vida, elegância, assim como da segurança e do lazer, além de trazer à a espacialidade da cidade a ideia de modernidade em virtude de seu *design* arquitetônico, assemelha-se a uma arquitetura de grife da qual fala Sánches *et. al.* (2004). Empreendimento esse que é um condomínio fechado, um *resort* residencial.

Figura 46- Resort Residencial



Fonte: http://www.jmdempreendimentos.com.br/. Acesso em: 20 Dez 2017.

Feitas tais ponderações sobre o arranjo da lógica das cidades empreendedoras, fruto da racionalidade empresarial e sua influência sobre a configuração do espaço urbano de Sinop como lócus de reprodução do capital por meio da indução administrativa deste, onde uma empresa, a colonizadora SINOP S/A, foi quem concebeu o projeto urbanístico do então loteamento cidade de Sinop, passaremos as considerações finais do trabalho, onde teceremos algumas análises sobre o processo de configuração da cidade de Sinop no contexto de ampliação da lógica capitalista na Amazônia brasileira e norte mato-grossense.

4.CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho sustenta-se nas correntes teóricas da geografia urbana e, em várias outras áreas do conhecimento que permitiram a elaboração de uma pesquisa interdisciplinar e inédita e, concomitantemente, esse estudo é relevante por despertar no leitor novos questionamentos sob um olhar crítico dos processos e do papel que as cidades amazônicas exercem no contexto de ampliação do capital na Amazônia brasileira. A exemplo da cidade de Sinop, que nasce na Amazônia norte mato-grossense como local em que concentram as atividades econômicas produtivas, o que faz movimentar a região norte mato-grossense e a própria cidade.

Outrossim, a pesquisa permitiu-nos entender a concepção do espaço urbano da cidade de Sinop, esta que foi construída sob a lógica capitalista e da política de governo dos militares dentro dos conceitos de uma sociedade conservadora, isso ocorre nas décadas de 1970 a 1980, período inserido dentro de uma corrente com ideologias nacionalistas e desenvolvimentistas. E, esses fatores se tornam parte dos processos de ocupação e ampliação do capital no espaço amazônico pós década de 1970, que se concentra principalmente na porção da sub-região da Amazônia Meridional, na área amazônica do Centro-Oeste, no meio norte mato-grossense.

Ainda, entendemos como parte do cenário de formação da Amazônia Meridional, região norte mato-grossense os seguintes fatores promotores de desenvolvimento: a) Investimentos de apoio financeiros do governo brasileiro; estímulo ao aumento populacional; b) construção e ampliação das rodovias federais: BR-010 (Belém-Brasília), BR-364 (Marechal Rondon), BR-230 (Transamazônica), BR-163; construção da rodovias Estaduais MT–220 (Sinop-Juara), MT- 423 (Sinop-Cláudia), MT–222 (Liga a cidade de Sinop a MT-010), MT-140 (Sinop-Santa Carmem), MT-422 (Sinop-Analândia) e a MT–438 (Liga as MTs-422 e 140); participação de pequenos produtores no processo de construção da região; c) implantação de empreendimentos capitalistas; e a construção e concentração de núcleos urbanos planejados próximos às rodovias. Esses fatores passam a determinar a (re) configuração dos núcleos urbanos e do norte mato-grossense.

Nesse processo de (re) configuração da Amazônia Meridional, principalmente, o norte mato-grossense, a cidade de Sinop, diferente das demais configurações

urbanas das cidades amazônicas é planejada como parte dos planos de governo dos militares, dos processos de industrialização via urbanização e de construção de uma fronteira agrícola na região. Nesse cenário observamos que a junção desses fatores constitui elementos base para concepção da cidade de Sinop, que é uma cidade construída e administrada pelo grupo Sinop S/A, nos moldes de uma empresa capitalista e inserida na lógica do planejamento urbano moderno e funcional, sob a perspectiva da mercadologia de comercialização de lotes urbanos e, cria-se uma cidade na Amazônia brasileira com forte conexão com a capital Brasília e com os centros metropolitanos da região sul e sudeste.

Nesse sentido entendemos que na década de 1980, a sub-região Amazônia Meridional, o centro norte mato-grossense, é uma região na qual inicia o desenvolvimento das atividades agrícolas a partir da construção de rodovias e de núcleos urbanos planejados e conexão com essas rodovias e, isso faz com que a região e os núcleos urbanos se desenvolvam. Nesse contexto, devido ao fato da cidade de Sinop ser um dos primeiros núcleos urbanos desse período onde passa concentrar características de cidade moderna e funcional, cidade rodoviária construída na floresta amazônica, local onde se concentra uma população originária das regiões sul, sudeste e nordeste.

E, maior parte dessa população era composta por mulheres que vinham acompanhar seus maridos, trabalhadores desempregados do Nordeste, garimpeiros, camponeses, pequenos agricultores que passam a ver Sinop como local em desenvolvimento, de oportunidades, para viver e enriquecer. E, isso ocorre sob os arranjos dos processos de formação da nova fronteira agrícola influenciados pelo aumento do fluxo de pessoas, mercadoria e informações nas rodovias federais e estaduais, de estradas rurais que faz a conexão da cidade de Sinop com o norte mato-grossense, o Sul do Estado do Pará e com as demais regiões brasileiras.

Ainda sobre a década de 1980, o perímetro urbano da cidade de Sinop se expande conforme o planejamento urbano estabelecido no Plano de Loteamento e Planta urbana da cidade de Sinop de 1972. Esse espraiamento de ocupação da área urbana ocorre com a abertura de novos loteamentos residenciais, com o aumento das áreas urbanas ocupadas pelos setores industriais e comerciais, porém, esse crescimento urbano de Sinop ocorre sob o controle da colonizadora.

Esse alargamento do perímetro urbano de Sinop devido ao fenômeno populacional, da chegada de empresas na cidade, da diversificação das atividades

agropecuárias e industriais na região passa a influenciar na construção e abertura de novas áreas urbanas na cidade, e determinam a concentração e o desenvolvimento de várias atividades comerciais de suporte a esses dois setores econômicos no interior da própria cidade de Sinop. E, diante desses eventos ocorrem algumas transformações nos modos de relações comerciais e sociais de forma a influenciar na organização da espacialidade de Sinop, que se expressa no planejamento e abertura dos loteamentos, nas atividades do setor imobiliário e de construção civil. Além disso, esses fatores nos permitem entender a cidade de Sinop como parte dos processos de urbanização que passa a influenciar no ordenamento do norte mato-grossense, constituindo-se em uma região com forte uso de tecnologias nas atividades ligadas ao setor do agronegócio nas décadas pós 1970.

Na década de 1990, a cidade de Sinop começa a ganhar uma nova configuração devido a chegada do Agronegócio no norte mato-grossense, na influencia no uso frequente de tecnologias dos setores produtivos da região, no alargamento processos de industrialização e urbanização, na pavimentação da BR-163 e construção de novas vias estaduais e rurais que desempenham um papel conexão da BR-163, da cidade de Sinop com o interior da região que consequentemente beneficia o desenvolvimento de Sinop. Logo, esses eventos passam a determinar no aumento populacional, chegada de novas empresas, no ordenamento interno e na expansão do perímetro urbano da cidade sobre as terras rurais.

Observa-se que esses eventos passaram a determinar na expansão do perímetro urbano, na configuração de Sinop na década de 1990 que se manifesta com a transformação de chácaras em loteamentos urbanos. Nota-se que nesse período a configuração da cidade se dá com a abertura de loteamentos privados ou públicos distantes do centro da cidade sem infraestrutura urbana, com construções em madeira. Além disso, observamos que como parte da configuração urbana na década de 1990, a participação de novos operadores imobiliários que começam a atuar no processo de expansão e urbanização de Sinop e a intensificação da lógica de comercialização dos lotes urbanos. Ainda observamos a continuidade na lógica de ocupação urbana estabelecida pela colonizadora em 1972, a participação mais efetiva do poder público municipal e da Política Nacional de Habitação na expansão do espaço urbano da cidade, com a finalidade de reduzir o *déficit* habitacional.

Na primeira década do século XXI, a cidade de Sinop se estrutura a partir da lógica global de produção das cidades e dos conceitos mercadológicos modernos, que visam inserir no espaço urbano das cidades novos elementos imobiliários com finalidade de atrair um público seleto de consumidores que buscam a ideia de exclusividade aliada ao conceito de qualidade de vida, lazer, segurança e o pleno contato com a natureza e nesse contexto, surgem os residenciais e *resorts* privados, bairros de classe alta.

Notamos que a configuração de Sinop na primeira década do Século XXI, se dá sob influência da Política Nacional de Desenvolvimento das regiões brasileiras, das Políticas Nacional e Estadual de habitação com os programas Minha Casa Minha Vida, Meu Lar e Vida Nova, redução dos juros bancários para investimentos em habitação e educação e com os recursos do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. Ainda entendemos que a configuração de Sinop é resultado dos desses arranjos originários da Política administrativa dos governos Lula (2003-2011), Dilma (2011 a 2016) a qual visava reduzir o *déficit* habitacional, movimentar os setores da economia facilitou o direcionamento dos recursos públicos entre as esferas administrativas.

Observamos que essa lógica de governo na cidade de Sinop se manifesta com a (re) estruturação urbana de Sinop e desenvolvimento dos vários setores produtivos. Nesse período nota-se que os setores da construção civil e imobiliário são os que mais se destacam de forma que provoca um *boom* imobiliário, valorização dos lotes urbanos, formação de áreas residenciais desiguais e ao mesmo tempo dificulta os meios de acesso à cidade. Portanto, esse é um período em que ocorre um rápido alargamento do perímetro urbano sobre as fazendas, chácaras e comunidades próximas à cidade.

Identificamos que esses eventos influenciaram na continuidade da produção do espaço capitalista, na expansão urbana, na construção de áreas residenciais planejadas e distantes do centro, com o mínimo de infraestrutura para atender às pessoas de baixa renda e, por outro lado, também observamos que os objetivos da Política Nacional de Habitação desse período beneficiaram as classes média e alta, mas, com construções mais elaboradas em lugares fechados, condomínios, *resorts*, bairros planejados abertos de alto padrão.

Destacamos como parte da configuração urbana de Sinop, o desenvolvimento do setor industrial que se manifesta com a chegada de empresas, indústrias nacionais,

multinacionais e internacionais, com o avanço do setor comercial nas laterais das avenidas de transito rápido que promovem a circulação no interior da cidade, e, nesses setores identificamos a lógica internacional nas relações comerciais e sociais.

Entendemos que a configuração urbana se formou na cidade de Sinop entre as décadas de 1970 a 2000 é resultado da influência das rodovias federais, estaduais e as estradas rurais, onde a cidade de Sinop passa a incorporar ao seu cotidiano urbano os fluxos dessas rodovias e ao mesmo tempo estabelece a conexão com os municípios vizinhos, chácaras e fazendas. Nesse contexto, entende-se os processos determinantes no planejamento e construção da cidade de Sinop em 1972 na Amazônia norte mato-grossense, fundamentando-se ao contexto de expansão do capital e formação dos territórios da Amazônia brasileira.

Essas observações permitem entender a cidade de Sinop como parte do ideário de concepção das cidades amazônicas no processo de ampliação capitalista na Amazônia, e ao mesmo tempo apontamos a cidade de Sinop como parte das estratégias do Estado e do capital em controlar a Amazônia, onde Sinop serve de suporte à produção e concepção de novas atividades econômicas insere a região aos processos de divisão internacional do trabalho. Assim, a cidade de Sinop passa a exercer um papel relevante de aproximação da lógica global de produção na Amazônia Meridional, no médio norte mato-grossense.

Então, destacamos a cidade de Sinop como empreendimento particular, concebida com recursos públicos na Amazônia na década de 1970, e destacamos a cidade como ferramenta e aproximação da lógica de produção globalizada no médio Norte mato-grossense, pois a cidade nesse contexto é suporte à reprodução das atividades econômicas e serve de base a (re) produção da racionalidade da formação social e econômica vinculada ao capital.

Vale notar, que o processo de produção e configuração da cidade de Sinop ao longo dos anos, ocasiona na reprodução do capital a busca por novos territórios que se justificam para garantir o processo de acumulação e reprodução. Para tanto, foram construídos discursos e ações na cidade e no entorno como o “local de oportunidades”, “quem investe em Sinop não perde dinheiro”. Isso porque em seu processo de produção houve a introdução de elevado número de pessoas que foram expulsas do campo para as cidades com a mudança da agricultura sob a lógica do agronegócio, “desejando” a cidade como lócus de vida.

Dessa maneira, a influência da racionalidade na formação social baseada nos princípios do capital, materializa-se na espacialidade da configuração da cidade de Sinop no processo de apropriação do território pelas atividades ligadas ao agronegócio, ao setor madeireiro, a pecuária, a agricultura, a agroindústria, assim como as do setor de prestação de serviços, como consultorias, comércio vinculado ao agronegócio, transporte, além das atividades vinculadas ao setor educacional e da saúde, que servem de mecanismo de *marketing* para atrair, vender e negociar a cidade com uma imagem moderna e contemporânea conectada ao mundo dos negócios nacionais e internacionais.

Ainda nesse quadro de territorialização da lógica do capital no processo de produção do espaço urbano de Sinop, vale destacarmos as ações e estratégias de ampliação e modernização na configuração do arranjo espacial da cidade por meio da ação do mercado imobiliário e financeiro globalizado em interação com Estado, quer nas representações locais, regionais ou na figura do Estado nacional (União), grande investidor local.

A convergência da ação desses agentes gerou influência na concepção e modernização da configuração urbana com novas técnicas de desenho e construção, sem olvidar que a concepção da cidade de Sinop é fruto dessa lógica, visto que a mesma foi concebida por intermédio de uma empresa na década de 1970.

Como apresentado no decorrer desta pesquisa, a configuração da cidade de Sinop traz em sua espacialização a lógica da cidade empreendedora, materializado em seu território por meio do traçado, loteamentos e moradias, além da indução administrativa e do discurso da cidade moderna, empreendedora promotora do desenvolvimento social e econômico, lugar de oportunidade.

Podemos assim dizer que os arranjos que manifestam os aspectos ligados à influência da racionalidade globalizada e presentes em grandes cidades, são os condomínios fechados, com casas desenhadas e construídas sob o julgo de alto padrão, com acabamentos em porcelanato, além da presença de piscinas com aquecimento por meio de energia solar, entre outros aspectos, replicando os processos de “resortização” residencial que se passa também em outras cidades metropolitanas e no interior do país, nas cidades de porte médio ligadas ao agronegócio, este que representa o poder de uma elite econômica.

Ainda nesse aspecto, destacamos que a configuração urbana de Sinop materializa a lógica da racionalização do capital globalizado que se faz moderno no

discurso e no conceito, e por meio da ação e interação do público com o privado foi introduzido acenos a segmentos não abastados à lógica de moradia que empregam a racionalidade pensada a segmentos sociais abastados, tais como os condomínios fechados dentro de bairros residenciais, com casas compactas e a concepção de loteamentos pensados a segmentos da dita classe média, a partir de conceitos vinculados à segurança, lazer e qualidade de vida, entre outros.

E, nesse caso, entendemos que a cidade de Sinop se torna local de concentração da lógica de cidade com características metropolitanas e, que serve de base para o espraiamento capitalista de planejamento urbano das atividades econômicas para as regiões interioranas de abrangência, ou seja, o próprio norte mato-grossense e Sul do estado do Pará.

Nessa perspectiva, são incorporadas à configuração original ou naquela já criada anteriormente uma nova lógica, uma nova ideologia e um novo ordenamento do território. No caso de Sinop, a incorporação e (re) produção da lógica do capital financeirizado, globalizado, por meio das atividades vinculadas ao agronegócio em sua interação com Estado, ou seja, a amplificação da relação entre a racionalidade local e a global na (re) produção no espaço urbano.

No processo de metamorfose do espaço geográfico local por meio da interação entre influência externa e o lugar, podemos ponderar mediante o desenvolvimento dessa pesquisa que a produção e configuração da cidade de Sinop no bojo do processo de expansão da lógica capitalista na Amazônia se tornou um atrativo a empresários, trabalhadores da classe média e baixa, e, sobretudo aos empresários do agronegócio e ao capital, vinculados aos princípios de organização do comércio local/global, já que a cidade se tornou referência na região na oferta de suporte à produção e reprodução das atividades vinculadas a lógica globalizada do agronegócio em sua articulação com o urbano. O capital produzido pelo agronegócio encontra terreno fértil na cidade para sua reprodução, uma vez que o investimento em terrenos, casas, prédios, condomínios é “porto seguro”.

Nota-se que a influência e articulação entre o capital globalizado e a atividade do agronegócio na Amazônia Norte mato-grossense produziram na cidade de Sinop uma configuração que manifesta características das cidades empreendedoras contemporâneas globalizadas, em que o consumidor não financia e compra somente o imóvel, lotes, mas, o lugar que simboliza qualidade de vida – segurança, área verde, lazer, entre outros, como símbolo de distinção social e econômico.

Feitas essas ponderações e a apresentação sobre o processo de produção e configuração da cidade de Sinop no contexto de ampliação da lógica capitalista na Amazônia, podemos observar, como foi apresentado no decorrer dessa pesquisa, a influência da racionalidade do capital globalizado na produção e configuração da cidade, na qual uma classe hegemônica assume o discurso, operacionaliza e articula o global capitalista no local.

Situação que aventa assim para a necessidade de ampliar a investigação sobre a influência da lógica do capital na produção do urbano em cidades da Amazônia sob a influência da modernidade capitalista ligada ao agronegócio, nos aspectos vinculados ao acesso e qualidade da moradia, renda da população, segregação espacial, acesso a serviços como saúde, educação, saneamento básico, violência urbana, entre outros.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. Sobre a memória das cidades. In: SOUZA, M. L.; CARLOS, F. A.; SPÓSITO, E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processo, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2016. p. 19-39.

ALBUQUERQUE, M. Z. A. D. **A lógica da produção do espaço de Águas Claras na reprodução do capital no Distrito Federal**. 2009. 143 f. Tese em Geografia, Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas Departamento de Geografia - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo, 2009. Disponível em:<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-02022010-142654/pt-br.php>. Acesso em: 20 ago. 2016.

AMARAL, S.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M. V. Programa de Ciência e Tecnologia para Gestão de Ecossistemas Ação "métodos, modelos e geoinformação para a gestão ambiental" - "Análise Espacial do Processo de Urbanização Da Amazônia". Brasília. INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Ministério da Ciência e Tecnologia. p. 1-30. 2001. Disponível em:< http://www.dpi.inpe.br/geopro/modelagem/relatorio_urbanizacao_amazonia.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2017.

ARAÚJO, M. C. D. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, p. 1-34, 1992. Disponível em:< http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_19/rbcs19_05.htm>. Acesso em: 22 jun. 2017.

BARANDIER, H; LANGÜÉNS, J. Apropriação da Terra e cidades na Amazônia. In: XVII - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. 17, 2017. São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2017. p. 1- 6. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/SL_Sessoes_Livres/SL%2016.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2017.

ARANTES, A. BAMPI, A.C. Normatização, regulação e alienação do território amazônico na produção de energia elétrica: o caso da UHEColíder. In: SILVEIRA, R. L. L.; SOUZA, M. B. (orgs.) **Norma e território:** contribuições multidisciplinares. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017. p. 193-207.

BAMPI, A. C.; DIEL, J. O.; KORBES, L. M. A colonização como projeto político monocultural de ocultamento da diversidade cultural na Amazônia norte mato-grossense. In: SEMINÁRIO DO ICHS - Humanidades em contexto: saberes e interpretações, 2014, Cuiabá. **Anais...**. Cuiabá: UFMT, 2014. p. 15-23. Disponível em: <http://www.ufmt.br/ufmt/site/userfiles/eventos/6e871d61742d81e27dcd546ea753042b.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BERNARDES, J. A. Modernização Agrícola e trabalho no cerrado brasileiro. **Scripta Nova**: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, V. XI, nº 245, p. 1-17, agost.2007. Disponível em:< http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24554.htm>: Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 mato-grossense. In; _____; FILHO, O. de L. (Orgs.). **Geografias da Soja**: BR-163 Fronteiras em Mutação. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006. p. 13-37.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, nº 53, p.71-86, Abril 2005. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. **Amazônia.** Rio de Janeiro: Ed. Ática. 1990.

_____. MIRANDA, M.H.P.; MACHADO, L. O. **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: UNB/UFRJ, 1990.

_____. **A urbe Amazônida:** a floresta e a cidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

_____. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possivel projetar modelos para identificar cenários? **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v.6, n.12, p. 135-159, set. 2001. Disponivel em:< http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/178/172>. Acesso em: 10 dez. 2016.

BISPO, L. C.; SILVA, R. C. D. Novas formas de produção do espaço urbano: Segregação sócio-espacial no município de Resende - RJ. **Continentes** (UFRRJ), Seropédica, ano. 4, n.6, p.121-138, Jan./Jun. 2015. Disponível em:< http://www.revistacontinentes.com.br/continentes/index.php/continentes/article/view/62/61>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BOTELHO, M. T. S. L.; SECCHI, D. O processo de colonização em Mato Grosso e o impacto sobre as sociedades indígenas: o caso de Sinop. **Tellus**, Campo Grande, ano 14, n.26, p. 31- 48, Jan/Jun. 2014. Disponível:< http://www.tellus.ucdb.br/index.php/tellus/article/view/304>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BOTELHO, A. **O urbano em fragmento:** A produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Editora: Annablume; Fapesp, 2007.

_____. A cidade como negócio: produção do espaço e acumulação do capital no município de São Paulo. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n.18, p. 15-38, Jul/Dez 2007. Disponível em:< https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/viewFile/8727/6474>. Acesso em: 15 dez. 2016.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Da Política Urbana. Brasília. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 dez. 2017.

_____. **Lei nº 10.257 de Julho de 2001**. Brasília: 2001. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 15 out. 2017.

BRITO, F. A.; PINHO, A. T. D. D. **A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2012. Disponível em:< http://cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20464.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

CAMACHO, R. S. A produção do espaço e do território: as relações de trabalho subordinadas ao modo de produção capitalista. **Entre-Lugar**, Dourados, v.1, n.1 p. 73-98, Jan-Jun. 2010. Disponível em:< http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/613/409>. Acesso em: 30 set. 2016. doi:10.30612/el.v1i1.613.

CARDOSO, F. H.; MULLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível:< http://static.scielo.org/scielobooks/mnx6g/pdf/cardoso-9788599662731.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.

CARLOS, A. F. A. Da "Organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: _____; SOUZA, M. L. D.; SPÓSITO, M. E. B (Orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 53-73.

_____. **O Espaço urbano:** Novos escritos sobre a Cidade. São Paulo: FELCH, 2007.

_____. O espaço como condição da reprodução. In: _____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 90-140.

_____. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. Repensando a Geografia Urbana: uma nova perspectiva se abre. In: _____. **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994 p. 157-198.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: editora ática, 1995.

_____. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia,** Rio de Janeiro, ano.49, n.3, p.39-68, Jul/Set. 1987. Disponível em:< http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201987%20v49_n3.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2017.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, L. D.; SPÓSITO, E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 41-51.

_____. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: _____; CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. (Orgs.). **Geografia:** Conceitos e temas. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p.17-47.

COY, M.; KLIMGLER, M.; KOHLHEPP, G. De frontier até pós-frontier: regiões pioneiras no Brasil dentro do processo de transformação espaço-temporal e sócio ecológico. **Revista franco-brasileira de geografia**, São Paulo, n.30, p. 1-41. 2017. Disponível em:< https://confins.revues.org/11683>. Acesso em: 25 jun. 2017.

DAVIS, M. **Planeta favela**. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boi tempo, 2006.

FALCHETTI, S. A. As transformações socioculturais e espaciais no Norte do Estado de Mato - um processo de colonialidade. **Tempo da Ciência**, Toledo, v.18, n.36, p. 49-71, jul-dez. 2011. Disponível em:< http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/9042/6613>. Acesso em: 26 abr. 2017.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 31. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

_____. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico – estrutural. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREITAS, T.; FERREIRA, C. L. A produção do espaço urbano: formação de território e governança urbana, o caso da quadra 50 da cidade Gama - DF. In: Circuito de Debates Acadêmicos. I, 2011, Bahia. **Anais...** Bahia, IPEA, 2011. p. 1-13. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo44.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

FREDERICO, S. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v.1, n.33, p. 5-23, Jan/Julh. 2011. Disponível:< http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/1933/1813>. Acesso em : 25 de mai. de 2017.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural. Edições Loyola. São Paulo, 2012.

_____. **O enigma do capital:** e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

LACERDA, N. P. **Políticas públicas, ocupação do espaço e desenvolvimento na região norte mato-grossense**: uma análise crítica dos municípios de Sinop e de Lucas do rio verde – MT. 2013, 185 f. Tese em Desenvolvimento Regional – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Santa Cruz do Sul - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2013.

LEFEBVRE, H. **O direito a cidade**. Tradução, Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2001.

FERREIRA SANTOS, L. E. **Raízes da História de Sinop***.* Grafitec: Sinop, 2007.

JOSÉ CARDOSO, E.; JOSÈ SANTOS, M.; CARNIELLO, M. F. O processo de urbanização brasileiro. In: Encontro Latino Americano de Iniciação Cientifica; Encontro Latino Americano de Pós-Graduação; Encontro Latino Americano de Iniciação Cientifica Júnior,15.,11., 5., 2011. São José dos Campos. **Anais...** São José dos Campos: Univap, 2011, p.1-4. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/0088_0295_01.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

MARGARIT, E. O processo de ocupação do espaço ao longo da BR-163: uma leitura a partir do planejamento regional estratégico da Amazônia durante o governo militar. **Geografia em Questão**, Marechal Cândido Rondon, v. 6, n.1, p. 12-31, Jul/Dez. 2013. Disponível em:< http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/6634/5786>. Acesso em: 07 jul. 2017.

MIRANDA, M. H. P. Os projetos de colonização. In: _____; MACHADO, L. O.; BECKER, B. K. **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília/ Rio de Janeiro: UNB/UFRJ, 1990. p. 33-75.

MORAES, A. C. R.; COSTA, M. D. Sociedade e Espaço. In:_____.; COSTA, W. M. D. (Orgs.). **Geografia Crítica:** A valorização do Espaço. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 75-92.

MONTE-MÓR, R. L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n.111, p. 9-18, Jul/Dez. 2006. Disponível em: < http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/58/61>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. Urbanização e Modernidade na Amazônia Contemporânea. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Orgs.). **Brasil século XXI -** por uma nova regionalização? Processos, escalas, agentes. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 112-122. Disponível em:< https://www.researchgate.net/profile/Ester_Limonad/publication/305992136_Brasil_Seculo_XXI_por_uma_nova_regionalizacao_-_agentes_processos_escalas/links/57a8a55508aed1b226243843.pdf#page=113>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. As teorias urbanas e o planejamento urbana no Brasil. In: DINIZ, C. C.; CROCCO, M.(orgs.). **Economia regional e Urbana**: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora, UFMG, 2006. p. 61-85. Disponível em:< http://www.integracao.gov.br/documents/10157/1928347/Economia+Regional+e+Urbana.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

MORENO, G. A colonização no século XX. In**:**_____; HIGA, T. C. S.(Orgs.). **Geografia de Mato Grosso**: Território, Sociedade, Ambiente**.** Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p. 52-71.

MIELE, S. A. Estratégias de (re)produção dos espaço em São Paulo. In: CARLOS, F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 81-96.

NASCIMENTO, C. P. O processo de urbanização da Amazônia e seus mecanismos entre a década de 1930 e 1980. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 5, n.2, p. 227-257, Jul/Dez. 2011. Disponível em :< https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/15489/9474>. Acesso em: 20 dez. 2016. doi: 10.5216/ag.v5i2.15489.

NETTO, A. P**. Vera, a princesinha do Nortão:** uma contribuição ao estudo de ocupação da Amazônia Mato-Grossense. Campo Grande: Eletrônica, 2000.

OLIVEIRA, M. B.; CHAGAS, E. A.; SOUZA, J. B. S. A importância regional de Sinop no Norte Mato-Grossense. In: Encontro Nacional dos Geógrafos. 16, 2010, Porto Alegre. **Anais ...** Porto Alegre: 2010, p. 1-9. Disponível em:< http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:NOOOMdCQvhQJ:www.agb.org.br/evento/download.php%3FidTrabalho%3D1430+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 20 dez. 2016.

OLIVEIRA NETO, A. F. A incorporação do modo de vida urbano na região de fronteira do sul do território Mato-Grossense no início do século XX. In: SPÓSITO, M. D. E. B.; WHITACKER, M. (Orgs.). **Cidade e Campo:** relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OLIVEIRA, A. U. BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In:_____;TORRES, M.; FILHO, A. C.; ROCHA, J. (Orgs.). **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005. p. 67-184. Disponível em:< <http//:www.centrodememoria.cnpq.br/amazonia%20revelada.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2017.

PELUSO OLIVEIRA, M. L. O projeto de colonização da gleba celeste, na fronteira agrícola. **GEOSUL**, Florianopolis, v. 3, n.6, p. 21-38, 1988. Disponível em:< https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12700/11872>. Acesso em: 20 jan. 2017.

PIAIA, I. I. **Geografia de Mato Grosso.** 3. ed. rev. Amp. Cuiabá: Edunic, 2003.

PRADO JÙNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PADUA, R. F. Produção estratégia do espaço e os "novos produtos imobiliários". In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; PINTO, I. (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, v. 2, 2015. p. 145-163.

PICOLI, F. **Amazônia e o capital:** uma abordagem do pensamento hegemônico e do alargamento da fronteira**.** Sinop: Fiorelo, 2005.

_____. **Amazônia:** do mel ao sangue - os extremos da expansão capitalista. 2. ed. Sinop: Editora Fiorelo, 2005.

PHILIPPSEN, N. I.; TOMÉ, C. L. As aventuras em um "país do futuro": cores e impressões. **Cadernos de Letras da UFF**, Rio Janeiro, n.44, jan/jun. 2012. p.87-99. Disponível em:< http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/44/artigo4.pdf>. Acesso em:10 out. 2016.

PORTO-GONÇALVES, W. C. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **INTERThesis**, Florianópolis, v.1, n.1 p. 1-55, jan/jun. 2004. Disponível em:< https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604/10751>. Acesso em: 30 set. 2016.

_____. Lucha por la tierra. Ruptura metabólica y reapropiación social de la naturaleza. **Polis**, Santiago, v.15, n.45, p. 291-316, 2016. Disponível em:< http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682016000300015&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 20 mai. 2017.

RAMÍREZ, B.; NARCISO, C. F. Do direito ao espaço público à justiça da cidade. In: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PADUA, R. F. (Orgs.). **Justiça social e o direito da cidade**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 133-148.

RIBEIRO, G. A valorização total do espaço: capitalismo e geografia em Civilisation Matérielle, Économie et capitalisme – XV-XVIII. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.24, n.47, p. 5-27, jan/jun. 2011. Disponível em: < http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2906/2233>. Acesso em: 14 mai. 2017.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

RODRIGUES, A. M. A matriz discursiva sobre o "Meio Ambiente": produção do espaço urbano - agentes, escalas, conflitos. In: CARLOS, F. A.; SOUZA, M. L. D.; SPÓSITO, E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 207-225.

SÁNCHEZ, F.; BIENENSTEIN, G.; CANTO, B. L.; GUTERMAN, B. C.; BENEDICTO, D. B. M.; PICINATTO, L. Produção de sentido e produção do espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos. **Revista paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.107, p.39-56, jul./dez. 2004. Disponível em: < http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/107/fernanda_outros.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2017.

SANFELICI, D. As escalas de acumulação na produção das cidades. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 121-143.

SIMONI SANTOS, C. Do lugar do negócio à cidade como negócio. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Orgs.). A cidade como Negócio. São Paulo: Contexto, 2015. p.13-40.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. Ed 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____ **Da Totalidade do Lugar**. 1. ed., 3. reimp. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Manual de Geografia Urbana**. 3. ed., 1. Reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SAVÉRIO SPÓSITO, E. **A vida nas cidades**. São Paulo: contexto, 1994.

SIQUEIRA, E. M. República: divisão do Estado. In:_____. **História de Mato Grosso**: Da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002. p. 208-211.

SINOP, Prefeitura Municipal. **Museu Histórico de Sinop**. 2017. Disponível em:<http://www.sinop.mt.gov.br/museu/?p=9261>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. **Lei Complementar nº 029 de 18 de dezembro de 2006**. Sinop. 2006. Disponível em:< http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/RedeAvaliacao/Sinop_PlanoDiretorMT.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. **Decreto nº. 024 de 02 de julho de 1996**. Sinop. 1996. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. **Decreto nº 030 de 02 de agosto de 1996**. Sinop.1996. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. **Decreto nº 031 de 02 de agosto de 1996**. Sinop.1996. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. **Decreto nº 032 de 02 de agosto de 1996**. Sinop.1996. Disponível em: <://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. **Decreto nº 041 de 09 de outubro de 1996**. Sinop.1996. Disponível em: <//www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. **Decreto nº 051 de 16 de dezembro de 1996**. Sinop.1996. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 20 set.1996.

_____. **Decreto nº 007 de 10 de janeiro de 1997**. Sinop.1997. Disponível em:< <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. **Decreto nº 093 de 17 de dezembro de 1997**. Sinop.1997. Disponível em:< <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. **Decreto nº 039 de 05 de junho de 1998**. Sinop.1998. Disponível em: < https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. **Decreto nº 055 de 26 de agosto de 1998**. Sinop.1998. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. **Decreto nº 071 de 17 de dezembro de 1998**. Sinop.1998. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. **Decreto nº 009 de 16 de fevereiro de 1998**. Sinop.1998. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. **Decreto nº 052 de 11 de agosto de 1998**. Sinop.1998. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. **Decreto nº 017 de 06 de maio de 1999**. Sinop.1999. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. **Decreto nº 045 de 13 de outubro de 1999**. Sinop.1999. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. **Decreto nº 023 de 02 de julho de 1996**. Sinop.1996. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. **Decreto nº 008 de 16 de fevereiro de 1998**. Sinop.1998. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. **Decreto nº 087 de 02 de dezembro de 1997**. Sinop.1997. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. **Decreto nº 065 de 05 de novembro de 1998**. Sinop.1998. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. **Decreto nº 021 de abril de 2000**. Sinop. 2000. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 21 set. 2017.

_____. **Decreto nº 043 de 02 de outubro de 2017**. Sinop. 2017. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 21 set. 2017.

_____. **Decreto nº 049 de 06 de novembro de 2000**. Sinop.2000. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 21 set. 2017.

_____. **Decreto nº 053 de 06 de dezembro de 2000**. Sinop. 2000. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 21 set. 2017.

_____. **Decreto nº 054 de dezembro de 2000**. Sinop. 2000. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 21 set. 2017.

_____. **Decreto nº 028 de 09 de abril de 2001**. Sinop. 2001. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 21 set. 2017.

_____. **Decreto nº 012 de 25 de fevereiro de 2002**. Sinop. 2002. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 21 set. 2017.

_____.**Decreto nº 034 de 10 de junho de 2002**. Sinop. 2002. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 21 set. 2017.

_____. **Decreto nº 035 de 10 de junho de 2002**. Sinop.2002. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 21 set. 2017.

_____. **Decreto nº 027 de 02 de maio de 2003**. Sinop. 2003. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 21 set. 2017.

_____. **Decreto nº 032 de 02 de junho de 2003**. Sinop. 2003. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 21 set. 2017.

_____ **Decreto nº 048 de 12 de agosto de 2003**. Sinop. 2003. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 21 set. 2017.

_____. **Decreto nº 049 de 12 de agosto de 2003**. Sinop. 2003. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 22 set. 2017.

_____. **Decreto nº 056 de 05 de setembro de 2003**. Sinop. 2003. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 22 set. 2017.

_____. **Decreto nº 086 de 05 de dezembro de 2003**. Sinop. 2003. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 22 set. 2017.

_____. **Decreto nº 093 de 19 de dezembro de 2003**. Sinop. 2003. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 22 set. 2017.

_____. **Decreto nº 006 de 12 de fevereiro de 2004**. Sinop. 2004. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 22 set. 2017.

_____. **Decreto nº 014 de 10 de março de 2004**. Sinop. 2004. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 22 set. 2017.

_____. **Decreto nº 051 de 21 de julho de 2004**. Sinop. 2004. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 22 set. 2017.

_____. **Decreto nº 050 de 21 de julho de 2004**. Sinop. 2004. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 22 set. 2017.

_____. **Decreto nº 010 de 23 de fevereiro de 2005**. Sinop. 2005. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 22 set. 2017.

_____. **Decreto nº 052 de 07 de julho de 2005**. Sinop. 2005. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 22 set. 2017.

_____. **Decreto nº 053 de 07 de julho de 2005**. Sinop. 2005. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 22 set. 2017.

_____. **Decreto nº 054 de 07 de julho de 2005**. Sinop. 2005. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 22 set. 2017.

_____. **Decreto nº 057 de 27 de julho de 2005**. Sinop. 2005. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 22 set. 2017.

_____. **Decreto nº 021 de 03 de abril de 2007**. Sinop. 2007. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 22 set. 2017.

_____. **Decreto nº 042 de 31 de maio de 2006**. Sinop. 2006. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 22 set. 2017.

_____. **Decreto nº 072 de 04 de outubro de 2005**. Sinop. 2005. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. **Decreto nº 062 de 08 de agosto de 2005**. Sinop. 2005. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. **Decreto nº 084 de 09 de novembro de 2005**. Sinop. 2005. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. **Decreto nº 004 de 08 de fevereiro de 2006**. Sinop. 2006. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 22 set. 2017.

_____. **Decreto nº 025 de 25 de abril de 2006**. Sinop. 2006. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. **Decreto nº 041 de 31 de maio de 2006**. Sinop. 2006. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. **Decreto nº 115 de 15 de dezembro de 2008**. Sinop. 2008. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 23 set 2017.

_____. **Decreto nº 077 de 31 de agosto de 2006**. Sinop. 2006. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. **Decreto nº 020 de 25 de abril de 2006**. Sinop. 2006. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. **Decreto nº 021 de 25 de abril de 2006**. Sinop. 2006. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. **Decreto nº 022 de 25 de abril de 2006**. Sinop. 2006. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. **Decreto nº 024 de 25 de abril de 2006**. Sinop. 2006. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. **Decreto nº 078 de 31 de agosto de 2006**. Sinop. 2006. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. **Decreto nº 075 de 05 de outubro de 2005**. Sinop. 2005. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. **Decreto nº 068 de 26 de julho de 2006**. Sinop. 2006. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. **Decreto nº 019 de 04 de abril de 2002**. Sinop. 2002. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. **Decreto nº 046 de 29 de abril de 2009**. Sinop. 2009. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. **Decreto nº 159 de 18 de novembro de 2009**. Sinop. 2009. Disponível em: <https://www.transparencia.sinop.mt.gov.br/Legislacao/Decretos/>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. **Lei nº 226 de 17 de março de 1992**. Sinop. 1992. Disponível em:< https://leismunicipais.com.br/a2/mt/s/sinop/lei-ordinaria/1992/23/226/lei-ordinaria-n-

226-1992-altera-nome-da-vila-operaria-para-bairro-jardim-primavera?q=vila+operaria>. Acesso em: 23 set. 2017.

SINOP, Colonizadora. **Plano de Loteamento** – Cidade de Sinop, 1979.

SINGER, P. **O capitalismo**: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. 10. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Divisão internacional do trabalho e empresas multinacionais. **Caderno CEBRAP**, São Paulo, 7 dez.1976. p.49-86.

SPÓSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**.13. ed. São Paulo: Contexto, 2001. Coleção Repensando a Geografia. Disponível:< http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1415/capitalismo_e_urbanizacao___maria_encarnacao_beltrao_sposito__pdf_rev.pdf>. Acesso em:15 dez. 2016.

_____. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In:_____; CARLOS, A. F. A.; SOUZA, L. D. (Orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2016. p. 123-145.

SOUZA, E. A. D. **Sinop**: História, Imagens e Relatos. Um estudo sobre a sua colonização. Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2004.

VALERIANHO NETO, S. C. **A metropolização regional, formação consolidação da rede urbana do estado de Mato Grosso**. Cuiabá: EduUFMT, 2009.

VASCONCELOS, P. D. A. A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana: avanço ou recuo? In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, L. D.; SPÓSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2016. p. 76-96.

VELHO, O. G. A Transamazônica. In: _____. ***Frentes de expansão e estrutura agrária*: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica** [online]. Rio de Janeiro, **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**, 2009, p. 139-153. Available from Scielo Books. Disponível em :<http://books.scielo.org>. Acesso em: 19 out. 2016.

TEIXEIRA, L. **A colonização no Norte de Mato Grosso**: o exemplo da Gleba Celeste. 2006. 118 f. Dissertação em geografia – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente, 2006. Disponível em: http:<//www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/06/06_Luciana_Teixeira.pdf>. Acesso em: 15 out. 2016.

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. Das "Cidades na Floresta" às "Cidades da Floresta": Espaço, ambiente e Urbano diversidade na Amazônia Brasileira. **Papers do NAEA**, Belém, v. 321, p. 1-22, 2013. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/215>. Acesso em: 20 mai. 2017.